

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL E
DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Ladjane de Fátima Ramos Caporal

Considerações sobre o campesinato no Século XXI:
Graus de campesinidade e agroindustrialização na comunidade de Sítio Palmeiras,
Chã Grande - Pernambuco

**RECIFE
2013**

Ladjane de Fátima Ramos Caporal

Considerações sobre o campesinato no Século XXI:

Graus de campesinidade e agroindustrialização na comunidade de Sítio Palmeiras,
Chã Grande - Pernambuco

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEEX) da Universidade Federal Rural de Pernambuco, para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof. Dra. Irenilda de Souza Lima

**RECIFE
2013**

Caporal, Ladjane de Fátima Ramos.

Considerações sobre o campesinato no século XXI: Grau de campesinidade e agroindustrialização na comunidade do Sítio Palmeiras, Chã Grande - Pernambuco / Ladjane de Fátima Ramos Caporal. - Recife : Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, 2013.

100 f. : Il.

Trabalho de conclusão de curso (mestrado) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Educação, Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, *lato sensu*, Programa Posmex.

Orientadora: Profa. Dra. Irenilda de Souza Lima

1 . Campesinato. 2. Desenvolvimento Rural. 3. Sociedades Camponesas I. Universidade Federal Rural de Pernambuco.

CDU

Ladjane de Fátima Ramos Caporal

Considerações sobre o campesinato no Século XXI:

Graus de campesinidade e agroindustrialização na comunidade de Sítio Palmeiras,
Chã Grande - Pernambuco

Dissertação apresentada ao Programa de PósGraduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEEX) da Universidade Federal Rural de Pernambuco, para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof. Dra. Irenilda de Souza Lima.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Angelo Brás Fernandes Callou

Prof. Dr. Jorge Roberto Tavares de Lima

Profa. Dra. Laura Suzana Duque-Arazola

**RECIFE
2013**

Dedico este trabalho a:

Cecília (in memoriam) que me ensinou a eternidade do amor materno, a Laila que me faz, diariamente, descobrir o prazer de ensinar e aprender a viver e a Francisco Caporal, por nossas escolhas de compartilhar um mundo e buscar construir um futuro melhor.

AGRADECIMENTOS

Optar por trilhar um caminho rumo à ampliação do conhecimento nem sempre é um passo fácil. Significa estar aberto para nos interrogar, para ser questionado pelo outro e principalmente de poder revisar o que pensamos acerca do mundo, a partir de vários olhares. Isto exige coragem e dedicação, mas acima de tudo significa que nesta estrada podemos e devemos encontrar pessoas que vão fazer a diferença em nosso aprendizado, em nossa formação, como diz Paulo Freire, em carta escrita “para quem ousa ensinar”:

O aprendizado do ensinante ao ensinar não se dá necessariamente através da retificação que o aprendiz lhe faça de erros cometidos. O aprendizado do ensinante ao ensinar se verifica à medida em que o ensinante, humilde, aberto, se ache permanentemente disponível a repensar o pensado, rever-se em suas posições; em que procura envolver-se com a curiosidade dos alunos e dos diferentes caminhos e veredas, que ela os faz percorrer. Alguns desses caminhos e algumas dessas veredas, que a curiosidade às vezes quase virgem dos alunos percorre, estão grávidas de sugestões, de perguntas que não foram percebidas antes pelo ensinante. Mas agora, ao ensinar, não como um *burocrata da mente*, mas reconstruindo os caminhos de sua curiosidade – razão por que seu corpo consciente, sensível, emocionado, se abre às *adivinhações* dos alunos, à sua ingenuidade e à sua criatividade – o ensinante que assim atua tem, no seu ensinar, um momento rico de seu aprender. O ensinante aprende primeiro a ensinar mas aprende a ensinar ao ensinar algo que é reaprendido por estar sendo ensinado (FREIRE, 1993, p. 27.)

Entre estas pessoas que encontrei algumas merecem destaque, pois foram os ensinantes que eu, como aprendiz, necessitava.

Assim sendo, agradeço especialmente a minha orientadora professora Dra. Irenilda Lima, que teve toda a paciência pedagógica e a curiosidade pelo meu tema e percurso. Além de me interrogar, orientar e despertar minha curiosidade para o campo acadêmico, tem sido um exemplo de vida e de respeito pelo outro.

À professora Maria Salett Tauk Santos, que foi a primeira pessoa a me estimular a fazer a seleção do mestrado. Seu papel foi fundamental para esta decisão.

À minha avó (*in memoriam* por ter, em minha infância, colocado o rural em meu dia a dia, com seus contos, histórias, lendas e saberes de uma época vivenciada no início do século XX.

Aos agricultores e agricultoras que abriram suas casas e suas vidas para compartilhá-las, sem questionamentos, sem reserva e com muita fraternidade.

A finalmente aos colegas do Posmex que fizeram esta caminhada comigo, compartilhando as descobertas, lutas e dificuldades acadêmicas.

O Cântico da Terra

Eu sou a terra, eu sou a vida.
Do meu barro primeiro veio o homem.
De mim veio a mulher e veio o amor.
Veio a árvore, veio a fonte.
Vem o fruto e vem a flor.

Eu sou a fonte original de toda vida.
Sou o chão que se prende à tua casa.
Sou a telha da cobertura de teu lar.
A mina constante de teu poço.
Sou a espiga generosa de teu gado
e certeza tranqüila ao teu esforço.
Sou a razão de tua vida.
De mim vieste pela mão do Criador,
e a mim tu voltarás no fim da lida.
Só em mim acharás descanso e Paz.

Eu sou a grande Mãe Universal.
Tua filha, tua noiva e desposada.
A mulher e o ventre que fecundas.
Sou a gleba, a gestação, eu sou o amor.

A ti, ó lavrador, tudo quanto é meu.
Teu arado, tua foice, teu machado.
O berço pequenino de teu filho.
O algodão de tua veste
e o pão de tua casa.

E um dia bem distante
a mim tu voltarás.
E no canteiro materno de meu seio
tranqüilo dormirás.

Plantemos a roça.
Lavremos a gleba.
Cuidemos do ninho,
do gado e da tulha.
Fatura teremos
e donos de sítio
felizes seremos.

(Cora Coralina)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 JUSTIFICATIVA E PROBLEMATIZAÇÃO.....	18
3 ESTUDOS TEÓRICOS DO CAMPESINATO.....	19
3.1 ESTUDOS CLÁSSICOS DO CAMPESINATO	19
3.2 SOBRE O CAMPESINATO NO BRASIL.....	34
3.3 O QUE É O CAMPONÊS CONTEMPORÂNEO?	47
4 NA TRILHA DE UM CAMPESINATO CONTEMPORÂNEO: APLICAÇÃO DA METODOLOGIA DE GRAU DE CAMPESINIDADE E AGROINDUSTRIALIZAÇÃO NA ZONA DA MATA NORTE DE PERNAMBUCO.....	62
4.1 Procedimento da pesquisa.....	62
4.2 Descrição do ambiente da pesquisa	66
4.3 Perfil dos entrevistados	68
4.4 Grau de campesinidade e agroindustrialização	72
4.4.1 Energia.....	77
4.4.1.1 Energia para consumo doméstico.....	77
4.4.1.2 Energia produtiva	79
4.4.2. Autossuficiência.....	81
4.4.2.1. Autossuficiência alimentar	82
4.4.2.2. Autossuficiência produtiva	82
4.4.2.3 Autossuficiência genética	83
4.4.2.4. Autossuficiência financeira.....	84
4.3. Diversidade produtiva.....	84
4.4. Força de Trabalho.....	85
4.5.1 Emprego da mão de obra.....	85
4.6 Reciprocidade.....	86
4.7 Índice de campesinidade e agroindustrialização	86
5 CONCLUSÃO	89
REFERÊNCIAS.....	95

RESUMO

Neste estudo se buscou compreender e caracterizar o camponês contemporâneo a partir de leitura dos estudos clássicos, dos estudos do brasileiro e dos estudos contemporâneo sobre campesinato. Além disto, realizou-se pesquisa empírica em uma comunidade localizada em Chã Grande, município da Zona da Mata Norte de Pernambuco com o intuito de identificar tipologias e graus de campesinidade e agroindustrialização no meio rural como método que permitesse estabelecer tipos de camponeses e produtores agroindustrial ou modernizado. Por outro lado, buscou-se contribuir para marcar as diferenciações do campesinato dentro de um segmento social amplo que está abrigado sob a nomeação de agricultores familiares e que tem sido amplamente utilizado pelas políticas públicas e por alguns estudos acadêmicos. Assim sendo, este estudo objetivou caracterizar e evidenciar a presença do campesinato no mundo rural contemporâneo, de forma a contribuir para a formulação de políticas públicas diferenciadas, como para o avanço do conhecimento sobre os diferentes modos de vida que asseguram a existência de um campesinato, mesmo quando era de se esperar que todos os camponeses houvessem sucumbido diante da força da modernização imposta ao campo no período da Revolução Verde.

Palavra-chave: campesinato, grau de campesinidade e agroindustrialização

ABSTRACT

In this study, there was a need to understand and characterize the contemporary peasant through the reading of classic studies, Brazilian studies and the contemporary studies of the farm laborers. Also, an empirical research was done in a community located in Chã Grande, at the Zona da Mata Norte of Pernambuco, aiming at the identification of typologies and degrees of peasant moral order and agroindustrialization in the rural area as a mean to establish types of peasants and agroindustrial or modern producers.

On the other hand, contributions were made to differentiate the farm laborers in a wide social segment that is under the family agriculture umbrella, therefore being very used in public policies and by some academic studies.

Therefore, this study aimed at characterizing and identify the presence of the farm laborers in the contemporary rural world, in a way to contribute to the creation of different public policies, as in improving the knowledge of the different ways of life that assure the existence of a farm laborer, even when it was expected that the peasants had succumbed facing the modernization force imposed during the Green Revolution.

Key words:: peasant, degrees of peasant moral order and agroindustrialization in the rural area

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Categorias analítica de diferenciação do grau de campesinidade e agroindustrial	60
Quadro 2 - População residente no Município de Chã Grande/PE	70
Quadro 3 - Estabelecimentos por condição do produtor em relação à terra	70
Quadro 4 - Atividades desenvolvidas na unidade produtiva em função do sexo e grau de parentesco.....	74
Quadro 5 - Uso de insumos internos e externos na unidade produtiva.....	86
Quadro 6 - Síntese das categorias analíticas, parâmetros e indicadores de grau de campesinidade e agroindustrialização.....	90
Quadro 7 - Grau de campesinidade e agroindustrialização da comunidade do Sitio Palmeiras, Chã Grande, Pernambuco.....	91

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Categorias analíticas, parâmetros e indicadores do grau de campesinidade e agroindustrialização	76
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Nível de escolaridade dos entrevistados	71
Gráfico 2 – Tempo de moradia na comunidade	70
Gráfico 3 – Quantidade de parentes morando na propriedade	71
Gráfico 4 – Tipo de energia empregada para cozinhar	81
Gráfico 5 – Forma de transporte utilizado na comercialização	80
Gráfico 6 – Uso de agrotóxicos ou não na unidade produtiva	81
Gráfico 7 – Percentual de propriedades por tipo de cultura	85
Gráfico 8 – Tipo de mão de obra empregada na propriedade	85

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Ceasa	Central de Abastecimento de Pernambuco
Condepe/Fidem	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco
IPA	Instituto Agronômico de Pernambuco
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROMATA	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco
Posmex	Programa de Pós-graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local

1 INTRODUÇÃO

Este estudo está circunscrito no campo de Estudos do Campesinato. O objetivo principal é de analisar como se apresentam os graus de campesinidade e agroindustrialização na comunidade do Sítio Palmeiras localizada no município de Chã Grande, Zona da Mata do Estado de Pernambuco.

Tomou-se, neste estudo, a seguinte pergunta de pesquisa: **na categoria geral de agricultor familiar é possível estabelecer uma diferenciação a partir dos graus de campesinidade e agroindustrialização?**.

Assim sendo, os objetivos deste estudo são: (a) analisar a existência de tipologias de camponeses e produtores agroindustriais ou moderno gerados a partir do processo de modernização agrícola; e (b) discutir sobre a possibilidade de permanência de um campesinato em sociedades globais capitalistas.

No cenário da pesquisa, encontra-se em curso nas duas últimas décadas, por injunções técnico-políticas, o uso da expressão **agricultor familiar**, especialmente a partir da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para designar todo e qualquer agricultor que viva no campo e que tenha as características citadas, hoje, pela Lei da Agricultura Familiar. Neste sentido, as políticas públicas adotaram a agricultura familiar como segmento do mundo rural que passou a ser tratado de forma genérica, sem uma preocupação maior com as diferenciações que possam haver dentro deste universo. Assim sendo, o camponês ficou cada vez mais diluído na ampla categoria de agricultor familiar, cuja definição encontra-se estabelecida na Lei da Agricultura Familiar, Nº 11.326, de 2006:

[...] considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
 - II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
 - III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
 - IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.
- (BRASIL, 2006)¹

Como parte da agricultura familiar, a Lei incorpora os extrativistas, os povos indígenas, os pescadores artesanais, os aquicultores e os empreendedores familiares, não havendo menção ao termo camponês entre as categorias relacionadas. Além disso, cada vez

¹ Observe-se que a própria Lei contribui para criar uma maior confusão conceitual, na medida em que iguala “agricultor familiar” e “empreendedor familiar”, sem sequer definir o que seja o empreendedor familiar.

mais, os termos **agricultura familiar camponesa** ou **agricultura camponesa familiar** são usados, na literatura acadêmica, algumas vezes sem que se faça uma distinção ou conceitualização dos termos. Consta-se que uma das características do campesinato é ter um sistema de produção familiar, sendo assim, o uso da expressão “agricultura familiar camponesa” ou “agricultura camponesa familiar” é, no mínimo, uma redundância, uma vez que a agricultura camponesa é, por definição, familiar. Como afirma Chayanov (1974, p. 47) “[...] devemos aceitar que o caráter da família é um dos fatores principais na organização da unidade econômica camponesa”.

Assim, dada a ambiguidade e abrangência do conceito estabelecido na Lei, a categoria de agricultor familiar além de conter diferentes grupos sociais, abriga sob o mesmo “guarda-chuva” tanto os agricultores que se modernizaram e se tornaram “mais” agroindustriais, com característica de empresa agrícola familiar, como aqueles com traços de campesinidade. Como dito antes, o camponês passa a não ser valorizado pelos discursos e também pelas práticas de políticas públicas.

Abramovay (1992, p. 22) destaca que “uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode nem de longe ser caracterizada como camponesa”. Apontando assim a necessidade de se fazer distinções no conceito de Agricultura Familiar na forma como vem sendo usado na atualidade, como menciona Wanderley (2009, p. 157).

A agricultura camponesa tradicional vem a ser uma das formas sociais de agricultura familiar, uma vez que ela se funde sobre a relação acima indicada entre propriedade, trabalho e família². No entanto ela tem particularidade no interior do conjunto maior da agricultura familiar e que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global.

Abramovay afirma ser “possível uma distinção conceitual entre as duas formas fundamentais de produção familiar³” e segue a sua argumentação dizendo que “a raiz da diferença está fundamentalmente no ambiente social, econômico e cultural” de cada uma delas. O que reforça a necessidade deste estudo em perseguir a distinção entre o camponês e o agricultor agroindustrial, fazendo um contraponto com a definição da Lei de Agricultura Familiar.

A não valorização do modo de vida do camponês, pelo uso livre e às vezes contraditório da expressão “agricultura familiar camponesa”, cria uma aparente acomodação

² A autora refere a característica da família ser ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e assumir o trabalho no estabelecimento produtivo. Associando “família-produção-trabalho” isto implica na forma econômica e social deste grupo.

³ O autor trata da distinção entre a forma campesina e da Agricultura Familiar

por parte de formuladores de políticas e de estudiosos. Uma vez que desconsidera especificidades do modo de vida camponês e trata-os como parte de uma genérica categoria de agricultor familiar, sem adentrar no âmago de contradições presentes no meio rural nem propor políticas públicas capazes de atender as especificidades e diferenças socioculturais e econômicas dos diferentes segmentos familiar no meio rural.

Assim, um campesinato pouco ou quase nada reconhecido não requereria ações do Estado, uma vez que se encontra atendido nas políticas de agricultura familiar. Como afirma Van der Ploeg (2008, p. 34), “Esta falta de entendimento teórico reflete-se negativamente na formulação de políticas e também na forma, por vezes distorcida, como os novos movimentos sociais se relacionam com o campo”.

No percurso de análise teórica adentrou-se nos estudos clássicos do campesinato, nos quais **O Capital** (1867 – 1869), de Karl Marx, estabeleceu a hipótese de que com a evolução do capitalismo a agricultura camponesa europeia iria desaparecer e, em seu lugar, surgiria uma agricultura que seria um ramo da indústria (SEVILLA GUZMÁN; GONZÁLEZ DE MOLINA, 2005, p. 46). A tese de Marx, segundo esses autores, foi um marco nos estudos camponeses e norteou e ainda influencia a produção acadêmica atual no Brasil e no Mundo.

No entanto, ao analisar os estudos brasileiros do campesinato feitos por Otávio Guilherme Velho, Horário Martins de Carvalho, Shepard Forman, Caio Prado Jr, Kalervo Oberg, Guilherme Palacios, Maria Isaura Pereira de Queiroz, entre outros, identificam duas correntes de estudiosos: (a) uma que preconizava o fim do campesinato e o avanço do capitalismo no campo e (b) outra que defendia a estrutura feudal-escravista do período colonial como o nascedouro do campesinato brasileiro e a sua permanência através das brechas camponesas, do camponês marginal, do camponês de fronteira, etc.

Nos estudos contemporâneos sobre o campesinato observou-se a posição de alguns autores⁴ que consideram que o processo de modernização da agricultura não foi capaz de suprimir o camponês, que se mantém, na atualidade, com um “modo de produção” baseado no uso “mais” sustentável do capital ecológico e que tem como uma das “principais características desse tipo de agricultura [...] a multifuncionalidade” (VAN DER PLOEG, 2008, p. 17). Além disto, opera um sistema de produção baseado na força de trabalho familiar ou através da mobilização de relações de reciprocidade dentro da comunidade a qual pertence

⁴ Sobre estes estudos ver: Ploeg (2008), Sevilla Guzmán e González de Molina (2005), Nazaré Wanderley (2009), Toledo (1995), Toledo, Alarcón-Cháires e Barón (1999 e 2002), Horário Martins de Carvalho (2010, 2011) entre outros)

e que tem “a produção orientada para o mercado, mas também para a reprodução da unidade agrícola e da família” (VAN DER PLOEG, 2008, p. 17).

Reforçando ainda esta ideia, os dados do Censo Agropecuário Brasileiro de 2006, França, Del Grossi, Marques (2009, p. 20) identificaram 4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar, o que representa 84,4% dos estabelecimentos agrícolas brasileiros. Logo considerando a afirmação anterior de que a categoria agricultura familiar inclui os camponeses é importante estudar e caracterizar as tipologias e graus de camponesidade existentes dentro deste extrato de agricultor familiar, uma vez que assim será possível propor políticas e ações públicas mais adequadas a esta população.

A hipótese que norteou a pesquisa foi a de que o processo de modernização no campo não aconteceu de forma homogênea para todos os camponeses, tendo havido aqueles que resistiram e aqueles que aceitaram parcialmente as tecnologias da Revolução Verde e outros que se modernizaram, acatando o chamado “pacote tecnológico” (sementes melhoradas, agrotóxicos, fertilizantes químicos e motomecanização, entre outros), criando no meio rural diferentes arranjos no seu sistema produtivo-reprodutivo.

Para tanto será adotada a proposição de Van der Ploeg (2008) que caracteriza a condição camponesa no mundo atual como sendo:

(1) luta pela autonomia que se realiza em (2) um contexto caracterizado por relações de dependência, marginalização e privação. Essa condição tem como objetivo e se concretiza em (3) a criação e desenvolvimento de uma base de recursos auto-controlada e auto-gerenciada, a qual por sua vez permite (4) formas de co-produção⁵ entre o homem e a natureza viva que (5) interagem com o mercado (6) permitem a sobrevivência e perspectivas de futuro e (7) se realimentam na base de recursos e a fortalecem, melhorando o processo de co-produção e fomentando a autonomia e, dessa forma, (8) reduzem a dependência. Dependendo das particularidades da conjuntura socioeconômica dominante, a sobrevivência e o desenvolvimento de uma base de recursos próprios poderão ser (9) fortalecidos através de outras atividades não agrícolas. Finalmente, existem (10) padrões de cooperação que regulam e fortalecem essas inter-relações (PLOEG, 2008, p. 40).

⁵ Coprodução diz respeito a interação e transformação mútua entre o homem e natureza viva (PLOEG, 2008). A coprodução descreve uma forma específica de “metabolismo social” (ver TOLEDO e GONZÁLEZ DE MOLINA, 2011)

2 JUSTIFICATIVA E PROBLEMATIZAÇÃO

Este estudo se justifica pela importância de uma maior compreensão e caracterização do camponês contemporâneo. Como também pretende contribuir para marcar as diferenciações do campesinato dentro de um segmento social amplo que está abrigado sob a nomeação de agricultores familiares. Além disso, este estudo pode contribuir para valorizar o modo de vida camponês, possibilitando a discussão no meio acadêmico e entre os formuladores de políticas públicas, gerando assim uma reflexão sobre os estudos e estratégias para estes sujeitos sociais.

Assim sendo, fundamenta-se na necessidade de melhor caracterizar e evidenciar a presença do campesinato no mundo rural contemporâneo, de forma a contribuir tanto para a formulação de políticas públicas diferenciadas, como para o avanço do conhecimento sobre as estratégias adotadas pelos camponeses que asseguram a existência de um campesinato, mesmo quando era de se esperar que os camponeses houvessem sucumbido diante da força da modernização imposta ao campo.

Por outro lado, os estudos sobre campesinato contemporâneo ainda padece da incoerência das instituições formuladoras de políticas e diretrizes em nível mundial e nacional, que deveriam estar formulando e definindo políticas de valorização da “condição camponesa e do modo camponês de fazer agricultura” (VAN DER PLOEG, 2008). Esta discussão só faz crer que este é um tema inconcluso e que requer a ampliação do debate e estudos na atualidade.

3. ESTUDOS TEÓRICOS DO CAMPESINATO

Neste capítulo será apresentado os estudos clássicos, estudos brasileiros e estudos contemporâneo do campesinato, destacando as diferentes corrente de pensamento sobre o campesinato, sua existência e forma de permanência da sociedade capitalista.

3.1. ESTUDOS CLASSICOS DO CAMPESINATO

Neste capítulo será feita uma breve revisão sobre alguns dos estudos clássicos acerca do campesinato em seu percurso histórico, buscando compreender as leituras sobre seu lugar em relação ao modelo de desenvolvimento adotado pelo governo vigente na época, especificamente em relação ao capitalismo, além de revisar sua relação com a sociedade envolvente..

Serão apresentadas as ideias de autores sobre o entendimento do que é o camponês e a condição camponesa. Além de buscar articulá-las com a discussão proposta neste trabalho, ou seja, como os estudos clássicos podem permitir a compreensão das transformações sofridas pelo campesinato no curso da história e se os mesmos possibilitam o entendimento sobre o campesinato na atualidade. Ou seja, o camponês que convive com a ambiguidade de estar “imerso” em uma sociedade capitalista, que promove a modernização da agricultura e a industrialização do meio rural, ao mesmo tempo em que busca manter um “**modo de fazer agricultura**” que se baseia numa tentativa de produzir de forma harmônica com as leis ecológicas.

Sevilla Guzmán e González de Molina (2005) ao situarem a gênese do pensamento social agrário ao longo dos séculos 18 e 19, afirmam que os estudos campesinos, neste período, nascem como uma “tentativa desesperada” de fornecer subsídios teóricos na direção de conter o desenvolvimento do capitalismo pelas “formas de ação social coletiva”. Segundo eles, na base dos estudos iniciais estava o pensamento evolucionista sobre o campesinato e Direito Consuetudinário⁶.

Os autores acima citados partem de um “esquema explicativo do processo histórico, em que aparece como protagonista central a estrutura social do campesinato” (Ibidem, p. 19). Neste sentido, afirmam:

⁶ **Direito consuetudinário** é o direito que surge dos costumes de uma dada sociedade, não necessitando passar por um processo de criação de Leis. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Direito_consuetudinario>. Acesso em 12 jun. 2012.

O processo de transformação social que acompanha a implantação no Ocidente do modo de produção capitalista e as repercussões que tal estabelecimento tem sobre o campesinato constituem a situação histórica em que surge a antiga tradição dos estudos camponeses (SEVILLA GUZMÁN; GONZÁLEZ DE MOLINA, 2005, p. 17 apud PALERM, 1980; NEWBY E SEVILLA GUZMÁN, 1983, p. 140-143).

Ainda segundo Sevilla Guzmán e González de Molina (2005), neste período dos estudos do campesinato as análises foram feitas sobre os “conflitos gerados na organização social camponesa pela penetração do capitalismo”. Eles afirmam que estes “[...] esquemas teóricos permitem falar de uma corrente conflitivista de estudos agrários, que se encontra nas origens do que chamamos a antiga tradição dos estudos camponeses” e concluem, dizendo:

Num esforço de síntese, poderiam ser definidos como a elaboração de um esquema explicativo unilinear do processo histórico, em que aparece como protagonista central a estrutura social do campesinato, a qual se valoriza como um resultado de igualdade e solidariedade social ameaçado pelos processos de privatização, mercantilização e urbanização que introduz o capitalismo nas sociedades camponesas (Ibidem, p. 20).

Na segunda metade do século 19, “Bakunin e Kropotkin fundam as ideias do anarquismo agrário ou populismo anarquista” (SEVILLA GUZMÁN; GONZÁLEZ DE MOLINA, 2005, p. 35). Neste contexto:

O campesinato é definido como uma classe revolucionária em potencial, já que: 1. O apoio mútuo constitui um elemento central da natureza das relações sociais existentes no interior das comunidades rurais que é possível potencializar frente a elementos inibidores; 2. a estrutura organizativa e material de sua organização econômica possui, certamente, um atraso que pode ser superado em formas de ação social coletiva de caráter revolucionário ao reter este a energia da natureza popular; 3. A condição subordinada a que se vê submetida sua forma de produzir, dentro de uma dinâmica de exploração crescente em que “trabalhar com as mãos lhes condiciona moralmente”, fazendo-os odiar os exploradores do trabalho, de forma tal que; 4, só determinados aspectos tradicionais, atuantes como preconceitos, lhes separam, realmente, dos comuns interesses dos trabalhadores urbanos, pelo que, rompidos tais preconceitos pela comunidade de interesses da classe trabalhadora, é possível desatar a autêntica rebeldia natural existente na estrutura social do campesinato (SEVILLA GUZMÁN; GONZÁLEZ DE MOLINA, 2005, p. 35 e 36 apud BAKUNIN, 1979, v.7, p. 46-61, 76-79 e 11-123; 1974, v.2, p. 292-309; KROPOTKIN, 1978, p.143-68).

Os autores situam os debates políticos e intelectuais da questão agrária na Rússia no século 19 como centrados no “[...] papel da forma de manejo dos recursos naturais no processo histórico, quer dizer, na natureza da agricultura e, portanto, da evolução do campesinato” (SEVILLA GUZMÁN; GONZÁLEZ DE MOLINA, 2005, p. 45). Eles afirmam, ainda, que deste debate surgem várias correntes em relação aos estudos camponeses, quais sejam: “1) o contexto teórico de O Capital; 2. O narodnimo marxista; 3. O marxismo

clássico heterodoxo; 4. O marxismo ortodoxo agrário” (SEVILLA GUZMÁN; GONZÁLEZ DE MOLINA, 2005, p. 46).

Em **O Capital**, Marx (1980, p. 15) menciona a existência de três classes sociais, quais sejam: a dos capitalistas, a dos proprietários rurais e dos operários. E relega ao campesinato um papel secundário, apontando o camponês como um sobrevivente do Feudalismo, afirmando que seu destino é integrar o exército de reserva do capitalismo.

Desde que a produção capitalista se apoderou da agricultura, ou pelo menos no grau em que fez, a acumulação do capital em funcionamento acarreta a diminuição absoluta na procura de população agrícola. Uma parte da população dos campos se dispõe, então, a ir engrossar as fileiras do proletariado urbano ou manufatureiro. [...] O operário agrícola é, assim, reduzido ao salário mínimo e tem sempre um pé no pântano do pauperismo (ou seja, a pobreza e perda de tudo) (Ibidem, 167).

Tratando do tema da acumulação primitiva⁷ Marx (1980) explica o surgimento do capitalismo a partir da estrutura econômica da sociedade feudal:

O ponto de partida desse desenvolvimento que produz o assalariado como o capitalista foi a escravização do trabalhador; a evolução se deu com a transformação dessa escravização através da substituição da exploração feudal pela exploração capitalista (Ibidem, p. 172 e 173).

Assim, Marx, com base em estudo realizado na Inglaterra, procura explicar, através da acumulação primitiva, o processo de expropriação do “produtor rural”, do camponês, sob a égide do capitalismo, afirmando:

Na história da acumulação primitiva são importantes as épocas em que grande massas humanas são repentina e violentamente despojadas de seus meios de subsistência e jogadas ao mercado sob forma de proletários privados de tudo (Ibidem, p. 173).

Este processo de avanço do capitalismo no meio rural, na Inglaterra, provocou o desaparecimento da classe camponesa, segundo Marx (1980, p. 175-176). Neste sentido, Marx (1980, p. 176) afirma que a “revolução gloriosa” permitiu que o capitalismo fosse sendo consolidado, apontando duas dinâmicas, que ocorriam no campo e na cidade, quais sejam:

Os capitalistas burgueses favoreceram a operação a fim de fazer o solo um artigo de comércio, estender o domínio da grande exploração agrícola, fazer afluir no campo um grande número de pobres proletarizados, etc. Por outro lado, a nova aristocracia fundiária era aliada natural da nova aristocracia bancária, da alta finança recém-surgida e dos grandes proprietários de manufaturas apoiados nas tarefas protecionistas (Ibidem, p. 176).

⁷ acumulação primitiva do capital, trata-se do processo de acumulação de riquezas ocorrido na Europa entre os séculos XVI e XVIII, que possibilitou as grandes transformações econômicas da Revolução Industrial. A acumulação primitiva de capital para Marx se desenvolveu a partir de dois pressupostos: um foi a concentração de grande massa de recursos (dinheiro, ouro, prata, terras) nas mãos de um pequeno número de proprietários; outro foi a formação de um grande contingente de indivíduos despossuídos de bens e obrigados a vender sua força de trabalho aos senhores de terra e donos de manufaturas. Com o advento da Revolução Industrial, conclui Marx, a acumulação primitiva foi substituída pela acumulação capitalista.

Marx (1980, p. 176) situa ainda neste período a substituição dos “camponeses independente por arrendatários sem condições”. Destacando que:

O roubo sistemático das propriedades comunais se juntou ao roubo dos domínios do Estado, fazendo crescer “fazendas de capitalistas”, que no século XVIII eram chamadas “fazendas de capitalistas” ou “fazenda de comerciantes”, e que liberaram a população agrícola em benefício da indústria (Ibidem, p. 176).

Marx (1980, p. 177) afirma que toda a estratégia de expropriação do camponês pelo capitalismo, que ocorria na Inglaterra, culminou com a “limpeza da terra, que consistia na expulsão de todos os seus habitantes”.

O processo de expulsão da população do meio rural e a criação de grandes propriedades rurais tornaram os camponeses, segundo Marx (1980, p.182), mão de obra disponível para o capital industrial. Assim, as famílias camponesas que antes produziam para autoconsumo agora, sem o acesso a terra, veem seus meios de subsistências transformados em mercadorias.

Na discussão da acumulação primitiva, a partir da análise do processo de industrialização na Inglaterra, Marx procura destacar as formas e estratégias, tomadas pelo capital, de expropriação dos pequenos produtos, em geral, e do campesinato, em particular, através do cercamento do campo. Esta premissa de Marx tornou-se discurso comum entre os seus seguidores, no entanto Velho (1979, p. 48) destaca que “[...] na década de 1920, Reobranzhensky em sua **Nova Economia** (1985: 85) já havia chamado a atenção para um fato importante:”

O roubo da pequena produção camponesa no interesse da acumulação primitiva assumiu formas diferentes. O celebrado “cercamento dos campos” a que Marx devotou páginas tão brilhantes no primeiro volume do *Capital* não foi o método típico de acumulação primitiva em todos os países. Os métodos mais típicos foram, primeiramente, o saque dos servos camponeses pelos senhores e a partilha do saque com o capital mercantil; e, em segundo lugar, a taxação esmagadora do campesinato pelo Estado e a transformação de parte dos meios assim obtidos em capital. (VELHO, 1979, p. 48-49 apud PREOBRANZHENSKY, 1985, p. 85).

Tal posição é importante para este trabalho, uma vez que a hipótese defendida é a de que o capitalismo não foi capaz de extinguir o campesinato, que na contemporaneidade, apesar do processo de modernização da agricultura brasileira, o camponês resiste, transformando-se e adaptando-se à realidade. Sabemos que há aqueles agricultores que se tornaram adotantes ou adotaram parcialmente as tecnologias modernas e aqueles que resistiram ao modelo agroindustrial e pretende-se demonstrar com o estudo este mosaico de situações presente no meio rural. Considera-se também que os agricultores que mantiveram, em uma certa medida traços camponeses ou como alguns teóricos caracterizam como um

“**modo de produção camponesa**”. Assim este trabalho buscará caracterizar a partir de tipologias de agricultores que não aderiram completamente ao **modo de produção agroindustrial ou moderna**, demonstrando diferentes graus de campesinidade e agroindustrialização. Como afirmam Toledo, Alarcón-Chaíres e Barón (2002, p. 47, tradução nossa) “os diversos níveis de modernização se expressam como mosaicos com diferentes graus de campesinidade ou agroindustrialização”, como veremos com mais profundidade mais adiante.

Ainda seguindo o caminho dos estudos de Marx (2011, p. 142), no Dezoito Brumário de Luís Bonaparte, ele ⁸ volta à discussão da natureza do campesinato, agora tenho como referência, para sua análise, a experiência francesa, abordando especificamente o caso dos camponeses parceiros⁹: Marx caracteriza a unidade familiar camponesa francesa como sendo “[...] praticamente autossuficiente, produzindo diretamente a maior parte do que consome e obtendo, assim, os meios de subsistência mais da troca com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade” (2011, pp 142).

Neste ponto, destacamos a ênfase posta por Marx na centralidade da economia camponesa no trabalho familiar e na autossuficiência a partir da troca harmônica com a natureza, como parte da estratégia de produção e reprodução. Este é um aspecto que interessa a este estudo – a estratégia adotada pelo camponês de privilegiar a troca harmônica com a natureza e o fato de a economia camponesa está baseada mais no valor de uso do que no valor de troca. Aspectos que buscaremos analisar na pesquisa empírica realizada na comunidade do Sítio Palmeiras/Chã Grande/PE.

No entanto, Marx (2011) mantém a mesma tese de escravidão, servidão e dependência dos camponeses ao poder vigente.

Os seus representantes precisam entrar em cena ao mesmo tempo como o seu senhor, como autoridade acima deles, como um poder governamental irrestrito, que os protejam das demais classes e lhes mande chuva e sol lá de cima. A expressão última da influência política dos camponeses parceiros consiste, portanto, no fato de o Poder Executivo submeter à sociedade a si própria (MARX, 2011, p. 142 – 143).

Importante mencionar que os estudos de Marx revelam um momento histórico da sociedade moderna eminentemente capitalista e sua análise está condicionada a identificar os elementos de dominação do Capitalismo na sociedade. No entanto, em seus últimos escritos Marx retoma o tema do campesinato já com uma visão multilinear do processo histórico e

⁸ Importante destacar que Marx afirma aqui não está se referido ao camponês revolucionário, mas aquele que deseja manter o *status quo*, ou seja, os camponeses conservadores franceses que apoiavam a dinastia Bonaparte.

⁹ Camponeses parceiros: “*parzellenbauern*” que ele define como sendo uma “gigantesca massa, cujos membros vivem na mesma situação, mas não estabelecem relações diversificadas entre si” (MARX, 2011, p. 142)

com a possibilidade de coexistência de distintos caminhos para diferentes sociedades, como pode ser visto nas trocas de carta entre Vera Zasulich e Marx, tema que será tratado mais adiante, neste capítulo.

Contemporâneo de Marx, Engels (1981, p. 61), no trabalho em que analisa a questão camponesa na França e Alemanha, classifica o camponês em pequeno, grande e médio, sendo que esta categorização varia segundo a região. Ele ainda distingue a grande propriedade latifundiária do grande e médio camponês, sendo, estes últimos, burgueses que se diferenciam do latifúndio pelo tamanho da propriedade, escala de produção e uso da mão de obra assalariada e/ou temporária.

No ocidente da Alemanha, assim como na França e na Bélgica, predomina o cultivo em pequenas parcelas de camponeses, que são na maioria das vezes proprietários e em menor medida arrendatários das pequenas glebas de terra que cultivam. No Noroeste – Baixa Saxônica e região de *Schleswig-Holstein* – existem principalmente grandes e médios camponeses que não podem cultivar suas terras sem empregados para o trabalho de campo e a redondeza da casa (cuidado com hortas, currais, etc) (ENGELS, 1981, p. 61).

Engels (1981, p. 62) define o pequeno camponês como sendo “o proprietário ou arrendatário – principalmente o primeiro - de um pedaço de terra não maior do que ele possa cultivar, de modo geral, com sua própria família, nem menor do que o que possa sustentá-lo e aos familiares”. Afirma, ainda, que ele tem a “posse de seus meios de trabalho” (ENGELS, 1981, p. 62), o que o distingue do “proletário moderno”.

Engels considera que a origem feudal do campesinato. Avançando nesta discussão, o autor classifica o pequeno camponês em três tipos: o camponês feudal que ainda mantém, em certa medida, a forma de relação servil; o camponês que perdeu o usufruto da terra e, o terceiro tipo, caracterizado pelo camponês que está subordinado ao capital e perdeu parcialmente sua autonomia, estando à mercê do usurário.

Engels concorda com Marx acerca do desaparecimento do camponês e de sua transformação em proletário, afirmando que: “[...] nosso pequeno camponês, como tudo que seja resquício de um modo de produção caduco, está condenado irremediavelmente a perecer.” (ENGELS, 1981, p. 63).

Assim como ele, Lênin mantém a mesma opinião sobre o surgimento do campesinato a partir do feudalismo. O autor afirma que “No início de sua ‘trilha capitalista’, a agricultura encontrava-se em mãos do camponês, em regra geral submetido ao regime feudal” (LÊNIN, 1981, p. 84-85). Ele defende a tese de que a modernização do campo foi feita principalmente pela burguesia.

Tal qual Marx, Lênin considera que a decomposição do camponês e sua transformação em operários e patrões agrícolas “constitui a base sobre a qual se forma o mercado interno na produção capitalista” (LÊNIN, 1981, p. 84-85).

Do mesmo modo que Engels, Lênin também cria suas categorias e, a partir da análise do campesinato russo, classifica os camponeses em ricos, médios e pobres. Estando os camponeses ricos “[...] mais equipados que os camponeses pobres e médios” Lênin (1981, p. 39).

Ele constata que os camponeses ricos, “burguesia camponesa”, possuem maiores extensões de terras, utilizam mão de obra assalariada e sua tecnologia é superior à média. Faz uma distinção entre o camponês rico e o latifúndio a partir do tamanho da propriedade, do tipo de posse (título) e pela possibilidade de vendê-la ou não que um e outro teriam.

Define o camponês médio como possuidor da terra, no entanto sua mão de obra é familiar não havendo exploração da força de trabalho de outros. Já o camponês pobre ou “grupo inferior de camponês” é definido como sendo aquele que “integra-se ao proletário rural” (LÊNIN, 1985, p. 41) “[...] não possui instrumentos para trabalhar a terra e, ao mesmo tempo em que vende a sua força de trabalho, o proletariado rural obtém alguma receita com o arrendamento dos seus lotes comunitários” (LÊNIN, 1985, p. 41).

Lênin (1985) aponta ainda, o fato de o campesinato russo estar inserido na economia mercantil, “estando inteiramente subordinado ao mercado: depende dele tanto para o seu consumo pessoal como para sua atividade”. Considera que as relações econômicas camponesas apresentam as contradições “próprias de qualquer economia mercantil e de qualquer capitalismo” (LÊNIN, 1985, p. 113).

Lênin (1985, p. 113) destaca que as contradições internas do campesinato promovem a desintegração do mesmo, ao que ele nomeia como “descamponização”:

O conjunto das contradições existentes no interior do campesinato constitui o que denominamos desintegração do campesinato. Empregando a palavra “descamponização”, os próprios camponeses fornecem uma definição extremamente precisa e relevante desse processo, que redundará na destruição radical do antigo campesinato patriarcal e na criação de novos tipos de população rural. (LÊNIN, 1985, p. 113).

Outro importante escritor deste período foi Kautsky (1968) que no prefácio à tradução francesa do livro “A questão agrária” coloca como problema central a superioridade da indústria sobre a agricultura camponesa, afirmando:

Antes de empreender as pesquisas sobre a questão agrária, cujos resultados constam deste volume, a minha concepção da evolução social era que a exploração camponesa se via ameaçada de um lado pela fragmentação, de outro, pela grande empresa. Portanto, o mesmo desenvolvimento, embora talvez sob forma diversa, se

produzia na agricultura e na indústria – a proletarização num dos pólos, no outro a marcha ovante da grande exploração capitalista (KAUTSKY, 1968, p. 12)

E para reforçar esta ideia, afirma:

Cheguei também ao resultado de que a agricultura não produz por si mesma os elementos de que necessita para alcançar o socialismo. Ao contrário, a agricultura independente da indústria, quer seja camponesa, quer seja capitalista, deixa cada vez mais de ter o seu papel na sociedade. A indústria subjuga a agricultura. Assim a evolução industrial traça cada vez mais a lei da evolução da indústria. (KAUTSKY, 1968, p. 12).

Kautsky (1968) considera que somente é possível verificar a aplicabilidade da teoria de Marx à agricultura estudando as transformações da pequena exploração no decurso do regime capitalista, particularmente na forma como o capital se apropriar da agricultura:

Se se deseja estudar a questão agrária segundo o método de Marx, não se deve equacionar apenas o problema de saber se a pequena exploração tem ou não futuro na agricultura. Deve-se, ao contrário, pesquisar todas as transformações experimentadas por esta última no decurso do regime de produção capitalista. Deve-se pesquisar se e como o capital se apodera da agricultura, revolucionando-a, subvertendo as antigas formas de produção e de propriedade, criando a necessidade de novas formas. (KARL KAUTSKY, 1968, p. 24).

Neste sentido, Kautsky continua dando ênfase à hipótese de que a indústria é alavancadora das mudanças nela própria e na agricultura. Como afirma: “A indústria constitui a mola não apenas da própria evolução, mas ainda da evolução agrícola” (KAUTSKY, 1968, p. 317).

Retomando Marx a partir das trocas de carta entre ele e Vera Zasulich¹⁰, cujo tema de discussão foi a comuna rural russa, ela menciona a posição corrente entre os Marxistas Russos que afirmavam ser :“...a comuna rural uma forma arcaica condenada pela história a perecer” (ZASULICH, 1881, 1990, p. 127, tradução nossa).

Marx em suas respostas demonstra ser necessário analisar a comuna rural russa sob uma ótica diferente dos estudos realizados por ele em O capital. Ele argumenta que a expropriação dos produtores agrícolas no Ocidente ocorreu através da sucessão de um modelo de propriedade privada parcelaria para uma propriedade privada concentrada, diferente da realidade russa que partia de um sistema coletivo. (MARX, 1990, p.160).

A expropriação dos produtores agrícolas no Ocidente serviu para transformar a propriedade privada fragmentada dos trabalhadores em propriedade privada concentrada dos capitalistas, Porém sempre se tratava da substituição de uma forma de propriedade privada por outra forma de propriedade privada (MARX, 1990, p. 133).

¹⁰ Vera Zasulich e Marx trocaram cartas no período de fevereiro e março de 1881. Vera Zasulich foi ativista revolucionária e membro do grupo social democrata Edinstvo.

E continua Marx (1990, p. 133) afirmando que, diferentemente dos países da Europa Ocidental, a Rússia tinha no campesinato um sistema de posse comunitário e nunca privado, destacando que nesta forma comunitária de posse e uso da terra havia a **dualidade** do coletivo e do privado, ou seja:

A comuna rural russa, oculta um dualismo interior que, dadas certas condições históricas, pode levar a sua ruína [sua dissolução]. Existe a propriedade comum da terra, porém [por outro lado, na prática, o trabalho de cultivo ou a produção só se realiza em pequenas parcelas camponesas] cada camponês cultiva e trabalha [sua parcela, recolhe os frutos de seu campo] seu campo por sua própria conta, como o pequeno camponês ocidental (MARX, 1990, p. 136).

Marx (1990, p. 139) afirma que esta dualidade pode ser desintegradora, podendo ter dois caminhos: ou o elemento de propriedade dentro dela prevalecerá sobre o coletivo ou vice-versa. A saída por um caminho ou outro depende do ambiente histórico.

Entretanto, Marx destaca que a Rússia é o único país europeu em que a “comuna agrícola” se mantém em escala nacional. Enfatiza o fato de que a Rússia estava integrada ao contexto internacional no qual predomina a produção capitalista.

Contudo ele afirma que a maior debilidade da comuna rural russa é a falta de ligação entre uma comuna rural e outra, ou seja, o isolamento e a pouca comunicação entre elas: [...]existe uma característica na “comuna agrícola” russa que a debilita, que lhe é hostil em todos os sentidos. É seu isolamento, sua falta de conexão entre as vidas das diferentes comunas. (MARX, 1990, p. 145).

Por fim, ele considera que a decadência da comuna rural russa seria decorrente da opressão do Estado e da entrada do capitalismo (com a conivência do Estado) sobre os camponeses. Aqui nos interessam as reflexões de Marx, que sai de uma posição unilinear para uma multilinear sobre o destino no campesinato.

Os estudos realizados por Chayanov¹¹ (1981) destacam que a economia camponesa tem uma racionalidade que necessita ser aprofundada. Destaca a importância de realizar estudos sobre formas não capitalistas de economia, a exemplo da economia camponesa que nem sempre “se adaptam ao marco da economia clássica e da teoria da economia nacional” (CHAYANOV, 1981, p. 134). Menciona que “Na moderna teoria da economia nacional tornou-se costume pensar todos os fenômenos econômicos exclusivamente em termos de economia capitalista” (CHAYANOV, 1981, p. 133) e prossegue:

¹¹Chayanov foi um dos principais estudiosos do campesinato russo ligado à escola da Organização de Produção na Agricultura, também se tornou uma das figuras mais eminentes do “movimento cooperativo panrusso” e da “união panrusa de Zemstva (órgão eletivo do governo local com ampla representação popular e centros de estatísticas agrárias). (SPEROTTO, 1988)

Todos os demais tipos (não capitalistas) de vida econômica são vistos como insignificantes, ou em extinção; no mínimo considera-se que não têm influência sobre as questões básicas da economia moderna e não apresentam, portanto, interesse teórico. (CHAYANOV, 1981, p. 133).

Chayanov (1981, p. 136) considera que a teoria econômica capitalista se constitui em um “complexo sistema de categorias econômicas inseparavelmente vinculadas entre si: preço, capital, salário, juros e renda, determinam-se uns aos outros, e são funcionalmente interdependentes”. Assim sendo, o autor afirma que a economia capitalista não poderia explicar um sistema “baseado na economia natural”, que serve para satisfazer a necessidade das famílias.

Chayanov define como economia natural como aquela economia que permite a compreensão dos elementos que compõe as necessidade de consumo da unidade de produção camponesa:

[...] A atividade econômica humana é dominada pela exigência de satisfazer as necessidades de cada unidade de produção, que é ao mesmo tempo uma unidade de consumo. Por isso, aqui, o orçamento é em grande medida *qualitativo*: para cada necessidade familiar é necessário prover, em cada unidade econômica, o produto *in natura* qualitativamente correspondente. (CHAYANOV, 1981, p. 136).

Chayanov (1981, p. 138) considera que a família camponesa “emprega sua força de trabalho no cultivo da terra e recebe como resultado de um ano de trabalho certa quantidade de bens”. Ainda afirma que o estudo da estrutura interna da unidade familiar de produção campesina permite compreender que não é possível usar os mesmos elementos da economia capitalista para o melhor entendimento da economia campesina, ou seja, “é impossível, sem a categoria salários, impor a esta estrutura o lucro líquido, a renda e o juro do capital, como categorias econômicas reais, no sentido capitalista da palavra” (CHAYANOV, 1981, p. 138-139).

Considerando a posição de Chayanov, de que a economia camponesa deve ser compreendida através da economia natural e sabendo que a economia natural parte da premissa que deve ser considerada a relação entre consumo e trabalho, além de que para o autor o produto do trabalho campesino é a “única categoria de renda possível para uma unidade familiar camponesa” (CHAYANOV, 1981, p. 138). Neste sentido ele afirma:

Naturalmente, deve-se acrescentar que este indivisível produto do trabalho nem sempre será o mesmo para todas as unidades econômicas familiares. Variará segundo a situação do mercado, a localização da unidade relativamente aos mercados, a disponibilidade dos meios de produção, o tamanho e composição da família, a qualidade da terra e outras condições de produção da unidade econômica” (CHAYANOV, 1981, p. 138).

E o autor aprofunda a análise da economia camponesa e aborda a integração parcial do camponês no mercado global como forma de manutenção e reprodução de seu modo de vida, este aspecto será, para este estudo, um elemento de pesquisa.

[...] Uma análise mais profunda indica o seguinte: o produto do trabalho indivisível de uma família, e, por conseguinte, a prosperidade da exploração familiar não aumenta de maneira tão marcante quanto o rendimento de uma unidade econômica capitalista influenciada pelos mesmos fatores, porque o camponês trabalhador, ao perceber o aumento da produtividade do trabalho, inevitavelmente equilibrará os fatores econômicos internos de sua granja, ou seja, com menor auto-exploração de sua capacidade de trabalho. Ele satisfaz melhor as necessidades de sua família, com menor dispêndio de trabalho, e reduz assim a intensidade técnica do conjunto de sua atividade econômica. (CHAYANOV, 1981, p. 141).

Segundo Sánchez de Puerta (1995), as proposições de Chayanov sobre o desenvolvimento agrário partem de “sua análise micro e macro da agricultura russa”. Estes estudos, em sua perspectiva micro, são apresentados na “Teoria da Economia Campesina”, na qual reúne uma série de análises sobre o funcionamento organizativo, econômico e social da unidade de produção familiar do camponês (SÁNCHEZ DE PUERTA, 1995).

Para Nazaré Wanderley (2009) os estudos de Chayanov têm elementos contemporâneos que necessitam ser resgatados, particularmente “[...] suas concepções sobre a produção familiar na agricultura” (WANDERLEY, 2009).

Chayanov, de acordo com vários autores, Sánchez de Puerta (1995); Sperotto (1988), centra seus estudos em descobrir como se desenvolve o capitalismo na agricultura e que lugar ocupa o desenvolvimento do campesinato, ou ainda se pergunta se este está fadado ao desaparecimento. Neste sentido, segundo Sperotto (1995).

seus estudos vão levá-lo a constatar que a economia campesina é uma forma de produção não capitalista que apresenta uma “flexibilidade e adaptabilidade” para desenvolver formas de resistências e capacidade de persistir e reproduzir-se em sistema econômico distinto (SPEROTTO, 1995, tradução nossa).

Este posicionamento é importante para nosso trabalho, pois sinaliza para uma possibilidade de sobrevivência do campesinato frente ao capitalismo e apresenta uma economia que se baseia em elementos qualitativos que enfatizam a capacidade de manutenção e reprodução socioeconômica da família camponesa.

Assim sendo, Chayanov nos remete ao que perseguimos neste estudo como “modo de produção camponesa”, onde o ato de produzir está para além da satisfação das necessidades do grupo familiar, mas se relaciona, na contemporaneidade, com a responsabilidade com o outro, com a sociedade em geral. Praticando uma “outra agricultura” o camponês resgata o conhecimento a partir da experiência com a natureza e com os saberes herdados.

Neste sentido, Wanderley (2009) nomeia esta forma de produzir de “uma outra agricultura”, que seria uma forma de produzir comprometida com a sociedade em geral e a partir do conhecimento que é inerente a trajetória histórica, ou seja:

Produzir qualidade supõe, nesta perspectiva, que os agricultores dispõem de uma profunda competência profissional, que resulta da confluência do saber técnico aprendido, com o conhecimento da terra e da atividade agrícola, herdado das gerações anteriores e assimilado pelas experiências cotidianas da observação e do trabalho localizado (WANDERLEY, 2009, p. 195).

Por sua parte, Mendras (1978) defende a ideia de que o camponês está ligado a uma sociedade camponesa e para tanto o autor faz uma distinção entre a sociedade camponesa, a agricultura industrial e a sociedade tribal ou selvagem. Para este trabalho será mencionado a definição de sociedade camponesa proposta pelo autor, uma vez que faz-se necessário estabelecer na contemporaneidade o que é o camponês. Mendras traz elementos fundamentais para uma investigação sobre o campesinato.

Para este autor a sociedade camponesa se caracteriza pelos seguintes traços:

1. Autonomia relativa das coletividades camponesas frente a uma sociedade envolvente que as domina, mas tolera as suas originalidades.
2. A importância estrutural do grupo doméstico na organização da vida econômica e da vida social da coletividade.
3. Um sistema econômico de autarquia relativa, que não distingue consumo e produção e que tem relações com a economia envolvente.
4. Uma coletividade local caracterizada por relações internas de interconhecimento e de relações débeis com as coletividades circunvizinhas.
5. A função decisiva do papel de mediação dos notáveis entre as coletividades camponesas e a sociedade envolvente. (MENDRAS, 1978, p. 15).

Mendras reafirma esta posição ao considerar que o essencial deste modelo é o reconhecimento feito entre os pares, ou seja, “[...] uma sociedade camponesa que identifica o camponês e nada mais” (MENDRAS, 1978, p. 15)

Ainda afirma que a sociedade industrial “triumfa” sobre a forma de existência da sociedade camponesa, fazendo com que a sua autonomia relativa desapareça frente ao processo de industrialização e urbanização. “A autarquia econômica, demográfica, social e cultural torna-se incompatível com o desenvolvimento de nossa sociedade” (MENDRAS, 1978, p. 13).

Considera, ainda, que as “Sociedades agrárias e sociedades camponesas caracterizam-se pela organização que souberam estabelecer no quadro e nas condições que lhe oferecia a natureza” (MENDRAS, 1978, p. 19). Mais adiante, Mendras conceitua o camponês como:

Por camponês, é necessário entender a família camponesa, a unidade indissociável que conta ao mesmo tempo os braços que trabalham e as bocas

que tem de ser alimentadas; unidade que pode ser tratada do ponto de vista econômico como um agente. (MENDRAS, 1978, p. 44).

Mendras (1978), como Chayanov, mantém a opinião de que a economia camponesa é primordialmente organizada para a automanutenção de seus membros, no entanto há um excedente que vai para o mercado envolvente.

Além disto, Mendras destaca que apesar das diferentes formas de posse da terra que a família camponesa possa ter, um aspecto importante é o fato de que ela “dispõe ao menos do direito de explorar essa terra, seja por redistribuição entre as famílias da aldeia seja por concessão do proprietário fundiário” (MENDRAS, 1978, p. 45).

Mendras destaca que se por um lado o camponês busca a manutenção de sua forma de vida, da continuidade de sua família, do grupo doméstico e da linhagem, por outro, este sistema não é fechado, e para a sua manutenção interage com a economia envolvente, como afirma:

A outra face da economia camponesa é, precisamente, a sua participação em uma economia mais ampla, que a domina, contra a qual ela se protege e que procura também utilizar em seu proveito. A economia envolvente pode contentar-se em tributar uma parte de cada produção, inclusive no sistema de autoconsumo camponês. (MENDRAS, 1978, p. 46).

Outro conceito importante estabelecido por Mendras é o de grupo doméstico, que ele define como sendo “o grupo constituído pelas pessoas que vivem, segundo a expressão dos antigos, da mesma panela e do mesmo fogo, do mesmo pão e do mesmo vinho” (HENRY MENDRAS, 1978, p. 65). Esta definição de grupo doméstico que integra os membros direto da família camponesa e os “agregados” que estão envolvidos também com as atividades produtivas e reprodutivas da família camponesa será elementos de pesquisa neste estudo, para tanto adotamos este conceito.

Mendras usa o termo sociedade camponesa para designar o coletivo organizado e “relativamente pequenas e autônomas, instaladas sobre um território” (MENDRAS, 1978, p. 85). Afirma que: “cada sociedade camponesa organiza suas coletividades locais segundo modelos particulares que constituem a característica intrínseca de sua civilização” (MENDRAS, 1978, p. 86). Esta coletividade permite estabelecer uma “sociedade de interconhecimento” que faz com que os membros desta sociedade tenham o sentimento de pertencimento tanto a uma família como a um lugar.

Este sentimento de pertencimento a um lugar Mendras (1978, p. 87) designa como sendo “*habitat*, isto é, ao mesmo tempo um território, definido por oposição aos territórios

vizinhos, e um território construído que serve a seus habitantes de residência, de instrumento de trabalho e de quadro de sociabilidade”. Ele ainda afirma:

Em suma: primo, cada um está ligado aos demais por relação bilateral de conhecimento global e tem consciência de ser conhecido do mesmo modo; *secundo*, o conjunto dessas relações forma um grupo ou uma coletividade de interconhecimento (MENDRAS, 1978, p. 88).

Em suas reflexões sobre o futuro do campesinato, Mendras reafirma a sua tese de sobrevivência do mesmo, destacando suas formas de resistência para manutenção da essência camponesa frente ao processo de industrialização. No entanto, o autor, destaca o fato de a economia camponesa ser capaz de se adaptar as diferentes situações imposta pela sociedade envolvente, ou seja:

O arranjo social que serve de arcabouço para todas as sociedades camponesas testemunha um vigor e uma perenidade surpreendente. A economia camponesa, organizada em grupos domésticos no seio de uma coletividade local que goza de relativa autonomia, é uma espécie de “biocenose” social, que se acomoda a todos os tipos de condições naturais, mesmo as mais difíceis, que se submete aos tipos mais diversos de sociedade envolventes e que é capaz de assimilar as novidades técnicas e sociais aparentemente mais estranhas à sua lógica. (MENDRAS, 1978, p. 245).

Ele ainda afirma que apesar de na Europa Ocidental a sociedade industrial ter conseguido concretizar o fim do campesinato nos termos acima mencionados, ao mesmo tempo, “a industrialização do resto do planeta provoca o renascimento, o esforço e às vezes a aparição de campesinatos” (MENDRAS, 1978, p. 246).

O autor conclui no capítulo **“Qual o futuro para os camponeses?”** com uma reflexão que aponta para a esperança da permanência de um campesinato que seja capaz de superar os males da sociedade industrial. Mencionando ainda sua esperança na harmonização do homem com a natureza:

Agora que nosso planeta se reduziu a um jardim onde todos os recantos devem ser cultivados para nutrir a humanidade, é tempo de que o homem deixando de ser o conquistador do universo volte a ser o jardineiro do planeta (MENDRAS, 1978, p. 247).

Assim ele anuncia sua esperança no processo de campezinação e recampezinação.

Outro estudioso do campesinato Eric Wolf, segundo Duque-Arazola (1985, p. 30), define o camponês “[...] em um primeiro momento [...] a partir de sua característica essencial, a posse da terra”.

Wolf (1970), em “Sociedades Camponesas”, considera que os camponeses, diferentemente das sociedades primitivas, que trocam diretamente seus excedentes entre os grupos ou entre seus membros. Os camponeses fazem as transferências de seus excedentes para grupos dominantes, como citado a seguir:

[...] os camponeses, no entanto, são cultivadores rurais cujos excedentes são transferidos para as mãos de um grupo dominante, constituído pelos que governam, que os utilizam para assegurar seu próprio nível de vida, e para distribuir o restante entre grupos da sociedade que não cultivam a terra, mas devem ser alimentados, dando em troca bens e serviços (WOLF, 1970, p. 16).

Eric Wolf caracteriza o camponês como sendo:

[...] um só tempo, um agente econômico e o cabeça de uma família. Sua propriedade tanto é uma unidade econômica como um lar. A unidade camponesa não é, portanto, somente uma organização produtiva formada por um determinado número de “mãos” prontas para o trabalho nos campos; ela é também uma unidade de consumo, ou seja, ela tem tanto “bocas” para alimentar quanto “mãos” para trabalhar. (WOLF, 1970, p. 28).

Outro aspecto importante nos estudos de Wolf (1970) é o fato de que o camponês estabelece uma lógica que assegura a “ordem social de seu pequeno mundo” e isto significa ir além da manutenção da família, envolvendo a manutenção de sua identidade cultural. Wolf considera que apesar da manutenção da “ordem social” sempre haverá certa tensão entre a existência camponesa e a subordinação do mesmo ao hegemônico, assim sendo ele afirma:

[...] que os camponeses serão obrigados a manter o equilíbrio entre suas próprias necessidades e as exigências de fora, estando sujeito às tensões provocadas pela luta para manter o equilíbrio. (WOLF, 1970, p. 28).

Wolf retoma o conceito de Chayanov de que o camponês é “em um só tempo, um agente econômico e o cabeça de uma família. Sua propriedade tanto é uma unidade econômica como um lar” (WOLF, 1970, p. 28).

Neste sentido Wolf (1970) destaca que a grande questão do camponês é equilibrar as exigências externas e as necessidades de autoconsumo de sua família. Então menciona que frente a esta situação o camponês tem possibilidade de seguir duas estratégias: “A primeira delas é incrementar a produção; a segunda, reduzir o consumo” (WOLF, 1970, p. 31), e conclui dizendo:

A existência de uma vida camponesa não envolve meramente uma relação entre camponeses e não-camponeses, mas um tipo de adaptação, uma combinação de atitudes e atividades destinadas a sustentar o cultivador em sua luta pela sobrevivência individual e de toda a sua espécie, dentro de uma ordem social que o ameaça de extinção. (WOLF, 1970, p. 34).

Em seu estudo sobre a economia camponesa, Wolf (1970, p. 36) apresenta um sistema camponês que busca gerar sustento e excedente. Para melhor explicar isto o autor estabelece uma tipologia que ele nomeia de ecotipo e que define como sendo “um sistema de transferência de energia do meio ambiente para o homem”

Na continuidade de seus estudos do ecotipo, Wolf estabelece dois ecótipos: o primeiro é o paleotécnico (primitivo, com o uso da força de trabalho humano e animal) e, o segundo, o

neotécnico (com o uso de máquinas e equipamento e uso de combustível gerado a partir da revolução industrial).

Wolf apresenta exemplos dos ecótipos de camponês, que são: paleotécnico (mediterrâneo, transalpino, etc) e no neotécnico (horticultura especializada, fazendas leiteiras, cultivo composto, culturas agrícolas dos trópicos).

Wolf destaca, ainda, que além das atividades agrícolas os camponeses estão envolvidos em atividades não agrícolas, processos de transformação (por exemplo, as sementes são transformadas em pão, o leite em manteiga).

Wolf (1970, p. 60) menciona a importância de dois aspectos para melhor compreender a dinâmica da economia camponesa em relação as esta atividades não agrícolas, quais sejam:

- (1) Até que ponto a própria família do camponês se encarrega desses artesanatos necessários ou até que ponto ela passa a outros esses encargos, pagando-lhes em alimentos. (2) Até que ponto o camponês beneficia seus produtos ou se, ao contrário, entrega-os a um beneficiamento executado por especialista.

O estudo da forma de circulação dos produtos e serviços gerados pela unidade camponesa permite compreender o seu sistema de troca com a sociedade mais ampla:

[...] são funções da divisão de trabalho dentro desta sociedade mais ampla, e os mecanismos específicos que asseguram a troca de frutos do cultivo com outras habilidades estão consequentemente ligados à escala e objetivos da divisão de trabalho da sociedade envolvente (WOLF, 1970, p 60).

Para concluir parte deste capítulo pode-se verificar que o conceito de campesinato e a busca por uma definição do que é um camponês pode, no período dos estudos clássicos, ser abordado por várias vertentes: “a visão de classe, o enfoque culturalista, a abordagem sociopolítica ou o sistema econômico” (DUQUE-ARRAZOLA, 1985) ou ainda como afirma Shanin (2005) através da sua diversidade e multiplicidade de tipos.

Além disto, pode-se constatar que os estudos europeus situavam o campesinato, em sua origem, como feudal ou pré-capitalista. Além disto, defendiam a tese de que uma parte dos camponeses se transformaria em burgueses rurais e outra em proletários rurais. Estas premissas dos estudos camponeses europeus influenciaram sobremaneira os estudos realizados na América Latina e consequentemente o Brasil.

3.1 SOBRE O CAMPESINATO NO BRASIL

Segundo Welch; Malagodi; Cavalcanti e Wanderley (2009) os estudos sobre o campesinato no Brasil tomaram maior amplitude a partir dos anos 60 e 70 e foram divididos em duas correntes: uma defendia o surgimento do campesinato a partir de um sistema feudal-

escravista e a outra o situavam numa perspectiva do capitalismo mercantil. Foram compreendidos no contexto do surgimento das revoluções no campo na América Latina e da crise econômica dos países em desenvolvimento.

Também há diferentes posições sobre a existência ou não de um campesinato no Brasil. Alguns autores defendem que o campesinato aparece a partir da chegada dos colonos europeus ao Brasil, em torno de 1850, e outros afirmam que seu início se deu no processo de colonização, através das brechas camponesas. Para Gustavo Acioli Lopes,

[...] no Brasil, por sua vez, a discussão acerca da existência ou não de uma população camponesa com raízes coloniais ligava-se ao papel atribuído à agricultura no desenvolvimento econômico do país, e, além disso, o termo foi empregado pela(s) esquerda(s) desde os anos 1920 e manteve sua conotação política abrangente, com vistas a garantir o acesso a terra para todos os não proprietários do campo (LOPES, 2011, p. 2).

Entre os autores estudados, é possível constatar que alguns dão ênfase aos aspectos político-econômicos do campesinato, enquanto outros abordam numa perspectiva antropológica e há os que optam por uma abordagem econômica.

No entanto, há uma quase unanimidade entre os estudiosos, entre outros, Nazaré Wanderley, Theodor Shanin, Otávio Guilherme Velho, Horário Martins de Carvalho em situar os camponeses como sujeitos políticos e como uma categoria social e sociológica.

Outro ponto que merece destaque é o fato de que apesar de uma das principais características do campesinato ser a produção familiar para manutenção e reprodução do sistema camponês, isto não implica numa ausência de vínculos mercantis com a sociedade em geral, aspecto que é destacado por alguns autores e que mereceu o aprofundamento neste estudo, considerando ainda que outras constatações dão conta de que há alguns teóricos, da atualidade, que defendem o desaparecimento do campesinato, outros que abordam a existência de camponeses e “agricultores familiares”, fazendo uma distinção entre um e outro, e ainda os que defendem a permanência de um camponês contemporâneo através de um “modo de vida” e de “uma forma de fazer agricultura”.

Diante do exposto acima, neste capítulo serão apresentados alguns autores dos estudos camponeses no Brasil, desde a década de 60 até atualidade, posicionando as duas correntes defendidas até hoje, ou seja: a que demarca o surgimento do campesinato como estrutura senhor-escravo e a que aponta o surgimento do camponês como capital-trabalho.

Este percurso tem o objetivo de levar à compreensão sobre em que patamar está a discussão atual e refletir sobre a existência de um campesinato contemporâneo. O desafio está em refletir sobre as diferentes posições e compreender quais as contribuições foram dadas para a melhor compreensão da realidade camponesa no século XXI.

Como vimos no capítulo anterior, os estudos europeus situavam o campesinato, em sua origem, como feudal ou pré-capitalista. Além disto, defendiam a tese de que uma parte dos camponeses se transformaria em burgueses rurais e outra em proletários rurais. Estas premissas dos estudos camponeses europeus influenciaram sobremaneira os estudos realizados na América Latina e conseqüentemente o Brasil.

Para situar este debate, neste capítulo será tomado como ponto de partida a caracterização do camponês dada por Forman (1979), em seu livro **“Camponeses: sua participação no Brasil”**, no qual define ser o camponês brasileiro “um produtor em pequena escala que supre com gênero alimentícios e trabalho o setor dominante da economia orientada para a exportação”.

O autor defende que ao lado do sistema de *plantation* desenvolveu-se o campesinato brasileiro composto por pequenos proprietários, rendeiros e parceiros “que atuava tanto como produtores de mercadorias e como força de trabalho dentro do sistema, bem como fornecedores de alimentos ao mesmo” (FORMAN, 1979, p. 47).

Forman (1979) ressalta que a produção camponesa, em sua função de abastecimento do mercado interno, sempre foi uma atividade importante desde o Brasil colônia. No entanto, ela esteve sempre ofuscada pela economia rural de exportação.

Forman (1979) destaca ainda que apesar do sistema de *plantation*, no Brasil, ter exercido uma hegemonia econômica, política e social durante quatro séculos, “não foi – e não é – um quadro total do modo de vida no Brasil rural” (FORMAN, 1979, p. 48). E o autor ainda prossegue afirmando que o sistema de *plantation* esteve entrecortado por uma “rede de outros vínculos econômicos”, entre eles uma economia doméstica consideravelmente articulada.

Segundo o autor, a passagem da lavoura escravista para o sistema de *plantation* sem escravos não modificou significativamente o rural brasileiro, uma vez que já vinha ocorrendo uma transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Mesmo havendo uma passagem da relação escravocrata para uma de homem livre, os negros ainda mantinham uma subordinação ao senhor de engenho. Como afirma Forman (1979) “os negros livres estavam atados à terra por um sistema de débitos e créditos (com recursos limitados e sem ter para onde ir)” (FORMAN, 1979, p. 49).

Além dos negros livres, integravam o sistema agrário brasileiro: os lavradores, os moradores, os foreiros que compunham o campesinato com diferentes formas de acesso à terra e com diferentes vínculos socioeconômicos com os senhores de engenho.

Outro aspecto destacado por Forman é que a produção e comercialização de gêneros alimentícios para o abastecimento dos engenhos e das áreas urbanas, sem esquecer o próprio consumo doméstico, foi sempre uma das principais funções do campesinato. No entanto, o processo de comercialização dos produtos foi palco de repressão pelo poder econômico e político, visto que era mantido sob controle do Estado.

Partindo da análise do marxismo ortodoxo, Caio Prado Jr. (1960) foi um dos defensores do capitalismo mercantil para compreensão do campesinato brasileiro. Para ele, se passou da escravatura para o assalariamento dos trabalhadores rurais. Havendo no campo “pequenas lavouras” que estariam integradas ao sistema capitalista sob a forma de dependência. Seu ponto de análise, segundo Sabourin (2009), esteve baseado “numa visão europeia segundo a qual só existiria sistema camponês a partir da transformação do sistema feudal de serventia”

Já para Horário Martins de Carvalho o termo camponês é recente no Brasil, tendo sido empregado a partir dos anos 50, sendo muito mais uma reivindicação do partidos de esquerda latino-americanos.

No entanto, ele considera que o campesinato no Brasil surge de uma relação de contradição e subalternidade com o “latifúndio da sesmaria com as empresas mercantis e, depois, capitalistas” (CARVALHO, 2012, p. 9).

Marques (2008, p. 60) afirma que “o campesinato (no Brasil) é criado no seio de uma sociedade situada na periferia do capitalismo e à margem do latifúndio escravista”.

Em sua maioria, os estudos camponeses apontam para o fato de que os mesmos sempre foram tratados como um grupo “marginal” e pouco reconhecido, que esteve à mercê das políticas e interesses hegemônicos, além de ter uma imagem de atraso e pobreza. Como menciona os autores:

O campesinato, uma categoria esquecida, espúria, em processo de diferenciação social, em direção a uma das classes polares do capitalismo, era sinônimo de atraso, da fragilidade política e da dependência; acrescia-se a essas fragilidades a noção de ineficiência econômica, técnica, resultante do seu tradicionalismo e aversão ao risco (WELCH; MALAGODI; CAVALCANTI; WANDERLEY, 2009, p. 23).

Oberg (2009), em artigo publicado em 1957, discorrendo sobre a estrutura da economia agrícola, menciona que os estudos brasileiros referem-se a quatro tipos principais de estabelecimento agropecuários, quais sejam: o primeiro denominado de “**plantação**”, que é composto pelas grandes propriedades de monocultura; o segundo seria a fazenda de criação; a terceira categoria contemplaria as fazendas tipo granja e na quarta as pequenas propriedades,

que podem ser de proprietário ou arrendatário. Este último tipo o autor caracteriza como sendo aquela propriedade que:

[...] produz culturas alimentares e, muitas vezes, uma cultura econômica, empregando a sua própria mão-de-obra, a de sua família e, algumas vezes, trabalhadores braçais. As fazendas conhecidas como herdadas, de imigrantes alemães, italianos, poloneses, ucranianos e japoneses, pertencem a esse tipo, mas também podem ser elas encontradas em outras partes do Brasil. O tipo de utilização de terra varia desde os métodos agrícolas modernos, encontrados em certas localidades no sul, até a agricultura mais primitiva das queimadas, existentes em todas as partes do país” (OBERG, 2009, p. 181-182).

Oberg menciona um quinto tipo, o qual denomina de “campônio marginal”¹² (Oberg, 2009), que ele descreve como sendo:

[...] daqueles que vivem e cultivam tratos de terra nas propriedades de outros, estando sujeitos a um conjunto espantoso de regulamentos de posse. É ele o pequeno produtor de subsistência ou roceiro, que produz culturas alimentícias primárias, como milho, arroz, feijão e mandioca, criando alguns porcos e galinhas e possuindo, algumas vezes, um burro ou um cavalo que lhe serve de montaria. É um lavrador instável que vive a roçar e queimar o mato, o protótipo clássico do produtor brasileiro de alimentos. (OBERG, 2009, p. 182).

Ainda a respeito do “campeinato marginal”, Guilherme Velho (1979, p. 116) acrescenta que “muitos desses indivíduos na verdade constituíam uma espécie de “exército agrícola de reserva” para a *plantation* em seus momentos de expansão cíclica”.

Oberg, discorrendo sobre a relação do “campônio marginal” com a economia nacional considera que este está à margem da economia nacional e prossegue:

Ele é um zero econômico do Brasil, porque compra e vende pouco. Embora depositário de uma rica música folclórica e tradições populares, é também o depositário da ignorância, da pobreza e da doença. No Brasil, como em qualquer outra parte da América Latina, é o grande símbolo do subdesenvolvimento (OBERG, 1957/2009, p. 182).

Na atualidade, Alves e Rocha (2010) aproximam-se da tese de Oberg sobre a participação do campônio marginal na economia brasileira. Uma vez que em artigo intitulado “**Ganhar tempo é possível?**”, fazem uma análise sobre as incidências das políticas para o meio rural e suas estratégias de resolução da pobreza.

¹² Oberg (2009) vai além, e diz que o “campônio marginal” não se assemelha com os camponeses europeus e Asiáticos. E segue: “Se se lhe tirassem seus porcos e suas galinhas, ele seria como um índio selvagem, pois pratica um dos tipos mais primitivos de agricultura do mundo”. Apesar da autora deste trabalho não concordarmos com a afirmação do autor, é importante mencionar a definição dada por Oberg ao “campônio marginal” que é retomada por outros autores. Além disto, a caracterização do tipo 4, dada pelo autor, assemelha-se à definição dada por alguns autores contemporâneo ao agricultor familiar.

Alves e Rocha (2010), a partir de análise dos dados do Censo Agropecuário de 2006, categorizam os estabelecimentos rurais em três grupos. O primeiro grupo é composto por 8% dos estabelecimentos e geram 85% do valor da produção, e seria atendidos pelas políticas públicas de alcance geral. O segundo grupo é composto por 19% dos estabelecimentos, e são responsáveis por 11% do valor produzido, eles defendem que este grupo deve ser assistido por políticas mais específicas. Já o terceiro grupo é integrado 73% dos estabelecimentos e respondem por cerca de 4% da produção brasileira de alimentos, devendo ser objeto das políticas públicas de redução de pobreza, como demonstra o texto abaixo:

Na agricultura, simplesmente não há solução para o problema de pobreza destes (terceiro grupo). Forte dose de política social, de caráter assistencialista, se faz necessária para manter as famílias a eles vinculadas nos campos. A maioria do grupo é nordestina e órfã de proteção política no âmbito da agricultura, seja em termos de política agrícola, seja de política de desenvolvimento rural, cabendo melhor no escopo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Neste grupo, concentra-se a grande maioria daqueles que migrarão para as cidades. (ALVES; ROCHA, 2010, p. 288).

Em artigo, Guilherme Velho (2009) discorre sobre o conceito de camponês e sua aplicação à realidade brasileira, destacando que as discussões sobre o campesinato no meio acadêmico foram “em geral transportadas de análises que se referiam originalmente à Europa Ocidental, tal como ocorre com a noção de feudalismo”.

Para avançar na compreensão do desenvolvimento de um campesinato Guilherme Velho apoia-se na afirmação de Max Weber que menciona que “[...] os fatos rurais tenderiam sempre a uma certa especificidade local, em contraste com a tendência de universalidades dos fatos urbanos (GUILHERME VELHO, 1969/2009. p. 89). E parte, para a análise, de situações extremas, como aquelas presentes na fronteira amazônica e no Nordeste, estabelecendo indicadores que demonstrem a sua tese, segundo a qual o campesinato brasileiro seria um permanente camponês-proletário, como afirma:

Por trás desta discussão está a ideia de que o abuso da noção de camponês deve-se a uma série de “desvios”, que vão desde a subestimação da penetração do capitalismo no campo brasileiro, levando à proletarização rural, até a pregação mais ou menos ingênua de projetos de reforma agrária em que a pequena propriedade é privilegiada e considerada um ideal a ser assegurado. (GUILHERME VELHO, 2009, p. 90).

Estes dois pólos, camponês-proletário, são apresentados pelo autor a partir de dois casos: o primeiro trata do avanço da fronteira amazônica, que ele caracteriza como tendo uma alta disponibilidade de terra, escassez de mão de obra e uma baixa integração à econômica nacional. Este exemplo estaria no pólo que o autor denomina como mais camponês e menos proletário.

No outro extremo estaria o proletário rural, que, Guilherme Velho (2009) exemplifica com o caso da Zona da Mata de Pernambuco, onde a cultura da cana-de-açúcar é predominante. Nesta situação haveria menos terra, mais mão de obra e uma integração completa ao sistema econômico nacional. Esta situação teria como consequência um maior grau de proletarização do que de campesinato.

No entanto, o autor aponta para a importância de avançar em estudos que possam confirmar esta tese, que propõe os dois sistemas acima mencionados, uma vez que poderá haver no espaço, entre os dois extremos, situação que não se colocariam completamente de um lado ou do outro.

Guilherme Velho (1979) considera que o sistema de *plantation*, que surge no início do Brasil colônia, foi um obstáculo ao desenvolvimento do campesinato livre. Contudo, destaca que alguns autores consideram a existência de camponeses ligados ao sistema de *plantation*, uma vez que aos trabalhadores ou a parte deles era permitido o cultivo de um pedaço de terra para o autoconsumo. Ponto que o autor contrapõe dizendo tratar-se de uma relação de proletarização, pois o trabalho principal, deste agricultores, estava ligado à *plantation* “e submetido aos donos da *plantation* e a uma divisão de trabalho complexa que estava longe de algo que pudesse lembrar uma produção camponesa” (GUILHERME VELHO, 1979, p. 137, 1979).

Todavia, ele complementa que “essa força de trabalho manteve as suas características principais tanto quanto formalmente consideradas “escravas” quanto como “livres” (GUILHERME VELHO, 1979, p. 137). E prossegue em sua argumentação tratando da inexistência de um campesinato na estrutura do sistema de *plantation*.

O fato permanece que este tipo não constitui um campesinato, se bem que certos subtipos como o foreiro se aproximassem por vezes mais dessa caracterização em algumas de suas manifestações. Por outro lado, as grandes *plantation* tendiam a monopolizar o controle da terra e havia escassas possibilidades de um campesinato livre das *plantation*. (GUILHERME VELHO, 1979, p.138).

Guilherme Velho (1979) considera que a consequência das transformações capitalistas do *plantation* e do desaparecimento gradativo dos moradores típicos do *plantation* é o surgimento no Nordeste de um campesinato que ele caracteriza como sendo:

Pequenos camponeses que vendem o seu produto nos mercados e feiras locais. Esses pequenos camponeses são em geral ex-moradores e foreiros que de uma maneira ou de outra conseguiram manter ou adquirir um pequeno lote de terra [...] com o desenvolvimento do capitalismo, dá-se o aparecimento de um campesinato no cinturão açucareiro. (GUILHERME VELHO, 1979, p. 187).

Alberto Passos Guimarães (2009) defendia o caráter feudal e escravista da estrutura agrária brasileira. Em seus textos, o autor, traz uma compreensão histórica da formação agrícola brasileira. Apesar de não discordar do posicionamento de outros autores que situam o surgimento da pequena propriedade consolidada após a introdução de migrantes europeus, ele destaca que o surgimento do campesinato brasileiro se deu no período colonial ligado ao engenho de açúcar:

[...] seria um grave erro deixar de levar em conta a anterior etapa de gestação da classe camponesa, a qual parte, sem nenhuma dúvida, de um longo processo de espoliação, cujas primeiras consequências foram a incorporação aos engenhos de açúcar de uma multidão de trabalhadores livres miseráveis: os agregados (GUIMARAES, 2009, p. 46).

E segue:

Intrusos e posseiros foram os percursos da pequena propriedade camponesa. A princípio, as invasões limitavam-se às terras de ninguém nos intervalos entre as sesmarias, depois orientaram-se para as sesmarias abandonadas ou não cultivadas; por fim, dirigiram-se para as terras devolutas e, não raramente, para as áreas internas dos latifúndios semi-explorados. À força da repetição desses atos de atrevimento e bravura, pelos quais muitos pagaram com a vida, foi que o sagrado e até então intangível monopólio colonial e feudal da terra começou a romper-se (GUIMARAES, 2009, p. 51).

Seguindo a mesma hipótese de um campesinato feudal-escravista, Palacios (2004, p. 26) constata que “[...] os grupos de agricultores pobres, sujeitos de importância secundária no processo histórico comandado localmente pelas grandes usinas de açúcar, mantiveram-se durante os séculos XVI e XVII imersos e ocultos nos subterrâneos mais recônditos da história colonial”.

Aos camponeses, neste período, era atribuída uma série de nomeações, algumas delas guardavam também uma forma de relação com o senhor de engenho e com a posse da terra. As diferentes nomeações eram lavrador, morador, que são definidas como sendo:

Lavrador era um cultivador pequeno e independente, com um papel importante na economia açucareira do século XVI. Ele cultivava cana-de-açúcar na sua própria terra e a vendia aos engenhos (moinhos de açúcar movidos a vapor), os quais eram obrigados por lei a processar a cana-de-açúcar (FORMAN apud CANABRAVA 1967, p. 45-47, grifo nosso).

O lavrador era alternativamente aplicado a um parceiro de uma grande “*plantation*” que não pagava renda ou taxas. Ele podia construir uma casa, manter outras terras, ocasionalmente ter um escravo, mas a sua obrigação principal era plantar cana-de-açúcar para o dono do engenho (FORMAN apud DIEGUES JÚNIOR 1959, p. 106-107).

O morador residia nas terras do engenho, no entanto não tinha obrigação de plantar cana; no princípio, ele era uma pessoa à qual o dono da propriedade deu um pedaço de terra, ajudando-o a construir a sua casa e a plantar roças de verduras, legumes, milho, feijão, batata doce e aipim; em troca, ele ficava sujeito ao pagamento de uma taxa, que aliás muitos proprietários acabavam por não cobrar, pois era muito pequena a quantia. Em lugar disto, o proprietário recebia do morador gêneros

alimentícios que eram considerados mais um presente do que um pagamento (ibid., 107).

Os moradores, no entanto, não eram apenas fornecedores de alimentos; eles constituíam uma reserva de mão-de-obra para a indústria açucareira, e eram obrigados a dar vários dias de trabalho, mediante pequena remuneração (ou, às vezes, nenhuma) ao senhor de engenho (ANDRADE, 1964, p. 79, grifo nosso).

Além das denominações acima citadas, os camponeses também eram nomeados de foreiros, como menciona Forman:

Os foreiros originalmente alugavam dos senhores de engenho terras marginais, nas quais cultivavam lavouras de subsistência. Além da baixa renda que pagavam, eles faziam trabalho do tipo corveia durante as épocas de plantio e de colheita. (FORMAN, 2009, p. 39, grifo nosso).

Acioli Lopes (2009) citando Maria Isaura Queiroz, considera a definição dada pela autora como importante para compreender a caracterização do campesinato brasileiro, que apresentamos a seguir:

Adota o cultivo direto da terra pela família, o uso de técnicas rústicas (coivara), a mobilidade espacial e —”uma ligação vigorosa com seus meios de subsistência (a terra) como características que definem os pequenos lavradores, sitiantes” (incluindo os —”moradores”, —”agregados”, —”clientes”), enfim, o que seria o campesinato do período colonial e do século XIX no Brasil (QUEIROZ apud Lopes, 2009, p. 2).

Além destes, outros autores destacam a participação dos escravos na formação do campesinato brasileiro. Neste sentido, Lepkowski refere-se à “brecha camponesa”, que ele define como sendo “[...] a existência de atividades que, nas colônias escravistas, escapavam ao sistema de *plantation* entendido em sentido estrito” (LEPKOWSKI, 1968, p. 59-60 apud CARDOSO, 2009, p. 97) e ainda estabelece duas modalidades dessa “brecha camponesa”, quais sejam:

1) a economia independente de subsistência que os negros fugidos organizavam nos quilombos; 2) os pequenos lotes de terra concedidos em usufruto, nas fazendas, aos escravos não domésticos, criando uma espécie de mosaico camponês-escravo (LEPKOWSKI, 1968, p. 59-60 apud CARDOSO, 2009, p. 97).

Ainda sobre a “brecha camponesa”, Linhares e Teixeira da Silva (2009, p. 128) afirmam haver “indícios de que, apesar de todas as resistências do poder dominante, os escravos podiam não apenas cultivar para o próprio sustento como também produzir excedentes que eram encaminhados ao mercado”. Assim sendo, os autores consideram ser o processo de produção e comercialização de alimentos um indício de práticas camponesas dentro do sistema escravista.

O estudo de Linhares e Teixeira da Silva (2009) está focado na compreensão da agricultura de subsistência no Brasil, identificando, através de documentos históricos, grupos de camponeses que produziam para o consumo da população brasileira desde 1530 .

Os autores apresentam um Brasil, onde, desde o seu nascedouro, o camponês tinha importância na produção de alimentos para o mercado interno, identificando três formas de produção dedicada ao abastecimento deste mercado: “a) a brecha camponesa constituído um protocampesinato; b) lavradores diretamente subordinados ao senhores de engenho; c) os pequenos produtores do Agreste e do Sertão, além, é claro, da pecuária” (LINHARES; SILVA, 2009, p. 132).

Já Sabourin (2009) afirma que Martins amplia a análise da “brecha camponesa” integrando a este conceito os diversos tipos de arrendamento, como menciona abaixo:

Martins (1981) amplia a análise (sobre a brecha camponesa) para a evolução das formas dependentes de agricultura camponesa, em particular os diversos tipos de arrendamento. Ele define a existência de uma classe camponesa que corresponde aos agricultores excluídos do pacto político; em outros termos, os sem-voz, os invisíveis (MARTINS, 1981 apud SABOURIN, 2009, p. 29).

Por sua vez, Lamarche (1993) aponta o fato da agricultura camponesa, no Brasil, ter nascido “sob o signo da precariedade”, ou seja:

[...] precariedade jurídica, econômica e social do controle dos meios de trabalho e da produção e, especialmente, da terra; caráter extremamente rudimentar dos sistemas de cultura e das técnicas de produção; pobreza da população engajada nestas atividades, como demonstra a grande mobilidade espacial e a dependência ante a grande propriedade (LAMARCHE, 1993, p. 180).

Destacam-se as contribuições de Lamarche a respeito do caráter regional na história do campesinato, uma vez que interessa observar neste trabalho a forma como se deu na região Nordeste, uma vez que o campo de pesquisa está situado nesta região.

Sobre isto o autor afirma que no Nordeste:

[...] datam de 1700 as primeiras referências aos pobres livres dos campos. Eles são considerados “grupos diferenciados”, que se caracterizam por seu isolamento, por sua pobreza e pela agricultura de subsistência. Em determinadas ocasiões, essa população livre do Nordeste integrava-se na economia de mercado, contribuindo de modo significativo para a revitalização das populações locais e até mesmo participava das atividades principais da colônia, tais como a produção de cana-de-açúcar, de algodão e de tabaco. (LAMARCHE, 1993, p. 181).

Ademais, faz parte da formação campesina uma importante parcela dos imigrantes europeus¹³ que chegaram ao Brasil a partir do século XIX. No entanto, por não ser o foco deste estudo não haverá aprofundamento sobre as especificidades deste processo.

¹³ Como descreve Lamarche “Na Região Sul estabeleceu-se uma certa divisão espacial entre os pampas, onde a grande propriedade se instala a partir do século XVIII, e as regiões montanhosas, onde as comunidades

Segundo Sabourin (2009), após a Segunda Guerra Mundial, houve uma elevação nos preços agrícolas que ocasionou conflitos de acesso à terra, em contextos de violência e repressão. Neste sentido o autor relata que:

Durante os anos 1950, as Ligas Camponesas e os primeiros sindicatos fizeram sua aparição reivindicando os direitos básicos dos trabalhadores e a reforma agrária. Foi também uma fase de integração maior dos sistemas camponeses à economia de troca mercantil (SABORIUM, 2009, 38).

Este também foi o momento em que o governo central adotou o modelo de desenvolvimento econômico voltado para a modernização do campo. Com a implantação dos projetos de “desenvolvimento comunitários”, o surgimento da Extensão Rural, a instalação de infraestrutura viária, o apoio à agricultura patronal e à organização de cooperativas das comunidades rurais de “pequenos agricultores”.

Para Wanderley (2009), atualmente o campesinato continua sendo importante no Brasil, mesmo que se venha usando, cada vez mais o termo agricultor familiar para tratar de uma categoria genérica. Entretanto, ela afirma que “[...]a agricultura camponesa tradicional vem a ser uma das formas sociais de agricultura familiar, uma vem que se funda sobre a relação entre propriedade, trabalho e família” (WANDERLEY, 2009, p. 157).

Como mencionamos no parágrafo anterior, a partir do final do século passado, assistiu-se ao uso crescente do termo agricultura familiar/agricultor familiar para denominar certas categorias de atores sociais no meio rural. Isto tem sido acentuado a partir do surgimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que adotou em sua operacionalização o termo “agricultor familiar” para definir tipologias de beneficiários.

Este termo “agricultor familiar” e “agricultura familiar” veio a ser consolidado com a promulgação da Lei de Agricultura Familiar (já mencionada anteriormente), que integra na definição várias categorias que vivem no meio rural, tais como: empreendedores familiares, pescadores artesanais, extrativistas, entre outros.

Para uma Lei norteadora de uma política a caracterização do termo agricultor familiar/agricultura familiar tem sua funcionalidade, pois busca atender o máximo de atores sociais no meio rural. Contudo, do ponto de vista do estudo teórico das diferentes categorias

camponesas de imigrantes europeus se implantam no século XIX. A história anterior de imigrantes, as condições de sua instalação no país, independente das grandes propriedades e a possibilidade de reprodução da família, graças a deslocamentos constantes, explicam por que as colônias meridionais puderam constituir-se mais claramente em comunidades camponesas. Contudo, a exiguidade das terras disponíveis e a extrema precariedade dos sistemas de cultura predominantes provocarão frequentemente o declínio da economia colonial e forçarão essas populações a novas migrações”. (LAMARCHE, 1993, p. 182).

existentes no meio rural, acaba por invisibilizá-las, tanto para as políticas específicas quanto para os estudos acadêmicos.

É compreensível que para a política o conceito de agricultura familiar/agricultor familiar, enquanto categoria mais geral, pode sim contemplar várias “outras categorias”, inclusive a do camponês. No entanto, no estudo acadêmico é importante estudar as identidades particulares dos diferentes sujeitos sociais para compreender as dinâmicas e processo histórico, diferentes formas de relação com a natureza, a diversidade social e cultural e, as estratégias individuais e coletivas de diferenciação social.

Em função disto, este estudo busca identificar as formas atuais de existência do camponês, tomando como base a construção de tipologias e análise de grau de campesinidade e agroindustrialização. E como afirma Wanderley (2009, p. 198) “A elaboração de tipologias é, assim, mas do que nunca necessária à compreensão desta diversidade, garantindo, naturalmente, a compatibilidade entre a análise em termos de tipo-ideal e a análise histórica”.

Assim, é importante num primeiro momento fazer uma distinção entre agricultura familiar/agricultor familiar e agricultura camponesa/camponês. Neste sentido, Schneider (2006) afirma que o estudo de Abramovay foi importante para estabelecer uma distinção fundamental entre os conceitos de agricultor familiar e camponeses:

[...] enquanto os camponeses podem ser entendidos como “sociedades parciais com uma cultura parcial, integrados de modo incompleto a mercados imperfeitos”, representando um modo de vida caracterizado pela personalização de vínculos sociais e pela ausência de uma continuidade nas operações produtivas, a agricultura familiar seria “altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder as políticas governamentais [...] Aquilo que era antes de tudo um modo de vida converteu-se numa profissão, numa forma de trabalho” (SCHNEIDER apud ABRAMOVAY, 1992, p. 22 e 127)

Garcia Jr. e Heredia (2009), tratando do mesmo tema, enfatiza o fato de que atualmente se usa de forma generalizada a expressão “agricultura familiar”, tanto no mundo acadêmico, quanto no mundo político. Destaca que este uso tem sido largamente difundido a partir da implantação do Pronaf, como já mencionamos. Os autores reconhecem a importância do Pronaf como política de promoção dos atores no meio rural, no entanto eles alertam:

Mas se essa expressão ficar apenas vinculada a uma política pública, estaremos diante do mesmo erro e da armadilha de só percebermos agentes sociais quando chegam a ser nomeados pelo Estado. Perde-se de vista que o debate intelectual, ou a sequência de mobilizações políticas, podem constituir instâncias decisivas de críticas das classificações do mundo social em vigor, de nomeação de novas possibilidades. (GARCIA JR. e HEREDIA, 2009, p. 214, 2009).

Zander Navarro (2010) argumenta que o uso do termo agricultura familiar não abrange a diversidade de grupos sociais e produtiva existentes no meio rural brasileiro. Ele faz uma crítica ao uso generalizado do termo, que apresenta-se a seguir:

[...]se defenderá que a noção atualmente difundida e inclusive já institucionalizada de agricultura familiar, em um país tão heterogêneo quanto o Brasil, não permite, por qualquer critério teórico, abarcar produtores tão diferenciados. Não é logicamente possível atribuir às milhões de famílias rurais deste grupo alguma similaridade empírica e conceitual essencial, pois é noção que faz tabula rasa das diferenças sociais e econômicas existentes em seu interior (ZANDER NAVARRO, 2010, p. 197).

Portanto Navarro (2010) considera que o campesinato só é encontrado em sociedades pré-capitalistas. O autor afirma que nas sociedades capitalistas os camponeses ou são integrados tornando-se agricultores modernos ou abandonam o campo, migrando para os centros urbanos, como exposto a seguir:

Camponeses, em consequência, são coletivos sociais encontrados, frequentemente, apenas na gênese de processos econômicos que posteriormente constituíram sociedades capitalistas. Uma vez, contudo, que a lógica deste regime econômico-social tenha se imposto mais vigorosamente com o passar do tempo e sua sociabilidade se torne dominante, os camponeses encontram dois caminhos. Ou são gradualmente integrados, radicalmente alterando os seus sistemas de produção sob os ditames da agricultura moderna e, em especial, desenvolvendo uma nova racionalidade e formas de ação social, ou engrossam as correntes migratórias e deixam o mundo rural (NAVARRO, 2010, p. 198).

O autor defende que o capitalismo provocará a mudança extinguindo o camponês e fazendo surgir o agricultor familiar modernizado, que ele assemelha ao agricultor familiar:

[...] o desenvolvimento do capitalismo no campo, lentamente modificando não apenas a estruturação produtiva, tecnológica e econômico financeira, mas também materializando novos comportamentos entre os agricultores (e, portanto, novos valores, uma nova cultura e uma diferente moralidade, além de instituir uma nova racionalidade) acaba extinguindo as formas camponesas de produção. Em seu lugar, surge um conjunto, necessariamente menor, de produtores modernizados sob a ótica do capitalismo – são os agricultores familiares. (NAVARRO, 2010, p. 198).

Como premissa de distinção das diferentes formas de inserção deste agricultor familiar ao mercado Navarro (2010) propõe uma abordagem metodológica baseada no que ele denomina de “sociabilidade capitalista¹⁴”, que ele define como sendo:

Sociabilidade capitalista não se refere exclusivamente aos vínculos mercantis per se, pois é conceito amplo que inclui aspectos qualitativos e quantitativos (ou subjetivos e objetivos). A dimensão qualitativa se refere à racionalidade dos agentes (os membros da família de agricultores), seus valores, suas preferências culturais, enfim, sua visão de mundo. (NAVARRO, 2010, p. 203).

¹⁴ Não serão aprofundadas as proposições de Zander sobre os indicadores de “sociabilidade capitalista” por não se tratar de elementos adotados por este estudo

Em função do exposto até o momento é possível inferir que o tema do campesinato e da agricultura familiar não está concluído, posto que continua vigente a posição corrente da existência de um campesinato que resiste ao capitalismo a partir de um “modo de vida” e da integração parcial ao mercado e outra corrente que defende a modernização no campo, com o desaparecimento do camponês e o surgimento de uma categoria de agricultor familiar.

Esta distinção de posicionamento no meio acadêmico revela as contradições dos processos sociais que vêm acontecendo no campo. A compreensão desta realidade permitirá levar as discussões ao âmbito dos formuladores de políticas públicas e dar voz aos camponeses.

3.3. CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAMPESINATO CONTEMPORÂNEO

Neste capítulo buscar-se-á analisar como se apresenta o camponês no mundo contemporâneo? Que mudanças ocorreram na sociedade camponesa frente uma sociedade capitalista? Estas questões nascem de nossa inquietação a partir das leituras e da prática profissional junto aos agricultores.

Além de que a compreensão do que vem a ser o camponês contemporâneo permite situar o lugar deste sujeito na sociedade moderna, uma vez que foi constatado que para este grupo há nomeações de: camponeses e agricultores familiares, que vêm do meio acadêmico, dos técnicos de organizações não governamentais e organizações governamentais, e também, da ambiente dos formuladores de políticas públicas.

Muitas vezes essas nomeações são usadas para os mesmos grupos sociais, ou seja, em uma mesma comunidade técnicos e pesquisadores podem nomear os mesmos atores como camponeses e/ou como agricultores familiares. Assim sendo, acredita-se ser importante interrogar o que é o camponês contemporâneo? e, quais as distinções entre estes e o tipo de produtor agroindustrial ou moderno na categoria mais de agricultor familiar?

Partiu-se da opção teórica que afirma que o campesinato sobreviveu ao capitalismo, mas que mudanças ocorreram?. Associado a este aspecto, concorda-se com a premissa de alguns estudos que apontam para o fato dos camponeses, entre estes estudos empreendidos destaca-se os de Victor Toledo (2008, p. 41) que considera que os camponeses não foram totalmente transformados pelos fenômenos de modernização agrária.

Ademais, os camponeses são mencionados como mantenedores, em sua maioria, da diversidade biológica, linguística e agrícola do planeta, fator importante frente aos impactos do modelo de modernização urbano e rural que vem ocasionando um “esgotamento” do

planeta pela ação humana. Sobre isto Toledo (2008) menciona serem estes, os camponeses, os principais atores do meio rural que interatua com a diversidade biológica, linguística e agrícola do planeta.

[...] os membros destas sociedades tradicionais são os verdadeiros atores ou agentes sociais em quem recai a tarefa de interatuar com os reservatórios mais ricos de diversidade biológica do planeta, são eles que manejam e mantêm a diversidade agrícola (TOLEDO 2008, p 41, tradução livre)

A história da humanidade tem demonstrado que desde a pré-história (Era Paleolítica) a até o momento da modernidade (representado pela Revolução Industrial) o homem partiu da observação da natureza para criar as diferentes formas de estar no mundo. Como afirma Toledo (2008, p. 189) este período foi “em geral, uma permanente “produção” de diversidade”, uma ação que imitou um processo natural de vários milhões de anos de duração”¹⁵, ou seja:

[...] o desenvolvimento civilizatório do ser humano esteve baseado no reconhecimento, aproveitamento e criação de diversidade, o qual pode ser interpretado como um atuar em concordância, não em conflito, com as leis naturais (TOLEDO, p. 2008, p. 189).

No entanto o advento da modernidade, representada fortemente pela criação de uma civilização industrial, que tem uma forte carga de dominação do homem sobre o ambiente desembocou na crise civilizatória que assistimos na atualidade. Como afirma Domenico De Massi

Se no paleolítico a natureza prevaleceu numa medida esmagadora sobre a cultura, no neolítico a cultura irá colonizar zonas cada vez mais extensas da natureza, preparando o campo para o progressivo domínio do homem sobre o ambiente, o que ao longo dos séculos conduzirá à situação atual, a tal ponto que a natureza se tornou uma metáfora, uma ideologia, uma nostalgia e uma aspiração ancestral (DE MASSI, 2003, p 88).

Esta proposta modernizante foi implantada após a Segunda Guerra Mundial, no campo, adotando um modelo agroindustrial que privilegiava uma ideologia de “progresso”, de “desenvolvimento” e de “modernidade” em detrimento do saber e conhecimento tradicional e local dos agricultores.

Este processo de modernização contou com uma série de estratégias setoriais que buscava modificar a forma de produzir do camponês, tornando-o “moderno” e adotante dos pacotes tecnológicos. No Brasil, isto significava na transformação gradual da economia e na forma de produção camponesa. No entanto, este modelo modernizante não foi capaz de homogeneizar a realidade no campo e houve sempre um grupo de agricultores que resistiram, como afirma Van der Ploeg (2009):

[...] o modo de produção empresarial pôde apenas se materializar e se desenvolver devido às novas condições introduzidas e consolidadas pelo projeto de modernização massiva iniciado nas décadas de 60 e 70 em quase todo o mundo, ainda que com diferentes ritmos e diferentes consistências (VAN DER PLOEG, 2009, p. 17).

Ainda segundo o autor o processo de modernização da agricultura teve como base a “[...] introdução de novas sementes e seus respectivos “pacotes” de fertilizantes, herbicidas, pesticidas, crédito, obras-de-infraestrutura, serviços de extensão e treinamento, além da intervenção nos mercados” (VAN DER PLOEG, 2006, p. 18). No entanto, ele afirma que este processo, desencadeado pela Revolução Verde, “[...] não fez desaparecer o modo camponês de produção”.

Na opinião de Wanderley (2009) o camponês também continua a existir na sociedade atual, persistindo ao capitalismo e resistindo ao processo de modernização.

No Brasil, como na maioria dos países, a “teimosia” dos camponeses em continuar existindo, quando se esperava que o capitalismo eliminasse esta “classe de bárbaros” levou os pesquisadores a se questionar sobre a natureza econômica e social do campesinato, tal como se reproduz nos diversos contextos atuais das sociedades modernas. [...] Como pressupostos, mais ou menos explícitos, em cada autor, firmavam-se a concepção da diversidade e complexidade do campesinato e superação do caráter inevitável da sua decomposição (WANDERLEY, 2009, p. 13).

Wanderley (2009) reafirma assim, sua convicção na existência de um campesinato contemporâneo e na necessidade de centrar os estudos na compreensão do campesinato “no interior das sociedades capitalistas e não fora delas, como resultado das próprias contradições destas sociedades e da heterogeneidade das formas que elas assumem”.

Concordando com as convicções de Wanderley, com esta pesquisa, buscou-se estudar e confirmar ou não a existência de um campesinato contemporâneo, suas características e características de continuidade e ruptura do protótipo do camponês, a partir da observação da comunidade de Sítio Palmeiras no município de Chã Grande, Zona da Mata Norte de Pernambuco.

Por outro lado, estudo realizado pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e a Alimentação -FAO- (1996, p. 5) sobre o desenvolvimento dos sistemas de agricultura camponesa, aponta para o fato de em grande parte da América Latina o termo camponês se encontrar amplamente generalizado no uso corrente para designar um tipo de agricultor de caráter familiar sem ter em conta seu grau de diferenciação social.

No presente estudo há concordância com o autor que considera que no setor camponês as possibilidades de diferenciação sociais e de evolução das formas produtivas mais eficientes do ponto de vista da produtividade do trabalho familiar depende do comportamento

econômico, social e cultural específico da sociedade camponesa, porém também da orientação global que a sociedade em sua totalidade dê ao processo de acumulação de capital (FAO, 1996, p 5).

No estudo da FAO (1996) o autor destaca que em “1980 a força de trabalho camponesa era equivalente a mais ou menos 50% do total de empregos urbanos do setor moderno da economia”¹⁶. Esta persistência do campesinato em permanecer no mundo capitalista é explicada pelo autor através da “racionalidade específica deste tipo de economia”¹⁷, referindo-se à economia camponesa.

Contudo, como se trata de uma instituição que tem suas contradições, ao mesmo tempo em que o referido estudo da FAO aponta a importância de políticas e ações de fortalecimento das unidades camponesas de produção, em 2011 a mesma lançou uma cartilha com o objetivo de “orientar os responsáveis das políticas de intensificação sustentável da produção agrícola de pequena escala” intitulada “**Agora para crescer**”¹⁸ onde afirma a necessidade de “esverdeamento da Revolução Verde”, atualizando o discurso com o uso de termos como “sustentabilidade”; “mudanças climáticas”, entre outros. Como apresenta o Diretor Geral da FAO, José Graziano da Silva, nas palavras de abertura da referida cartilha, lançada durante a Rio +20:

Em essência se propugna um “reenverdeamento” da Revolução Verde através de um enfoque ecossistêmico baseado nas contribuições da natureza ao crescimento dos cultivos, como a matéria orgânica do solo, a regulação do fluxo de água, a polinização e o controle biológico das pragas de insetos e as enfermidades.¹⁹ (Silva, 2011, p. 4).

O conteúdo desta proposta não será objeto de aprofundamento, no entanto, destaca-se que o camponês contemporâneo ainda padece da incoerência das instituições formuladoras de políticas e diretrizes em nível mundial e nacional, que deveriam estar formulando e definindo políticas de valorização da “condição camponesa e do modo camponês de fazer agricultura”

¹⁶ Tradução livre

¹⁷ Em nota de rodapé o autor afirma que “na unidade de produção camponesa o processo se desenrola com o objetivo de assegurar , ciclo após ciclo, a reprodução de suas condições de vida e de trabalho, ou se preferir, a reprodução dos produtores e da própria unidade de reprodução. Consequentemente a lógica do que, como e quando produzir e que destino dar ao produto está governada por estes objetivos acima enunciados, dando a unidade camponesa uma racionalidade própria que a distingue das empresas capitalistas, que são guiadas pelos ganhos máximos. Como resultado, a avaliação dos resultados econômicos das unidades camponesas aplicando-se os critérios da economia capitalista, mostra que dadas unidades incorrem sistematicamente em perdas de maior ou menor magnitude. Este erro universalmente conhecido, é a evidencia da racionalidade específica do campesinato: (Shejtman, op cit.), (Chayanov, 1974), (Archetti, 1975), (Mainie Philipe, 1971)” FAO, pp 11, 1996. Tradução livre

¹⁸ Tradução livre

¹⁹ Tradução livre

(VAN DER PLOEG, 2008). Esta discussão só faz crer que este é um tema inconcluso e que requer a ampliação do debate e estudos na atualidade.

Um aspecto contraditório vivido atualmente é que em discursos como o mencionado acima ou na execução de políticas para o setor rural, ou até mesmo nas práxis dos técnicos da Extensão Rural (governamental ou não governamental), é observado o embate entre o estabelecimento de uma mudança social e uma prática arraigada em “velhos padrões colonial”, que se revela nos discursos políticos e nas práticas sociais. Como afirma Fernandes (1963) apud Nazaré Wanderley (2012).

Este pensamento é reforçado por Horário Martins de Carvalho:

Parcelas desses aliados dos camponeses permanecem confusas pela ambigüidade na compreensão do caráter de classe dos camponeses e da perspectiva de futuro dos camponeses no desenrolar das suas contradições com a grande empresa capitalista agrícola. (CARVALHO, 2012, p. 21).

Como mencionado pelos autores, podemos verificar os elementos desta contradição no discurso da presidenta Dilma Rousseff:

[...] Vocês podem ter certeza que a agricultura familiar e a agricultura comercial também vão dar sua contribuição, não só plantando, produzindo, mas investindo, comprando máquinas, comprando equipamento e melhorando cada dia mais a qualidade da produção no campo brasileiro.
...Nós queremos pequenos agricultores capazes de produzir com a última tecnologia. Nós queremos pequenos agricultores capazes de ter acesso ao mercado e de garantir seu acesso através de organizações próprias.²⁰ (ROUSSEFF, 2012).

Tal afirmação da presidente encontra explicação na afirmação de Horário Martins de Carvalho, quando afirma:

Alguns setores de centro-esquerda política reproduzem a concepção político-ideológica de que o caminho desejável para os camponeses seria a incorporação do progresso técnico dominante. A hipótese da autonomia relativa camponesa, da geração de tecnologias socialmente apropriadas à condição camponesa e, mesmo, o desenvolvimento de um outro padrão de produção e tecnológico que não o capitalista deixa de ser contemplada. Nessa perspectiva a socialização da agricultura pela cooperativização camponesa, pela apropriação social da natureza é, então, desconsiderada porque as mudanças estruturais no país são concebidas apenas a partir do avanço da contradição fundamental das relações sociais de assalariamento prevista pela expansão da grande empresa capitalista no campo. (CARVALHO, 2012, p. 26).

Nesse universo dos políticos, acadêmicos e técnicos, surge outra questão que toma evidência, no Brasil a partir da implementação do Pronaf. Trata-se da integração do camponês

²⁰ Dilma Rousseff, discurso durante cerimônia de lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar 2012 - Brasília/DF)

à nomeação de uma categoria geral de agricultor familiar/agricultura familiar, como mencionado anteriormente.

Não faremos um estudo aprofundado sobre o conceito de agricultura familiar, mas adotaremos a distinção proposta por Van der Ploeg que estabelece três premissas inter-relacionadas para compreensão da relação agricultura familiar e agricultura camponesa:

Primeira: a agricultura familiar abrange duas constelações contrastantes: a forma camponesa e a forma empresarial de se fazer agricultura. ...Segunda: a essência e as principais diferenças entre os dois contrastantes modos de produção não residem tanto nas relações de propriedade; elas situam-se principalmente nas (diferentes) formas através das quais a produção, a distribuição e a apropriação de valor são ordenadas. Terceira: a se definir a especificidade do modo de produção camponês em termos de produção de valor, esta pode ser articulada, de forma frutífera, com o debate sobre o desenvolvimento. (VAN der PLOEG, 2006, p. 16).

Ainda no tocante ao tema da distinção entre o conceito de camponês e de agricultor familiar, Wanderley (2009) tratando do assunto considera ser importante nos estudos encontrar os pontos de diferenciação e continuidade entre o camponês e o agricultor familiar. Fato que busca-se abordar nesse estudo através da aplicação da metodologia de grau de campesinidade e agroindustrialização como possibilidade de encontrar os espaço de interseção entre um e outro.

Voltando a Nazaré Wanderley, ela defende a seguinte hipótese:

[...] mais do que propriamente uma passagem irreversível e absoluta da condição de camponês tradicional para a de agricultor “moderno”, teríamos que considerar, simultaneamente, pontos de rupturas e elementos de continuidade entre as duas categorias sociais” (WANDERLEY, 2009, p. 189).

Nazaré Wanderley (2009) continua a argumentação afirmando ser o agricultor familiar “moderno” um sujeito que realizou um duplo movimento, de continuidade e ruptura em relação a sua origem de camponês tradicional, para estar em um novo contexto socioeconômico imposto pela sociedade em geral, ou seja:

[...] o que concede aos agricultores familiares modernos a condição de atores sociais, construtores e parceiros de um projeto de sociedade – e não simplesmente objeto de intervenção do Estado, sem história – é precisamente a dupla referência à continuidade e à ruptura. (WANDERLEY, 2009, p. 189).

No entanto, neste movimento de continuidade e ruptura o que se coloca em transformação, segundo a autora, é precisamente “as formas de produzir e a vida social dos agricultores e, em alguns casos, a própria importância da lógica familiar” (WANDERLEY, 2009, p. 189) e ela complementa este posicionamento:

[...] o fato de permanecer familiar não é anódico e tem como consequência o reconhecimento de que a lógica familiar, cuja origem está na tradição camponesa, não é abolida; ao contrário, ela permanece inspirando e orientando – em proporções e sob formas distintas, naturalmente – as novas decisões que o agricultor deve tomar

nos novos contextos a que está submetido. Este agricultor, de uma certa forma, permanece camponês (o camponês “adormecido” de que fala Jollivet) na medida em que a família continua sendo o objetivo principal que define as estratégias de produção e de reprodução e a instância imediata de decisões” (WANDERLEY, 2009, p. 190).

Nazaré Wanderley (2009) também aponta alguns elementos de permanência de um campesinato em uma sociedade capitalista, na raiz da agricultura familiar. O primeiro argumento usado é de que se considera que o camponês só produz para a manutenção e satisfação da unidade familiar. Ela aponta que neste sentido a agricultura familiar tem mostrado o quanto pode ser efetiva na sua integração com o mercado moderno, no entanto, “isso não impede que a subsistência familiar, inclusive sob a forma de autoconsumo, e na diversificação das atividades permaneçam objetivos constantemente renovados” (WANDERLEY, 2009, p. 192). Tal argumento também é colocado por Carvalho (2011) que afirma ser “difícil de se encontrar, mais ainda no Brasil contemporâneo, camponeses sem inserção nos mercados”.

A segunda questão trazida pela autora trata da atualização, na agricultura familiar, do princípio do rendimento indivisível, ao qual ela menciona considerar que apesar de o agricultor familiar se incorporar ao processo de acumulação através de sua atividade produtiva ele, internamente, continua no princípio do rendimento indivisível²¹.

A terceira questão esta relacionada ao que a autora chama de “mudança na relação ao tempo”. Ou seja, o camponês tradicional estaria ligado ao passado e suas tradições enquanto o agricultor moderno estaria relacionado ao futuro. Assim o conhecimento do agricultor moderno está voltado para as novas técnicas gerenciais, como Wanderley (2009) menciona “Impõe-se a “linguagem da contabilidade”, o símbolo da nova acumulação do saber”, que supera o saber tradicional herdado. No entanto, a autora destaca que “para muitos agricultores familiares, a força do passado não se enfraqueceu e permanece como uma referência que determina as práticas e as representações das famílias”. Com tais argumentações a autora reafirma a sua posição da existência de um campesinato contemporâneo, que apesar das transformações mantém sua essência na forma societária e na forma de se relacionar com a natureza.

Qual o papel deste campesinato nas sociedades contemporâneas? O caminho traçado pelas estratégias dos produtores gera uma forma de produção que se constitui como uma alternativa à forma industrial da empresa no campo, a grande empresa patronal. Isto decorre, de modo especial, do tipo de trabalho que é fundamentalmente

²¹ Segundo Chayanov (1981) “o rendimento da família é uma grandeza indivisível e não regulada socialmente – decompô-la em o que seria sua alternativa de mercado (preço sombra, custo de oportunidade) e o que isto excede constitui-se exercício ocioso, pois sem correspondência com a própria racionalidade camponesa”

acionado, numa unidade de produção familiar. O camponês/agricultor familiar cuida do ser vivo, plantas e animais. Diretamente, quase individualmente, afetivamente, como diz Carlos Rodrigues Brandão. (WANDERLEY, 2011)

Em Wanderley encontram-se elementos apropriados ao presente estudo. Tratam-se do fato de como o camponês se relaciona com natureza, e como sua relação de apropriação/produção ocorre, elemento que será analisado a partir dos dados coletados na Comunidade de Sítio Palmeiras. A autora define este movimento como sendo uma “gestão de seres vivos”, como ela explica a seguir:

Seu trabalho consiste na gestão de seres vivos, através da gestão do próprio trabalho, particularmente, quando se impõem nesta tarefa, cuidados permanentes e intensivos, para o que o trabalho assalariado se revela inadequado. O camponês não mede o seu tempo de trabalho porque se sente trabalhando para si mesmo e sua família. De uma certa forma, nenhuma hora de trabalho é hora extra, pois o tempo de dedicação à sua unidade de produção é ditado pela necessidade e premência da realização de cada atividade. Ao contrário de significar, como já foi aventado, um sentimento de autossuficiência ou mesmo de individualismo, a afirmação da autonomia no trabalho é a condição do próprio trabalho. Dela deriva a autodisciplina do trabalhador - para isto socializado na família - e a transmissão de saberes, que supõe a comunidade local (WANDERLEY, 2011).

Ainda acerca da definição do que é o camponês no mundo contemporâneo Theodor Shanin afirma que:

Há razões para definir “camponês” e há razões para deixar indefinida a palavra, uma figura de linguagem fora do domínio onde residem as criteriosas categorias do conhecimento. Tal decisão jamais é inconseqüente, pois este conceito, se aceito como tal, vincula-se ao próprio âmago do pensamento teórico sobre a sociedade global contemporânea e reflete-se em conclusões de imediato interesse político e analítico. O que importa são as maneiras com tais palavras são utilizadas. (SHANIN, 2005, p.1).

Em um artigo de 2005, Shanin defende a ideia de que há uma heterogeneidade na compreensão do que é o camponês. Ou seja, para que os camponeses sejam compreendidos e descritos é necessário o entendimento da estrutura societária mais geral dos mesmos. Sendo esta premissa válida para o contexto histórico “na realidade, apenas analiticamente é possível dividir “o diacrônico” e “o sincrônico” nos fenômenos sociais” (SHANIN, 2005, p. 2).

Indo mais adiante, o autor propõe que o conceito de camponês passe por um teste para poder ser confirmado, utilizando para isto seis categorias que tem distinguido os camponeses até o momento, quais sejam:

Em primeiro lugar, tem-se dito que a economia dos camponeses se caracteriza por formas extensivas de ocupação autônoma (ou seja, trabalho familiar), pelo controle dos próprios meios de produção, economia de subsistência e qualificação ocupacional multidimensional;

Em segundo lugar, os padrões e tendências da organização política dos camponeses têm, frequentemente, mostrado considerável semelhança em diferentes regiões e países do mundo [...]

Em terceiro lugar, normas e cognições típicas e muito semelhantes têm sido percebidas em campesinatos suficientemente afastados para obstar qualquer afirmação de simples dispersão. Esses padrões tanto refletem como por sua vez influenciam as formas de produção e de vida social [...]

Em quarto lugar, as unidades básicas e características de organização social e seu funcionamento têm mostrado considerável semelhança em todo o mundo [...]

Em quinto lugar, pode-se isolar analiticamente uma dinâmica social específica da sociedade camponesa (é claro que, na realidade, a estatística e a dinâmica são indivisíveis). Particularmente a reprodução social, isto é, a produção das necessidades materiais, a reprodução dos atores humanos e do sistema de relações sociais mostram padrões específicos e genérico dos camponeses [...]

Finalmente, as causas e os padrões fundamentais de mudança estrutural têm sido vistos, mais uma vez, como genéricos e específicos dos camponeses [...]".(SHANIN, 2005, p. 1 a 3).

Tomou-se para o estudo, o conceito dado por Victor Toledo, Julia Carabias, Cristina Mapes e Carlos Toledo (2000) que define a produção camponesa como sendo aquela fundamentalmente orientada ao autoconsumo (a sua reprodução), ainda que uma parte dela se destine ao mercado. Assim sendo, como afirmam Victor Toledo, Julia Carabias, Cristina Mapes e Carlos Toledo (2000, p. 62) sobre a produção camponesa “[...]constitui, pois, uma economia em que há um predomínio relativo do valor de uso²² sobre o valor de troca”²³

Os autores ainda acrescentam à conceitualização do camponês:

A este desafio fundamental se agrega outros, como o nível pouco tecnificado de seus processos produtivos, sua tendência a não comprar nem vender força de trabalho, e o caráter quase sempre familiar ou comunitário de suas relações sociais [...] uma tendência para realizar uma produção em harmonia com as leis ecológicas (VICTOR TOLEDO , JULIA CARABIAS, CRSTINA MAPES E CARLOS TOLEDO, pp 62, 2000).

Em estudos recentes Ploeg (2008, p. 33) afirma que “um dos “buracos negros” criados pela ciência tem sido a ocultação da forma como o camponês atua num mundo contemporâneo” e para definir o que é campesinato o autor utiliza o conceito de “condição camponesa” e de “modo camponês de fazer agricultura”.

A “condição camponesa” permite situar o camponês nos dias atuais e estabelecer sua condição de “agente”, de sujeito e protagonista das mudanças no local, como uma característica central. Já o “modo camponês de fazer agricultura” situa as “múltiplas formas e a coerência interna com que os camponeses determinam o processo agrícola de produção”

²² Segundo Marx, em O capital, o conceito de **valor de uso** é dado de acordo com a utilidade de uma coisa, ou seja, "É a utilidade de uma coisa que lhe dá um valor de uso, mas essa não surge no ar. É determinada pelas qualidades físicas da mercadoria e não existe sem isso". Diferentemente do valor de troca, pode-se dizer que o valor de uso tem uma relação qualitativa, enquanto o valor de troca tem relação quantitativa.

²³ Tradução livre

(VAN DER PLOEG, 2008, p. 39). Para esse autor, as características da condição camponesa, são:

1) luta pela autonomia que se realiza em (2) um contexto caracterizado por relações de dependência, marginalização e privação. Essa condição tem como objetivo e se concretiza em (3) a criação e desenvolvimento de uma base de recursos auto-controlada e auto-gerenciada, a qual por sua vez permite (4) formas de co-produção entre o homem e a natureza viva que (5) interagem com o mercado (6) permitem a sobrevivência e perspectivas de futuro e (7) se realimentam na base de recursos e a fortalecem, melhorando o processo de co-produção e fomentando a autonomia e, dessa forma, (8) reduzem a dependência. Dependendo das particularidades da conjuntura socioeconômica dominante, a sobrevivência e o desenvolvimento de uma base de recursos próprios poderão ser (9) fortalecidos através de outras atividades não agrícolas. Finalmente, existem (10) padrões de cooperação que regulam e fortalecem essas inter-relações (PLOEG, 2008, p. 40).

Nesta caracterização vale definir brevemente alguns conceitos que são fundamentais na compreensão da condição camponesa. O primeiro é o conceito de coprodução que “diz respeito à interação e transformação mútua constante entre o homem e a natureza viva” (PLOEG, 2008, p. 40). A partir desta interação (homem-natureza) os recursos naturais e sociais são reconfigurados, gerando novos níveis de coprodução (GUSMAN-CASADO et al., 2000; GERRITSEN, 2002; PLOEG, 2003 apud PLOEG, 2008, p. 41).

A coprodução é moldada coerentemente com o processo de reprodução da família camponesa e está associada à melhoria do sistema produtivo, fazendo com que surjam formas endógenas de desenvolvimento.

A agricultura, a criação de animais, a horticultura, a silvicultura, a caça e a pesca, e também a transformação posterior dos produtos obtidos em outros produtos mais elaborados (por exemplo, a transformação de excrementos e palhas em estrume, de leite em queijo e de carne em presunto), bem como fenômenos mais recentes, como o turismo rural, são expressões da co-produção (PLOEG, 2008, p. 41)

O conceito de coprodução amplia a dimensão do processo de produção uma vez que “integra sistematicamente o processo de produção agrícola como uma prática potencialmente dinâmica” (PLOEG, 2008, p. 41). Ploeg considera que:

O processo de produção é o palco de batalha e resistência dos camponeses, uma vez que é através dela que os processo endógenos de desenvolvimento podem ser alçados, tendo como consequência a ampliação da autonomia, a melhoria da base de recursos da unidade agrícola e a reestruturação das relações com a sociedade em geral. No entanto, este lugar também é palco de subalternidade camponesa ao capital através de estratégias de política-ideológica do hegemônico que muitas vezes se torna discurso comum e elemento de políticas públicas. (VAN DER PLOEG, 2008, p. 41)

Um aspecto inerente ao campesinato, mencionado por vários autores, é o controle da base de recursos naturais como uma ação emancipatória. Neste sentido, Ploeg (2008) afirma: “A criação e o crescimento de uma base de recursos permite uma certa liberdade

relativamente à troca econômica, pois ela se baseia, pelo menos em parte, em **trocas com a natureza** (TOLEDO, 1990, 1992 apud PLOEG, 2008, p. 42). Ainda reforçando esta tese, diz Ploeg: “Dessa forma, o desenvolvimento da agricultura e a base de recursos na qual se apóia coincidem e concretizam-se na emancipação do campesinato” (PLOEG, 2008, p. 42). Já Palerm considera que:

O futuro da organização da produção agrícola parece depender de uma nova tecnologia centrada no manejo inteligente do solo e da matéria prima por meio do trabalho humano, utilizando pouco capital, pouca terra e pouca energia inanimada. Esse modelo antagônico à empresa capitalista tem já sua protoforma no sistema camponês” (PALERM 1980, p. 196-197 apud SEVILLA GUSMÁN; GONZÁLEZ DE MOLINA, 2005, p. 73).

Reafirmando esta mesma hipótese, Victor Toledo em pesquisa realizadas com uma equipe de estudiosos de diferentes áreas do conhecimento científico (antropólogos, biólogos e agrônomos), elabora a seguinte proposta teórica: “Em contraste com os mais modernos sistemas de produção rural, as culturas tradicionais tendem a implementar e desenvolver sistemas ecologicamente corretos para a apropriação dos recursos naturais” (TOLEDO, 1990; ITURRA, 1993 apud MOLINA; SEVILLA GUZMÁN, 2005, p. 74).

Esta racionalidade ecológica, mencionada por diferentes teóricos, associada ao conceito de coprodução, vai constituir um processo de trabalho específico, que diferente dos mecanicismos adotados nos processos de trabalho no capitalismo, que torna homogêneo a relação homem-natureza. No campesinato, este sistema se apresenta como sendo dinâmico, uma vez que o ambiente de trabalho passa a ser o *locus* onde o homem e a natureza se “interrelacionam, constroem e reconstrõem”, em um todo coerente, dando sentido e unidade a um “*estilo de agricultura*” (PLOEG, 2008, pp 43) que vai para além do simples ato de trabalho, mas que significa “criar ativamente coisas, recursos, relações e símbolo” (PLOEG, 2008, p. 43).

Reafirmando estas ideias, Ploeg (2008) considera que:

A condição camponesa consiste em um conjunto de relações dialéticas entre o ambiente hostil em que os camponeses têm de agir e suas respostas ativamente construídas, as quais visam criar graus de autonomia (Gouldner, 1978 apud Ploeg) para enfrentar as relações de dependência, as privações e a marginalização implícitas nesse ambiente. As respostas e o ambiente se definem e se constituem mutuamente, logo não é possível entender uma coisa sem a outra...” (PLOEG, 2008, p. 285)

Um aspecto importante da condição camponesa está relacionado aos seus padrões de relações mercantis, como afirma Wanderley (2009), “[...]o camponês atual mantém relação com o mercado, no entanto devemos compreender o que faz com que estas relações mercantis se diferenciem das relações com os mercados que tem o agricultor moderno?”.

Nesse sentido, aqui há concordância com a posição de Nazaré Wanderley e Van der Ploeg (2008) que situa estas relações mercantis como fazendo parte das estratégias que o camponês adota para se relacionar com a sociedade em geral.

Van der Ploeg considera que estas relações mercantis são :

[...]parte de um conjunto mais amplo de relações que ligam o campesinato ao mundo exterior, a qual é estruturada pelos camponeses de forma a permitir o máximo de flexibilidade, mobilidade e capacidade de escapar ao controle (VAN DE PLOEG, 2008, p. 43).

Sendo assim podemos supor que o processo de mercantilização não é algo linear e que depende do contexto local em que os camponeses estão inseridos, de suas necessidades e estratégias de continuidade de um modo de vida. Pode-se também verificar, como já mencionado por outros autores, que a integração com o mercado é sempre parcial.

E retomando Van der Ploeg:

Cada ciclo de produção é construído a partir dos recursos produzidos nos ciclos anteriores. Assim, entram no processo de produção, como valores-de-uso, como instrumentos e objeto de trabalho utilizados para produzir mercadorias e ao mesmo tempo, para reproduzir a unidade de produção (VAN DE PLOEG, 2008, p. 25).

Tais teorias possibilitam concluir que uma característica que distingue o camponês do agricultor agroindustrial ou moderno é a forma como um e outro se relaciona com o mercado global. No caso do camponês esta relação será sempre parcial e tem uma lógica de valor de uso e não de valor de troca, uma vez que os recursos obtidos com a venda da produção são reinvestidos na unidade familiar e produtiva, e obedece a ordenada por estas.

Assim reafirma-se, mais uma vez, as estratégias de continuação e manutenção do campesinato no mundo contemporâneo, sabendo que esta continuidade é fruto de uma criação e re-criação de diferentes estratégias que se modificam frente o contexto histórico, político, local e cultural de cada grupo de camponeses e sua relação com a sociedade global e a economia nacional.

Dentro deste universo, existem muitos matizes que se apresentam em formas de resistências e enfrentamento ao capitalismo pelos camponeses atuais. Para entender o campesinato na contemporaneidade neste trabalho opta-se por trilhar o caminho de buscar estabelecer diferenciação dentro da categoria geral de “agricultor familiar”, a partir do estudo de graus de campesinidade e agroindustrialização, que permite identificar as diferenciações de tipologias²⁴ a partir das formas de uso da energia, da agrobiodiversidade, da força de trabalho

²⁴ Optou-se por estabelecer tipologias como medida metodológica de apreensão de estudo, no entanto entendemos que não existe limite claramente estabelecido na dinâmica social que possa estabelecer “tipos-ideais” de camponês e agroindustrial, mas muito mais, como menciona Van der Ploeg (pp. 53, 2008) “Em termos

empregada na produção/reprodução entre o camponês contemporâneo e o agricultor familiar modernizado.

Em relação à elaboração de tipologias como medida metodológica que possibilita a apreensão de realidade atual no mundo rural, Nazaré Wanderley afirma:

A elaboração de tipologias é, assim, mais do que nunca necessária à compreensão desta diversidade, garantindo-se, naturalmente, a compatibilidade entre a análise em termos de tipo-ideal e a análise histórica. (WANDELERLEY, 2009, p. 199).

A título deste estudo, propõe-se a caracterização para o camponês contemporâneo: a) ainda mantém, como anteriormente definido, a importância do grupo familiar ou comunitário na organização da vida econômica e no trabalho na unidade de produção. No entanto, quando necessário faz uso de força de trabalho temporária, que muitas vezes, tem uma relação não mercantil e/ou vínculos de solidariedade; b) sua relação com a natureza é pautada por uma troca, ou como conceitua Van der Ploeg “coprodução” e, conseqüentemente, possui uma consciência de sua importância de “guardião da agrobiodiversidade”²⁵ para usar o termo de Horário Martins de Carvalho (2013); c) mantém um “estilo de agricultura” (Van der Ploeg, 2008) ou como menciona Toledo (2000) uma forma de produção camponesa; d) possui uma relativa autonomia do mercado global, e a prevalência de valor de uso sobre o valor de troca em seus processos mercantis.

Será também adotado o conceito de Toledo (2000) que define a produção camponesa:

[...] como aquela fundamentalmente orientada ao autoconsumo (quer dizer a reprodução dos mesmos produtores) ainda que uma parte dela se destine a venda no mercado. Constituem, pois, uma economia com o predomínio do valor de uso sobre o valor de troca. A este aspecto fundamental se agregam outros, como o nível pouco tecnificado de seus processos produtivos, sua tendência a não comprar nem vender força de trabalho e o caráter quase sempre familiar ou comunitário de suas relações sociais. O exame deste modo de produção, a partir uma perspectiva ecológica, permite revelar um aspecto particular notável e positivo: a tendência a realizar uma produção em harmonia com as leis ecológicas (TOLEDO, 2000).

Além disso, neste trabalho parte-se da hipótese de que o processo de modernização²⁶ no campo não aconteceu de forma homogênea para todos os camponeses, tendo havido aqueles que resistiram e aqueles que adotaram parcialmente as tecnologias da Revolução Verde e outros que se modernizaram, adotando, a partir da ação da Extensão Rural, o

típicos e ideais, existem diferenças claras e fundamentais, mas em situações reais e existem zonas cinzentas extensas – juntamente com expressões empíricas claras destes tipos ideais – que ligam essas expressões e, ao mesmo tempo, demonstram a natureza gradual de suas ligações.

²⁵ Horário Martins de Carvalho (2013, p. 2) defende a importância do camponês no mundo contemporâneo como “campesinatos se comportam como sujeitos plurais guardiões da agrobiodiversidade e apresentam posturas econômicas, políticas e ideológicas contrárias à artificialização da agricultura”.

²⁶ Tomou-se como referências a definição de Toledo, Alarcón- Chaires e Barón (2002, p. 36, tradução livre). Tradução livre

chamado “pacote tecnológico” (sementes melhoradas, agrotóxicos, fertilizantes químicos e motomecanização, etc.), criando no meio rural diferentes tipologias e graus de campesinidade e agroindustrialização.

Ainda considerando que o ambiente rural é dinâmico e que estas transformações dependem de cada contexto, é fundamental, para esta pesquisa, precisar as diferenciações para estes dois modos de apropriação/produção (camponês e produtor agroindustrial), como mencionam Toledo, Alarcón-Cháires e Barón (2002, p. 36), para quem “a distinção destes dois modos contrastantes se obtém através de diferentes critérios, os quais se encontram imersos no mesmo processo de apropriação/produção”²⁷

Os autores acima citados afirmam ser importante, para a definição destes critérios, fazer uma aproximação ao processo produtivo numa perspectiva socioecológica (Toledo 1990 apud Toledo, Alarcón-Cháires e Baron, 2002, p. 37), analisando elementos que fazem parte do processo de apropriação/produção que ocorrem na relação sociedade-natureza:

[...] todo processo de apropriação/produção é realizado por um segmento periférico da sociedade (os produtores rurais), os quais são os encarregados de “internalizar” no organismo social, diversos materiais e energias da natureza. Toda unidade de produção, localizada na membrana ou periferia social, estabelece, portanto, dois tipos de intercâmbios materiais: com os ecossistemas (intercâmbios ecológicos) e com o resto da sociedade através de diferentes circuitos e mercados (intercâmbios econômicos)²⁸. (TOLEDO; ALARCÓN-CHÁIRE; BARÓN, 2002, p. 37).

Para estes estudiosos a partir do modelo socioecológico se:

[...] desprende um conjunto de características de enorme utilidade teórica, as quais operam atributos para diferenciar os modos historicamente determinados de apropriação da natureza que prevalecem no mundo contemporâneo (TOLEDO; ALARCÓN-CHÁIRES; BARÓN, 2002, p. 37)²⁹

Para que seja possível apreender esta complexidade teórica na realidade rural estudada, será adotada a seguinte categorização que distingue o camponês e o produtor agroindustrial, que é apresentada a seguir:

Quadro 1 - Categorias analíticas de diferenciação do grau de campesinidade e agroindustrial

Caracteres	Camponês	Agroindustrial
Energia	Uso predominantemente de energia renováveis	Uso predominante de energia fóssil
Autossuficiência	Médias ou Alta autossuficiência. Pouco uso de insumos externos	Baixa ou nula autossuficiência. Alto uso de insumos externos.

²⁷ Tradução livre

²⁸ Tradução livre

²⁹ Tradução livre

Força de trabalho	Predomina a familiar e ou comunitária	Familiar e ou assalariada permanente
Agrobiodiversidade	Predomínio de média a alta agrobiodiversidade	Área de cultivo com baixa agrobiodiversidade, predominando a especialização

Fonte: Adaptação a partir das proposições de Victor Toledo (1995, p. 12)

Estas categorias foram orientadoras do trabalho em campo. Partiu-se deste quadro para elaborar os parâmetros e indicadores e, posteriormente, as entrevistas semi-estruturadas, como será explicado melhor no capítulo a seguir.

4 NA TRILHA DO CAMPESINATO CONTEMPORÂNEO: APLICAÇÃO DA METODOLOGIA DE GRAU DE CAMPESINIDADE E AGROINDUSTRIALIZAÇÃO NO SÍTIO PALMEIRAS, CHÃ GRANDE/ZONA DA MATA NORTE DE PERNAMBUCO

Nos capítulos anteriores foi feito um percurso pelos estudos camponeses desde a sua abordagem clássica, passando pelos teóricos estrangeiros e brasileiros e finalizando com as abordagens do campesinato contemporâneo.

Nessas discussões foi possível verificar a importância de se aprofundar e problematizar a compreensão do que vem a ser o camponês na atualidade. Uma vez que neste percurso ficou evidente a compreensão de um campesinato com uma forma de interação parcial com a economia nacional e com a sociedade global, com uma prática de produção fundada na coprodução (Van der Ploeg) que preconiza o intercâmbio com a natureza. Além destes sujeitos sociais terem um papel importante enquanto “guardião da biodiversidade” (Horário Martins de Carvalho).

Em função do exposto acima e após a discussão teórica serão apresentadas as análises dos dados da pesquisa realizada no município de Chã Grande, localizado na Zona da Mata do Estado de Pernambuco com um grupo de agricultores do Sítio Palmeiras.

O objetivo principal desta pesquisa é de verificar como se apresentam os graus de campesinidade e agroindustrialização na comunidade estudada. Os objetivos específicos são: a) analisar a existência de tipologias de camponeses e produtores agroindustriais na contemporaneidade a partir dos processos de modernização da agricultura; b) discutir sobre a possibilidade de permanência de um campesinato em sociedades globais capitalistas.

A hipótese que norteou a pesquisa foi a de que o processo de modernização no campo não aconteceu de forma homogênea para todos os camponeses, tendo havido aqueles que resistiram e aqueles que aceitaram parcialmente as tecnologias da Revolução Verde e outros que se modernizaram, acatando o chamado “pacote tecnológico” (sementes melhoradas, agrotóxicos, fertilizantes químicos e motomecanização, entre outros), criando no meio rural diferentes arranjos no seu sistema produtivo-reprodutivo.

Os dados coletados oferecem elementos para uma reflexão sobre o que vem a ser o camponês na contemporaneidade, quais são suas estratégias de relação com a sociedade global e como se reatualiza e recria no se fazer-camponês frente os processos capitalistas no campo. Para tanto inspirou-se na metodologia desenvolvida por Victor Toledo (1995) e Victor

Toledo, Alarcón-Cháires e Barón (2002), que foi aplicada à realidade rural do México pelos autores. A referida metodologia permite identificar tipologias e graduações de campesinidade e agroindustrialização no meio rural contemporâneo como resultantes das transformações ocorridas nos últimos 50 anos, fruto do processo de modernização da agricultura.

No entanto, destaca-se que o ambiente rural é dinâmico e que as transformações no campo, decorrente da modernização, não é homogênea e depende de cada contexto cultural local e fundamentalmente da forma como cada agricultor se apropria ou é apropriado do processo de modernização e da sua forma de apropriação e produção da natureza.

4.1 Procedimento da pesquisa

Este estudo parte da premissa de que o rural é um “referente empírico”, que segundo Toledo, Alarcón-Cháires e Barón (2002, p. 21), só se pode analisar através de uma abordagem interdisciplinar e/ou multidisciplinar. Deste modo, o rural deve ser estudado a partir das dinâmicas sociais, de suas inte-relações com o urbano-industrial e de suas conexões com a natureza.

Sendo assim, esta pesquisa relaciona as Ciências Agrárias e as Ciências Sociais e Humanas dentro do campo abrangente dos estudos camponeses. Nesse campo, das diferentes ciências mencionadas, que procura apreender uma dimensão material, como a agrobiodiversidade, o desenho da unidade produtiva, entre outros, mas também uma dimensão simbólica (espaço social e de reconhecimento do ser camponês).

Para tanto, foi utilizado como método a coleta de dados direta, que é definida como sendo aquela na qual os dados são obtidos pelo próprio pesquisador através de levantamento de registro ou coletados diretamente através de inquéritos, questionários, entrevistas, etc. Também optou-se por fazer uma coleta de dados contínua. Isto exigiu, além de uma pesquisa de campo, através de entrevistas semiestruturadas, a observação da dinâmica social na comunidade, realizada através de observação direta.

Destaca-se que durante as entrevistas semiestruturadas ou abertas foi utilizado o gravador, como instrumento de apoio ao registro das falas dos entrevistados.

A disponibilidade dos entrevistados em falar de suas histórias particulares, assim como a abertura para o diálogo através de questionamento e particularmente o compartilhamento de suas ideias, experiências e opiniões, foram os norteadores das entrevistas.

Ressalta-se que foi possível desenvolver uma relação de confiança que facilitou significativamente o levantamento de informações. Já o uso do gravador, em todas as

entrevistas, permitiu o resgate, através das transcrições, de elementos significativos da história oral que permitiram analisar, em certa medida, elementos de subjetividade, como também o uso do caderno de campo foi fundamental para os registros, no momento, das primeiras impressões, de falas dos agricultores que chamaram a atenção.

Importante destacar que, todas às vezes, que forem transcritas citações dos agricultores ou agricultoras entrevistados será usado um nome fictício.

A técnica adotada para a definição da amostragem foi a casual ou aleatória simples que vários autores definem como sendo baseada no sorteio. No caso deste estudo foi utilizado a seguinte sequência: entrevistar 02 (duas) casas próximas e pular 02 (duas) casas vizinhas a últimas entrevistadas, dando sequência na entrevista de mais 02 (duas) casas e assim sucessivamente.

Ainda no contexto da pesquisa dois conceitos foram importantes para nortear a compreensão da realidade estudada, são eles: a) metabolismo entre a sociedade e a natureza e, b) modos de apropriação da natureza.

A incorporação desses conceitos no estudo tornou-se relevante para que pudesse se compreender as formas de relação e as trocas existentes no modo de produção camponesa e agroindustrial em relação à natureza. Além de que a percepção do agricultor e de sua apropriação da natureza determina a tendência a ser mais camponês ou mais agroindustrial. Estes dois fatores são determinantes para colocar o agricultor mais próximo do protótipo camponês ou do protótipo agroindustrial.

Entende-se por metabolismo³⁰ entre a sociedade e a natureza a troca de energia ou a troca de matéria que se opera entre o grupo social e a natureza, tanto em intensidade quanto em mudanças que a troca provoca nos dois sistemas. Como afirma González de Molina e Toledo:

Em analogia a noção biológica e fisiológica de metabolismo, o conceito utilizado no estudo das relações entre a sociedade e a natureza, descreve e quantifica os fluxos de matéria e energia que se intercambia entre conglomerados sociais, particulares e concretos, e o meio natural (ecossistema, paisagem, etc). Este conceito tem sido denominado “metabolismo social”, “metabolismo socioeconômico”, ou “metabolismo industrial” (GONZÁLEZ DE MOLINA; TOLEDO, 2011, p. 62)³¹

O metabolismo social é resultante da ação humana que se realiza através do trabalho (TOLEDO; ALARCÓN-CHÁIRES; BARÓN, 2002, p. 22). “As sociedades humanas produzem e reproduzem suas condições materiais de existência a partir de seu **metabolismo**

³⁰ A ideia de utilizar o conceito de metabolismo entre sociedade e natureza foi adotado por Karl Marx, a partir de suas leituras do naturalismo da época e constituiu uma ferramenta fundamental para seus estudos econômicos e políticos do capitalismo. (GONZÁLEZ DE MOLINA; TOLEDO, 2011, p. 62).

³¹ Tradução livre

com a natureza, uma condição que aparece como pré-social, natural e eterna³²” (SCHMIDT, 1976 apud TOLEDO; ALARCÓN-CHÁIRES; BARÓN, 2002, p. 22). Ou seja, os autores consideram:

[...] que este processo (de metabolismo entre a sociedade e a natureza) implica um conjunto de ações em que os seres humanos se apropriam, produzem, circulam, transformam, consomem e excretam produtos, materiais, energia e água proveniente da natureza. Esta ação faz com que sejam consumados dois atos: a) de “socialização” de fração ou parte da natureza e b) “neutralizam” a sociedade ao reproduzir seus vínculos com a natureza” (TOLEDO; ALARCÓN-CHÁIRES; BARÓN, 2002, p. 22).

Os autores destacam formas de interferência do humano na natureza, através de duas vias: (1) a apropriação dos recursos naturais, e, (2) os dejetos gerados pelo humano que voltam à natureza, como explicado a seguir:

Os seres humanos organizados em sociedade *afetam* a natureza (sua estrutura, sua dinâmica e sua evolução) por duas vias: ao apropriasse dos elementos naturais (aproveitamento dos recursos naturais e dos serviços ambientais) e ao excretar elementos da natureza já socializados, pois ao produzir, circular, transformar e consumir, os seres humanos expõem materiais (dejetos) em direção à esfera do natural (TOLEDO; ALARCÓN-CHÁIRES; BARÓN, 2002, p. 22).³³

O segundo conceito foi de “**apropriação da natureza**” que se “constitui o primeiro ato do processo metabólico do humano em relação à natureza. Ele é fundamental para distinguir o rural do urbano” (TOLEDO; ALARCÓN-CHÁIRES; BARÓN, 2002, p. 26). O termo **apropriação** se refere “a tornar sua a *coisa*”, neste caso refere-se à forma como o ser humano extrai elementos ou se beneficia de algum serviço da natureza para transformá-lo em elemento social. “Em tal sentido, a apropriação da natureza é um ato de internalização ou assimilação de elementos ou serviços naturais ao “organismo” social” (TOLEDO; ALARCÓN-CHÁIRES; BARÓN, 2002, p. 26)³⁴.

Neste cenário, para analisar a realidade usou-se as seguintes categorias: 1) o tipo de energia utilizado no ambiente doméstico e produtivo; 2) autossuficiência da unidade de produção, no que tange as necessidades doméstica e produtiva; 3) O tipo de força de trabalho empregada; 4) A diversidade produtiva existente; e 5) as relações de reciprocidade³⁵.

³² Tradução livre

³³ Tradução livre

4.2 Descrição do ambiente da pesquisa: Comunidade de Sítio Palmeiras, Chã Grande/Mata Norte de Pernambuco

Os dados de campo da pesquisa foram levantados no município de Chã Grande, localizado na região da Mata Norte do Estado de Pernambuco. A opção em realizar a pesquisa na Zona da Mata se deu pela sua importância histórica como região de estabelecimento do sistema de *plantation* no período colonial, do surgimento e expansão de um campesinato na primeira metade do século XVIII³⁶ e já no século XX de ter sido palco de lutas camponesas.

Além disto, a complexidade ecológica e social da região, herdada de seu processo histórico e da dinâmica social, foi definidor para buscar uma aproximação entre o teórico e a realidade social.

Na atualidade, estudos do PROMATA (2002) apontam que:

[...] na Zona da Mata, a cana-de-açúcar permitiu o desenvolvimento de outras culturas exploradas pelos trabalhadores moradores, normalmente cultivos temporários, como a mandioca, macaxeira, e também árvores frutíferas, que servem para a alimentação humana e animal. Os pequenos sítios e pomares desapareceram quase completamente com o fim do sistema de morada, ao final da década de 1960. Apesar disso, a produção de alimentos e a de outras culturas comerciais continuaram a existir em áreas marginais não propícias ao cultivo da cana, normalmente em mãos de pequenos e médios proprietários. (PROMATA, 2002).

Especificamente, optou-se por estudar o município de Chã Grande³⁷, que segundo dados do Promata (2003), integrava o território do município de Gravatá e tinha como sede a vila do mesmo nome. A Lei Estadual nº 4.961, de 20 de dezembro de 1963, criou o município e elevou sua sede à categoria de cidade. Está localizado na microrregião de Vitória de Santo Antão, tendo uma área de 83,4 km². Fica a uma distância da Capital (Recife) de 79,9 km e seu acesso se dá pela BR-232(P); PE-071(P).

Chã Grande tem uma população de 20.137 habitantes, com densidade demográfica de 237,33 hab./km² (IBGE, 2010). Localiza-se num brejo de altitude, na subida do Planalto da

³⁶ Estudos empreendidos por Guilherme Palacios (pp 112-113, 2004) aponta que na primeira metade do século XVIII no Nordeste Oriental do Brasil surgia e se expandia uma agricultura não escravista relativamente vigorosa, de base familiar, que teria propagado, especialmente a partir de 1720, pelas fertilíssimas áreas dominadas pelas plantações açucareira escravistas.

³⁷ Encontraram-se na pesquisa de dados secundários realizada relatos históricos que remete ao início do povoamento do atual município de Chã Grande entre o ano de 1879 e 1878 em terras pertencentes ao Sr. Joaquim Amaro, sendo este Sr. um dos primeiros habitantes da futura vila, que até então pertencia ao município de Vitória de Santo Antão. Naquela época era chamada MUNBUCAS, e, nos anos mais tarde passaram a pertencer ao Sr. José Machado. No ano de 1878 aproximadamente, já com um pequeno número de casas, surgiu o nome de CHÃ GRANDE, por se encontrar localizada numa chã muito grande (IBGE, 2000)

Borborema, a uma altitude de 470 metros, numa zona de transição entre os complexos ecológicos da Mata Atlântica e do Agreste. Os limites geográficos são: Norte: Gravatá; Sul: Amaraí e Primavera; Leste: Pombos; Oeste: Gravatá (/FIDEM/CONDEPE, 2010).

A cidade de Chã Grande é responsável pela produção de culturas que variam entre o chuchu (principal cultura do município), folhosas (cultura secundária) e da graviola, além das culturas de cana-de-açúcar, fumo em folha, limão, tomate, batata doce, mandioca e mamão (FIDEM/CODENPE, 2010).

No município encontram-se grandes receptores da produção agrícola, representantes do Bompreço, Carrefour e distribuidores de produtos agrícolas na CEASA. As atividades econômicas secundárias do município de Chã Grande são o comércio e a indústria, esta ainda em pequena escala, contando apenas com unidades manufatureiras.

A população rural no município, em 2010, representava em torno de 32% do total geral da população residente, como demonstra o quadro abaixo:

Quadro 2 - População residente no Município de Chã Grande

População total	20.137
Urbana	13.692
Rural	6.445

Fonte: Fidem/Condepe (2010)

O quadro abaixo demonstra o número de estabelecimentos rurais por condição de produtor em relação à posse da terra, segundo dados da Fidem//Condepe. Podemos notar que a grande parcela de proprietário é a mais significativa das categorias.

Quadro 3 - Estabelecimentos por condição do produtor em relação às terras

Ano	Município	RD	Estado
Estabelecimentos			
2006	1.443	21.434	304.788
Proprietário			
2006	1.223	12.484	225.227
Assentado sem titulação definitiva			
2006	1	1.657	8.710
Arrendatário			
2006	1	328	7.425
Parceiro			
2006	2	306	5.280
Ocupante			
2006	199	4.322	38.401
Produtor sem-área			
2006	17	2.337	19.745

Fonte: Fidem/Condepe (2006).

A pesquisa foi realizada na comunidade do Sítio Palmeiras, sendo entrevistadas 20 (vinte) pessoas. O que representa 20% do universo de moradores na referida comunidade. A partir da 12ª entrevista as respostas começaram a se repetir, contudo, decidiu-se realizar mais 08 (oito) entrevistas restantes.

A comunidade possui em torno de 100 (cem) famílias que estão vinculadas a Associação dos Pequenos Produtores do Sítio Palmeiras, sendo que 25 (vinte e cinco) famílias se nomeiam produtores “orgânicos/agroecológicos” e as demais são produtores convencionais. No entanto, este fato não foi determinante para a definição da amostra, que foi feita de forma aleatória.

As áreas das propriedades pesquisadas são todas de minifúndios, sendo o mínimo de 0,5 hectares e máximo de 9,0 hectares. Quase todos os membros da comunidade têm ligações de parentescos entre si.

Os principais pontos de escoamento da produção são: as feiras de orgânicos/agroecológicas em Recife, nos bairros de Casa Forte, das Graças, do Rosarinho, de Areias, do Pina e na Central de Abastecimento de Pernambuco (Ceasa) sendo este último não apenas para a feira de orgânico, mas também para os produtores convencionais.

As principais culturas são chuchu (dos produtores convencionais), e horticultura (produtores orgânicos/agroecológicos).

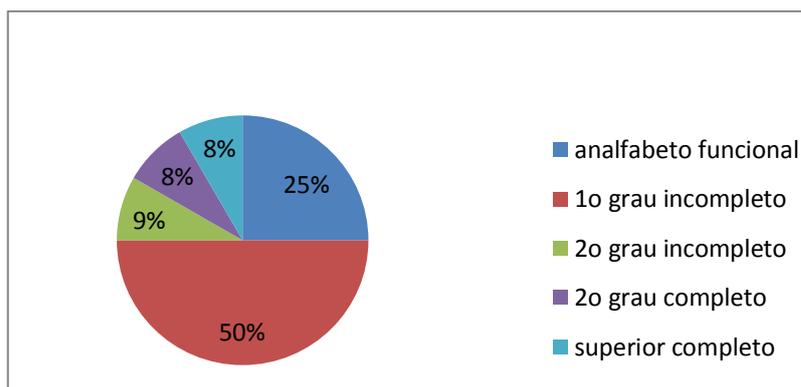
4.3 Perfil dos entrevistados

As pessoas entrevistadas tinham entre 28 e 75 anos. Em muitos casos foi entrevistado a família que se encontrava na residência ou na unidade produtiva. Deste universo 84% são casados e 16% separados/divorciados. Sendo que 100% dos entrevistados, tanto os homens quando as mulheres, declararam serem agricultores/as.

Em relação ao nível de escolaridade, 50% tem o Ensino Fundamental incompleto, 25% são analfabetos funcionais³⁸, 9% têm Ensino Médio incompleto e 8% possuem o Ensino Médio completo e 8% afirmam ter formação em curso superior, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Nível de escolaridade dos entrevistados

³⁸ Analfabeto funcional, segundo a Unesco, é toda pessoa que sabe escrever seu próprio nome, assim como lê e escreve frases simples, efetua cálculos básicos, porém é incapaz de interpretar o que lê e de usar a leitura e a escrita em atividades cotidianas.



Fonte: dados da pesquisa, 2012.

A área da propriedade varia em torno de 0,5 hectares a 9,0³⁹ hectares, sendo que a maioria dos entrevistados tem em torno de 1,0 hectares, o que caracteriza o minifúndio. Como menciona Guilherme Velho (1979) a partir de pesquisas realizadas pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS), ficou demonstrado o surgimento, que vinha ocorrendo, segundo o autor, desde o período adverso entre 1929 e a segunda Guerra Mundial, de um campesinato no cinturão açucareiro, caracterizado por pequenos lotes “raramente excedendo 3 hectares”. Este relato aponta para o fato de que a estrutura fundiária pouco mudou nesta região.

As 20 (vinte) pessoas entrevistadas são filhas de agricultores ou de cortadores de cana-de-açúcar que se tornaram proprietários de terra posteriormente, havendo, ao que parece, uma tradição de transmissão do saber entre as gerações. Adotou-se o conceito de “saber” definido por Victor Toledo e Narciso Barrera-Bassols (2008) que é se baseia na experiência concreta e nas crenças compartilhadas pelos indivíduos sobre o mundo que o circunda. Como menciona uma das entrevistadas. “Aprendi a lidar com a terra com meu pai” (DONA ANGELINA, 2012). Como afirma Toledo, Alarcón-Cháires e Báron (2002):

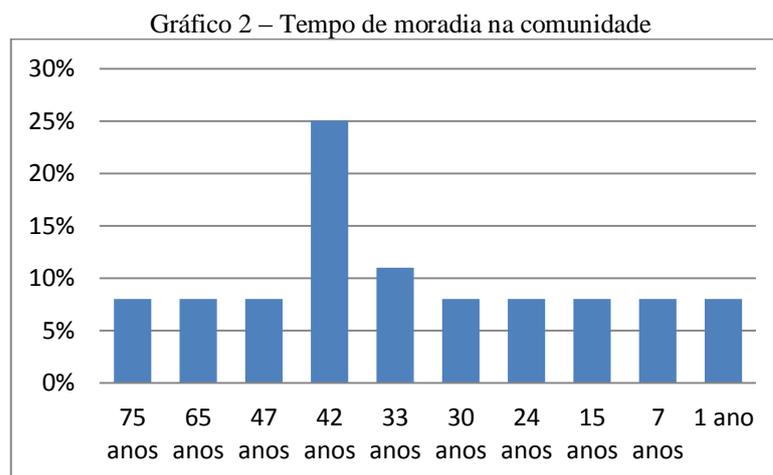
...o *corpus* agrário camponês em comum é um amálgama de conhecimentos objetivos e de crenças subjetivas, derivado da prática cotidiana e de caráter holístico, presente nas mentes ou memórias dos produtores.
 ...Transmitido intergeracionalmente através da linguagem, sendo agráfo e responde a lógica da oralidade. (TOLEDO, PABLO ALARCÓN-CHÁIRES; E LOURDES BARÓN, 2002, p 43-45).

Além disto, foi possível verificar nas entrevistas que os membros da comunidade têm, em geral, uma relação de parentesco com os primeiros fundadores. Como afirma Sabourin (2009, p. 51), sobre as características das comunidades camponesas: “Em geral, os membros

³⁹ O agricultor que informou possuir 9,0 hectares, na realidade utiliza 2,0 hectares para o uso familiar, o restante da área é ocupada pelos filhos casados, sendo que cada um tem em torno de 2,0 hectares.

das comunidades são descendentes de um ancestral comum, fundador ou primeiro proprietário ‘camponês’”.

Em relação ao tempo de moradia na comunidade vai de 01 (um) ano a 75 (setenta e cinco) anos, como apresenta o gráfico 2:



Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

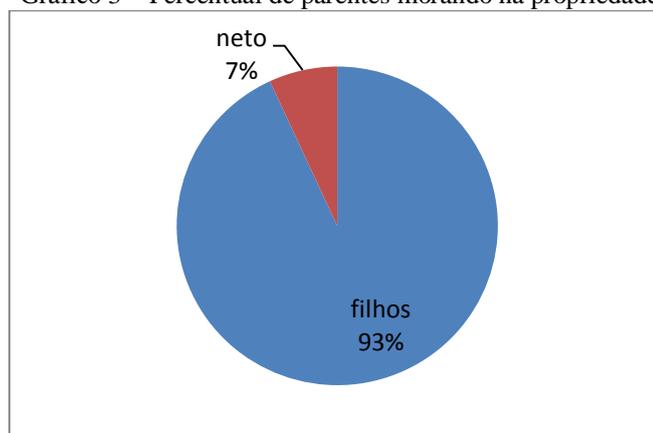
A partir das entrevistas realizadas foi possível perceber que há uma tradição de se dividir a propriedade inicial com os filhos que vão casando e desejam continuar na atividade agrícola. Ou de repassar as propriedades de pai/mãe (após a morte de um destes) para os filhos, bem como transferir para algum parente mais próximo que esteja necessitado de uma área para viver e plantar. “Nós morávamos no sítio de meu pai, aqui na comunidade, agora moramos na propriedade de meu primo” (JOSÉ PEREIRA, 2012, agricultor) ou “a minha propriedade tem 9,0 hectares, mas eu e minha mulher só lidamos com 2,0 hectares o resto está dividido com os filhos que casaram e continuam na roça” (Sr. Antônio, agricultor, 2012).

Assim sendo, há aqui duas características fundamentais das comunidades camponesas e suas estratégias de manutenção: (a) a impossibilidade de dissociar a unidade de produção da unidade de consumo e, (b) a reciprocidade⁴⁰ que permite reconhecer o outro como parte de um mesmo grupo.

Todas as 20 (vinte) pessoas pesquisadas afirmam terem filhos ou parentes (netos) morando na unidade familiar. O gráfico abaixo demonstra que 93% das famílias têm os filhos morando na propriedade e 7% além dos filhos, têm os netos. Nas entrevistas realizadas não apareceram outros tipos de parentesco.

⁴⁰ Usamos a definição de reciprocidade de Mauss (1924) que menciona ser a “dinâmica de reprodução de prestações, geradora de vínculo social” (Sabourin, 2009 apud Mauss)

Gráfico 3 – Percentual de parentes morando na propriedade



Fonte: dados da pesquisa, 2012.

Tais dados despertaram um questionamento em relação aos fatores de permanência dos jovens na comunidade e seu envolvimento nas atividades produtivas, mas este ponto não foi aprofundado por não ser o foco desta pesquisa.

Outra constatação importante é o fato de que quase todos os membros integrantes da unidade familiar estão envolvidos com alguma tarefa na unidade produtiva, conforme é apresentado na tabela 1. Mesmo as crianças têm funções específicas, como demonstra o comentário a seguir: “Já levo minha filha de 3 (três) anos para colher alface” (MARILZA, 2012). Este fato caracteriza a não dissociação da unidade produtiva da unidade de consumo e de vida, como mencionado acima.

Interessante destacar que 48% dos filhos estão em atividades ligadas diretamente à agricultura e 44% das filhas além das atividades agrícolas têm sob sua responsabilidade as atividades reprodutivas (por exemplo: cuidados com a casa, com as crianças, etc) e o pré-beneficiamento da produção, sendo que algumas delas também se responsabilizam pela gestão da unidade de produção e consumo. O que caracteriza uma diferenciação nas relações sociais de gênero, fato que não iremos aprofundar, mas que valeria um estudo posterior.

Quadro 4 - Atividades desenvolvidas na unidade produtiva em função do sexo e grau de parentesco

Sexo	Grau de parentesco	Percentual	Atividades desenvolvidas
Masculino	Filhos	48%	roça, Comercialização
Feminino	Filhas	44,50%	roça, serviço doméstico, comercialização, controle financeiro da unidade, pré-beneficiamento
		7,50%	só serviço doméstico

Fonte: dados da pesquisa, 2012.

Segundo as considerações de Afrânio Garcia e Beatriz Heredia (p 225, 2009), “são as relações de parentesco que delimitam os membros que podem ser mobilizados para as mais variadas tarefas”. Em contraposição, as unidades agroindustriais são compostas por assalariados recrutados segundo as necessidades das unidades produtivas.

Os que se agrupam para o consumo coletivo (residindo em comum, tomando refeições, etc) não o fazem da mesma maneira nos diversos atos produtivos, variando tais configurações ao longo dos ciclos de vida individuais e domésticos. São essas diferenças que imprimem a especificidade dos modos de funcionamento dessas explorações agrícolas e acarretam modalidades de cálculo e estratégias econômicas também específicas. (Garcia; Heredia, 2009, p. 225).

As coletas e a análise dos dados permitiram identificar que a mobilização dos membros da família camponesa para a integração de trabalho na unidade produtiva considera a idade, sexo, capacidade de trabalho e, em alguns casos, interesse por dada função ou atividade, como menciona a agricultora “Meu filho do meio não gostava da roça, mas ele tinha muito jeito para o comércio, agora ele que vai vender na Ceasa, junto com o atravessador (Beatriz, agricultora, 2012)”.

4.4 Grau de campesinidade e agroindustrialização

Prefiro então não falar de camponeses, mas de campesinidade, entendido como uma qualidade presente em maior ou menor grau em distintos grupos específicos. Se há uma relação entre formas históricas de produção e essa qualidade, tal relação não é, contudo, mecânica. O que tenho em vista é uma configuração molecular, mas é preciso não esquecer, sob risco de reificação, que pequenos produtores concretos não são tipo, mas sujeitos históricos, e que as situações empíricas observadas, por serem históricas, são ambíguas. (WOORTMANN, 1990^a, p. 13 apud WANDERLEY, 2011, p. 84-85).

Partiu-se da hipótese de que o processo de modernização no campo não aconteceu de forma homogênea para todos os camponeses, tendo havido aqueles que resistiram e aqueles que aceitaram parcialmente as tecnologias da Revolução Verde e outros que se modernizaram, adotando o chamado “pacote tecnológico”, criando no meio rural diferentes arranjos no seu sistema produtivo-reprodutivo. Alguns autores, entre eles Victor Toledo, sugere que estas diferentes configurações podem ser compreendidas através de “graus de campesinidade e agroindustrialização”.

Ainda considerando que o ambiente rural é dinâmico e que estas transformações no campo dependem de cada contexto e da cultura local, é fundamental precisar as diferenciações para estes dois modos de apropriação/produção (camponês e agroindustrial) em relação à natureza e à sociedade, como mencionam Toledo, Alarcón- Cháires e Barón (2002, p. 36): “A distinção destes dois modos contrastantes se obtém através de diferentes

critérios, os quais se encontram imersos no mesmo processo de apropriação/produção”⁴¹ ou ainda como menciona Wanderley (2011) citando Woortmann (1999) “a campesinidade, que suponho comum a diferentes lugares e tempos”

Nesse sentido, os autores afirmam ser importante, para a definição destes critérios uma aproximação ao processo produtivo numa perspectiva sócio-ecológica (TOLEDO 1990 apud TOLEDO, ALARCÓN-CHÁIRES e BARÓN, 2002, p. 37 apud), analisando elementos que fazem parte do processo de apropriação/produção que ocorrem na relação sociedade-natureza:

[...] todo processo de apropriação/produção é realizado por um segmento periférico da sociedade (os produtores rurais), os quais são os encarregados de “internalizar” no organismo social, diversos materiais e energias da natureza. Toda unidade de produção, localizada na membrana ou periferia social, estabelece, portanto, dois tipos de intercâmbios materiais: com os ecossistemas (intercâmbios ecológicos) e com o resto da sociedade através de diferentes circuitos e mercados (intercâmbios econômicos)⁴². (TOLEDO; ALARCÓN-CHÁIRES; BARÓN, 2002, p.37).

Para estes estudiosos a partir do modelo sócio-ecológico se:

[...] desprende um conjunto de características de enorme utilidade teórica, as quais operam atributos para diferenciar os modos historicamente determinados de apropriação da natureza que prevalecem no mundo contemporâneo (TOLEDO; ALARCÓN-CHÁIRES; e BARÓN, 2002, p. 37)⁴³

Para apreender os elementos de apropriação/produção entre a natureza e a sociedade e estabelecer distinções entre os camponeses e agroindustriais, adotou-se neste trabalho algumas das categorias proposta por Toledo; Alarcón-Cháires; Barón (2002, p. 38-39), que apresentamos a seguir⁴⁴:

1. Energia: “uma primeira distinção básica entre o modo camponês e agroindustrial se refere ao tipo de energia utilizada durante o processo de apropriação/produção. Em um extremo a produção camponesa ou agrária está baseada na utilização de energia solar, através da manipulação e uso de espécies domesticadas e silvestres de plantas, animais, micro-organismos, etc, (conversores biológicos) e dos processos ecológicos, que existem e têm lugar no cenário produtivo. Ou seja, as principais fontes de energia são a força humana, animal, e a utilização da biomassa, do vento e da água, mais que os combustíveis fósseis.

“Na outra ponta, da produção agroindustrial ou moderna há a maximizar o uso da energia fóssil (petróleo e gás) através do emprego de diversos maquinários, bombas

⁴¹ Tradução livre

⁴² Tradução livre

⁴³ Tradução livre

⁴⁴ As categorias são tradução livre e adaptação da autora das apresentadas por Toledo, Alarcón-Cháires e Barón, 2002

elétricas, fertilizantes químicos, pesticidas, sementes melhoradas, sistema de irrigação, meios de transportes, etc”.

O que destaca-se nesta categoria não é a negação do uso de energia fóssil pelos camponeses, mas o uso com menos intensidade.

2. Auto-suficiência: “uma das características do modo de vida camponesa é seu alto grau de autossuficiência, pois a família camponesa (a unidade de produção) consome uma parte substancial de sua própria produção e, concomitantemente, produz quase todos os bens que consome.

Neste caso, ocorre um predomínio dos valores de uso (bens consumidos pela unidade de produção) sobre os valores de troca (bens não autoconsumidos que circulam como mercadorias fora da unidade de produção). Esta predominância do valor de uso traz consigo um baixo emprego de insumos externos”.

“Já na unidade de produção agroindustrial a maior parte, senão tudo o que é produzido se volta ao mercado. Os recursos obtidos com as vendas dos produtos são usados para comprar quase todos os bens necessários à unidade produtiva. Por isto, o processo produtivo se realiza mediante o emprego de alto grau de insumos externos. Outro aspecto é que, onde há predominância do modo agroindustrial de produzir, tende-se a estimular e expandir os meios de transporte, confirmando a existência de um processo de separação espacial entre a produção e o consumo”.

3. Força de trabalho: “O processo de produção camponês é baseado, predominantemente, no trabalho familiar e/ou comunitário. No entanto quando é necessário o emprego de força de trabalho de terceiros isto se realiza de maneira temporal e mediante mecanismos não mercantis tais como acordos de caráter cultural e/ou religioso”.

“Já na unidade de produção agroindustrial, quem trabalha na atividade agrícola pode ser tanto o proprietário como os trabalhadores contratados. Em geral, existe uma tendência de que o tempo investido no trabalho produtivo seja maior para os trabalhadores assalariados do que o tempo investido pelo proprietário (patrão), no entanto, é possível encontrar unidade produtiva agroindustrial com o uso da força de trabalho familiar associado ao trabalho contratado”.

4. Diversidade produtiva: “Ainda que a agricultura seja a principal atividade produtiva da unidade doméstica do modo camponês esta pode estar associada a práticas de coletas, extração florestal, horticultura, arboricultura, pesca, caça, criação de pequenos e grandes animais, artesanato, etc.

A combinação destas práticas protege a família camponesa tanto contra as flutuações do meio ambiente como contra as irregularidades do mercado. Uma exploração camponesa típica é aquela onde as duas fontes de recursos naturais (os ecossistemas transformados e os não transformados) se convertem em um mosaico onde os cultivos agrícolas, as áreas de pousio, os bosques primários e secundários, as hortas familiares, os pastos e corpos de água são segmentos de um sistema integrado de produção”.

“Este mosaico representa o cenário sobre o qual o camponês, com uma estratégia de multiuso, realiza o jogo da subsistência através da manipulação dos componentes geográficos, ecológicos, biológicos e dos processos ecológicos (sucessão, ciclo de vida, movimento de materiais, etc)”

“Em contraste com o anterior o modelo agroindustrial é quase sempre um sistema especializado de produção onde quase todo o espaço agrícola é dedicado a implantação de sistemas agrícolas, pecuários, florestais ou pesqueiros especializados, havendo uma homogeneidade paisagística que parece facilitar o manejo de áreas maiores. Assim sendo, o modelo “moderno” de fazer agricultura induz a sistemas produtivos de baixa diversidade eco-geográfica, biológica, genética e produtiva”.

Para este estudo foram tomados os seguintes conceitos de produção camponesa e produção agroindustrial:

[...] produção camponesa como aquela fundamentalmente orientada ao autoconsumo (quer dizer a reprodução dos mesmos produtores) ainda que uma parte dela se destine a venda no mercado. Constituem, pois, uma economia com o predomínio do valor de uso sobre o valor de troca. A este aspecto fundamental se agregam outros, como o nível pouco tecnificado de seus processos produtivos, sua tendência a não comprar nem vender força de trabalho e o caráter quase sempre familiar ou comunitário de suas relações sociais. O exame deste modo de produção, a partir uma perspectiva ecológica, permite revelar um aspecto particular notável e positivo: a tendência a realizar uma produção em harmonia com as leis ecológicas (TOLEDO, 2000, grifo nosso)

[...] produção agroindustrial (grifo nosso) pode ser identificado pelo uso predominante de energia fóssil, a baixa ou nula autossuficiência, com alto uso de insumos externos. O uso da mão-de-obra predominantemente de assalariado, mesmo que também se use a familiar. Área de cultivo com baixa diversidade e por especialização. Alta produtividade do trabalho, baixa produtividade ecológica e energética. A natureza é um sistema (ou uma máquina) separada da sociedade, cujas riquezas devem ser exploradas através da ciência e da técnica (TOLEDO; ALARCÓN-CHÁIRES; BARÓN, 2002).

A definição acima apresenta “formas puras”, entretanto há uma gama de possibilidades de combinações no intervalo existente entre o protótipo do campesino puro e do agroindustrial puro que servem como elementos norteadores de apreensão da realidade.

Neste sentido, busca-se neste estudo propor elementos aproximativos dos modelos-ideais de camponeses e agroindústrias a partir da predominância que aparece na análise dos dados, a partir dos indicadores estabelecidos em cada categoria, compreendendo que em diferentes locais e realidades estes elementos devem ser revisitados.

A seguir, apresentam-se as categorias, parâmetros e indicadores que foram norteadores para a pesquisa realizada e que são adaptadas e selecionadas a partir das categorias proposta por Toledo, Alarcón-Cháires e Barón (2002)

Tabela 1 - Categorias analíticas, parâmetros e indicadores do grau de campesinidade e agroindustrialização

Categorias analítica/parâmetros/Indicadores	Camponês	Agroindustrial
ENERGIA		
Unidade doméstica/ Unidade produtiva	Predomina o uso de energia da força humana, animal, e a utilização da biomassa, do vento e da água, mais que os combustíveis fósseis	Predomina o uso de combustível fóssil mais que a energia da força humana, animal, e a utilização da biomassa, do vento e da água
Fertilizante	Predomina o uso de orgânico ou verde	Predomina o uso de Inorgânico
AUTOSSUFICIÊNCIA		
Genética pecuária	Predomina rústico	Predomina raça pura
Genética Florestal	Predomina germoplasma local	Predomina germoplasma introduzido
Financiamento	Acessou ao crédito	Acessou a crédito + seguro
Autoconsumo	Consome entre 80% - 50% que produz na propriedade (incluindo o quintal) ou através de sistema de troca entre vizinhos	Consome < de 40% do que produz.
Insumos	Predominam os insumos internos	Predomina os insumos externos
DIVERSIDADE PRODUTIVA		
Produção	Predomina de policultivo	Predomina a especialização
FORÇA DE TRABALHO		

Mão de obra	Predomínio do familiar e/ou comunitária/mutirão e/ou eventual	Predomínio do eventual e permanente
-------------	---	-------------------------------------

Fonte: adaptação da autora, a partir de proposta de Victor Toledo, Alarcón-cháires e Barón (2002)

A análise dos resultados será apresentada por categoria, no entanto sem deixar de destacar os elementos constituintes dos parâmetros e indicadores.

4.4.1 Energia

Importante destacar que o tipo de energia utilizado durante o processo de apropriação/produção da unidade produtiva permite uma caracterização distinta entre o camponês e o produtor agroindustrial ou moderno.

Segundo Victor Toledo; Pablo Alarcón-Cháires e Lourdes Barón (2002), há o predomínio do uso de energias renováveis através da manipulação e o uso de espécie domesticadas e silvestres de plantas, animais, microrganismos, etc (convertedores biológicos) e dos processos ecológicos, que existem e tem lugar no cenário produtivo do camponês.

Além disto, o uso de vento e da água são elementos que podem ser incorporado como gerador de energia em alguma(s) etapa(s) da unidade produtiva. O uso da força humana, animal e a utilização de biomassa é mais comum que a utilização de combustível fóssil. Isto não significa que não haja o uso de combustível fóssil, mas é feito em menos escala.

Já na unidade de produção agroindustrial ou moderna há a predominância do uso de energia fóssil através do emprego de máquinas, bomba elétrica, fertilizantes químicos, pesticidas, sementes melhoradas, sistema de irrigação, meios de transportes, etc.

Diante do exposto acima utiliza-se com o parâmetro e indicadores para esta categoria:

a) tipo de energia utilizada da unidade doméstica: tipo de energia empregada no ambiente da casa e tipo de energia utilizada para cozinhar; b) tipo de energia empregada na unidade produtiva: uso de ferramenta manual ou mecânica na atividade de plantio e colheita, uso de agroquímicos; uso de tração humana, mecânica ou animal, tipo de combustível empregado no transporte da comercialização. Esses elementos são analisados a seguir.

4.4.1.1 Energia para consumo doméstico

Toledo, Alarcón-Cháires e Báron (2002, p. 62) adotam, em sua pesquisa de grau de campesinidade e agroindustrialização no México, parâmetro e indicadores de fontes de energia doméstica para diferenciar as tipologias de produtores: camponês e agroindustrial.

Eles argumentam que: “As fontes de energia para consumo doméstico utilizados nos lares rurais permitem diferenciar com bastante clareza os dois arquétipos principais de produtores⁴⁵”.

No entanto, na presente pesquisa o indicador do tipo de energia utilizado nos lares não pareceu bom para estabelecer tal diferenciação, uma vez que no Brasil há cerca de uma década foi iniciado um programa que promovia o acesso à luz elétrica no campo.

Em relação ao tipo de combustível utilizado para cozinhar, em função da proximidade com a área urbana e a chegada de serviços no meio rural, verifica-se uma realidade na qual o uso do gás de cozinha é frequente, sendo o consumo da lenha esporádico e mantido mais por tradição. Encontrou-se situação onde o uso do gás de cozinha estava associado à lenha como medida de economia da família, para os períodos de “mais aperto” como menciona uma das entrevistadas.

Os dados da pesquisa apresentaram uma realidade onde 100% das residências tem acesso à energia elétrica. Sobre o tipo de combustível utilizado para cozinhar, 63% dos entrevistados responderam usam gás de cozinha, somente 37% faz uso de lenha (fogão a lenha), associado ao uso do gás de cozinha, sendo que a utilização do fogão a lenha é esporádico, predominando o uso do fogão a gás, como apresentado no gráfico 4.



Fonte: dados da pesquisa, 2012.

Este resultando nos permite supor que a chegada dos serviços básicos para as populações rurais, tais como a energia elétrica, pode promover o acesso a bens de consumo, particularmente a eletrodomésticos, que pode contribuir, especialmente, para facilitar o trabalho doméstico da mulher rural. Como afirma Heredia e Cintrão (2006).

As precariedades de infra-estrutura da zona rural, especialmente de energia elétrica e água encanada trazem adicionalmente a privação das famílias rurais de uma série de

⁴⁵ Tradução livre

facilidades já acessíveis aos meios urbanos, especialmente no que se refere ao acesso a bens eletrodomésticos. Em 2002, 41% dos domicílios rurais a nível nacional não tinham geladeira e 91% não tinham máquina de lavar roupa, enquanto nos domicílios urbanos estes dados são respectivamente de 9% e 62%. (HEREDIA; CINTRÃO, 2006, p 4).

Por outro lado, estudo empreendido pela Fundação Getúlio Vargas constata que:

No âmbito dos serviços básicos para a população, está entre as ações que melhoram a vida no campo a chegada da energia elétrica ao meio rural, por meio do Programa Luz para Todos, que facilita a integração das iniciativas públicas, tanto no que diz respeito aos programas sociais e ações de atendimento de serviços como educação, saúde, abastecimento de água, quanto às políticas de incentivo à agricultura familiar. (Neri, Melo, Sacramento Monte, 2012, p 11).

4.4.1.2 Energia produtiva

Segundo Toledo, Alarcón-Cháires e Báron (2002, p. 63) “o camponês se define pelo uso de energia humana e/ou animal, e o agroindustrial ou moderno pelo uso de energia mecânica. A condição mista expressa um estado intermediário”.

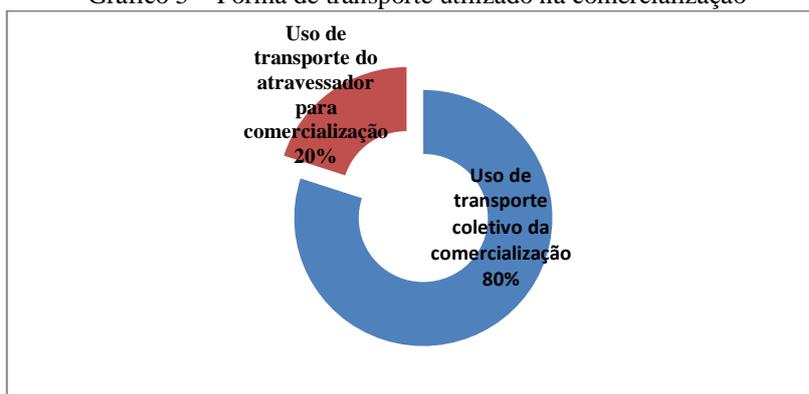
Já em relação ao emprego da energia na unidade produtiva, os dados coletados apresentaram que 100% dos agricultores pesquisados têm como prática o uso de ferramentas manual para as atividades de plantio e colheita. Não há emprego de tração animal ou mecânica.

É preciso destacar que a área onde se localiza a comunidade não é apropriada para o uso de trator. No entanto, o Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) disponibilizou tratores, através do Programa de Aração de Terra, coordenado pela Secretaria de Agricultura do Estado de Pernambuco, mas os integrantes da comunidade decidiram não utilizar os equipamentos.

Observou-se que 100% dos agricultores pesquisados possuem sistema de irrigação (microaspersão) com o uso de motores movido à energia elétrica. É 100% deles utilizam veículos movidos a combustível fóssil para transportar as mercadorias, não havendo distinção neste indicador entre os agricultores.

Há uma distinção em relação ao uso coletivo ou individual do transporte para a comercialização, ou seja, 20% dos agricultores responderam que usam o transporte do atravessador e 80% usam transporte alugado coletivamente, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 5 – Forma de transporte utilizado na comercialização



Fonte: dados da pesquisa, 2012

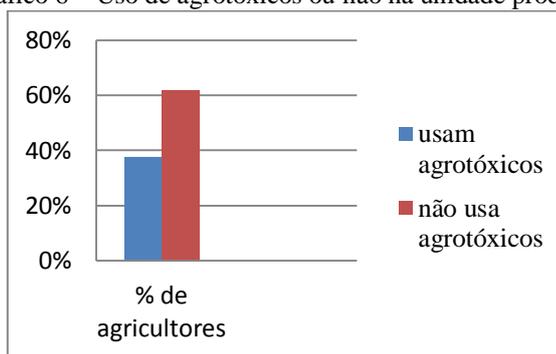
O fato de os agricultores adotarem uma estratégia de uso coletivo do transporte parece demonstrar, por um lado, uma relação de reciprocidade, e por outro, uma maior consciência coletiva com o meio ambiente.

A estratégia adotada pelas políticas de modernização da agricultura se baseou na introdução do uso de insumos externos, tais como os agrotóxicos e sementes melhoradas. Estes elementos foram estratégias importantes para assegurar a dependência do agricultor à indústria de insumos. Além disto, o uso dos insumos químicos trouxe para as comunidades rurais outros problemas, como o desgaste dos recursos naturais nas comunidades rurais, a vulnerabilidade dos agricultores à contaminação por agrotóxicos e, além disto, a contaminação das áreas próximas de outros agricultores que não fazem uso dos produtos químicos.

Outro aspecto relevante da modernização trouxe em seu bojo, foi a transformação da relação homem-natureza-sociedade. Se para o camponês a relação com a natureza estava pautada por uma troca mútua e por uma base de recursos autocontrolada, para o produtor agroindustrial ou moderno a dimensão de coprodução é substituída pela dependência aos “pacotes tecnológicos”, ou seja, o processo de produção passar a ser “receita” que intermedia e controla a relação dos agricultores com a natureza.

Na pesquisa realizada foi verificado que 59% dos entrevistados não usam agrotóxicos e 41% utilizam os produtos químicos, como apresentando no gráfico 6.

Gráfico 6 – Uso de agrotóxicos ou não na unidade produtiva



Fonte: dados da pesquisa, 2012.

4.4.2. Autossuficiência

Um das características, segundo Toledo, Alarcón-Cháires e Baron (2002), do modo camponês é seu relativo grau de autossuficiência, uma vez que a família camponesa consome uma parte substancial de sua produção e concomitantemente produz parte dos bens necessários para a sua manutenção. Aqui predomina o valor de uso sobre o valor de troca. Os autores vão além e afirmam: “Esta primeira singularidade deriva, por sua vez, de um fato: a produção combinada de valores de uso e mercadorias busca a reprodução simples da unidade doméstica camponesa” (Toledo; Alarcón-Cháires; Barón, 2002, p 39, tradução livre). Ou ainda como afirma Afrânio Garcia Jr e Beatriz Heredia sobre a realidade brasileira:

[...] lavouras denominadas com frequência de “para o gasto” ou de “lavouras brancas”, podem ser objeto de autoconsumo, mas também podem dar origem a mercadorias, objeto de compra e venda a dinheiro. Permite o gasto da casa em itens imprescindíveis, que não podem faltar à mesa, podendo circular do **sítio** ou do **roçado** para a casa ou passarem por circulação mercantil antes de seu consumo final (Garcia Jr. e Heredia, 2009, p. 233).

Ainda segundo Toledo, Alarcón-Cháires e Barón (2002), a maior parte da produção agroindustrial ou moderna volta-se ao mercado. Da venda da produção se obtém os recursos para comprar tudo ou quase todos os bens necessários para a unidade produtiva. E os autores destacam ainda que o modo de produção agroindustrial ou moderno se realiza mediante o emprego de insumos externos, tendo como consequência, deste modelo, uma separação entre o consumo e a produção.

Para analisar esta categoria levantaram-se os parâmetros de: (a) autossuficiência alimentar; (b) autossuficiência produtiva, (c) autossuficiência genética e, (d) autossuficiência financeira.

4.4.2.1. Autossuficiência alimentar

Primeiro a gente consome para poder comercializar, porque no momento que a gente tem a verdura aqui não vai comprar fora. A gente consome de tudo um pouco! (DONA LINDINHA, AGRICULTURA, 2012).

Em relação à **autossuficiência alimentar** considera-se, a título desta pesquisa, que a unidade produtiva é capaz de produzir e prover à alimentação necessária ao grupo familiar. No caso do camponês, a unidade de produção deve assegurar os “gastos da família”, seja através do consumo de produtos oriundo da própria “roça” ou “quintal” ou ainda de troca entre vizinhos. Seja através da venda do excedente da propriedade que complementa o abastecimento das necessidades domésticas e de reinvestimento na unidade produtiva familiar do camponês. Como afirma Afrânio Garcia Jr e Beatriz Heredia a este respeito:

Há cultivos voltados exclusivamente para venda, nos quais a produtividade valor por hectare e por recursos despendidos constitui a motivação básica, porque uma parte do orçamento doméstico só pode ser suprida por compra de mercadorias a dinheiro (sal, açúcar, querosene ou luz elétrica, produtos de limpeza, vestuários, etc). Porém, uma parte da alimentação pode provir de cultivo próprio. (Garcia Jr. e Heredia, 2009, p. 233).

Neste sentido, 100% dos pesquisados afirmam que primeiro consomem o que produzem para depois comercializar o excedente. Todos mantêm um “quintal” com algumas culturas não comerciais que são basicamente consumidas pela família. Em sua maioria as famílias usam o dinheiro da comercialização para comprar os demais alimentos que não são produzidos na comunidade ou para reinvestir na unidade produtiva. Há também a prática de troca ou doação de produtos entre os vizinhos, como demonstra a fala a seguir: “Eu produzo tomate e meu vizinho não, então eu troco por outro produto que não tenho, mas minha família consome” (D. LÚCIA, AGRICULTORA, 2013).

Um aspecto que foi revelado somente à medida que a pesquisadora e a comunidade estabeleceram um laço de confiança se relaciona ao consumo dos produtores convencionais⁴⁶. Segundo alguns agricultores eles não consomem as culturas em que aplicaram agrotóxico, comprando do vizinho que produz de forma orgânica/agroecológica.

4.4.2.2. Autossuficiência produtiva

A maioria dos camponeses utiliza insumos internos no seu sistema produtivo. Diferentemente o modo agroindustrial ou moderno têm a base de seu processo produtivo na dependência, em grande medida, da entrada de insumos externo, tais como agrotóxicos, alimentos balanceados, etc.

⁴⁶ A comunidade nomeia assim os agricultores que produzem com agrotóxico

Identificou-se que os agricultores pesquisados 32% usam agroquímicos e 68% usam insumos internos à propriedade, tais como biofertilizantes e plantas melhoradores de solo (por. Ex. feijão guado), como é apresentado na tabela 2:

Quadro 5 - Uso de insumos internos e externos na unidade produtiva

Indicador	Usam	Não usam
Uso de agroquímicos ⁴⁷	32%	68%
Uso de biofertilizantes e/ou adubo orgânico	68%	32%
Uso de plantas melhoradora do solo	38%	63%

Fonte: dados da pesquisa, 2013.

Importante destacar que entre os pesquisados foi mencionada a inexistência da criação de bovinos, suínos, caprinos na propriedade, contudo 50% mencionaram criar galinhas que serviam para o consumo familiar ou funcionavam como uma reserva.. Esta é uma atividade na qual as mulheres ou as crianças são responsáveis.

4.4.2.3 Autossuficiência genética

O modo camponês utiliza uma racionalidade em seu sistema produtivo que procura mantê-lo, a partir do uso de espécie vegetal e animais nativos que melhor se adaptam ao ambiente. Como menciona Toledo, Alarcón-Cháires e Barón (2002, p 72) no sistema produtivo camponês “se orienta a autossustentabilidade, utiliza espécies animais e vegetais nativas que, se não maximizam sua produção, resulta em menos vulnerabilidade as variações do ambiente uma vez que estão mais adaptadas”.

Os mesmos autores esclarecem que o modo agroindustrial de produção busca maximizar a produção, “através do uso de insumos biológicos externos como as sementes melhoradas, que substituem as sementes crioulas ou como o gado melhorado que substitui o rustico”⁴⁸ (Toledo; Alarcón-Cháires; Barón, 2002, p 72).

Na comunidade pesquisada, os entrevistados informaram que não produzem sementes para as unidades produtivas. Mesmo no grupo de agricultores orgânicos/agroecológico as sementes são fornecidas pelo IPA ou adquiridas fora da comunidade.

⁴⁷ Fomos informados que na comunidade, que é composta por 100 famílias, 20 famílias são orgânicas ou agroecológica e 80 são convencionais.

⁴⁸ Tradução livre

4.4.2.4. Autossuficiência financeira

Toledo, Alarcón-Cháires e Barón (2002) estabeleceram para este parâmetro a seguinte descrição:

Dada à escala da produção, o modo agroindustrial depende de apoio financeiro tanto para a produção como para o processamento e/ou distribuição de seus produtos. Caso contrário, e devido a sua racionalidade, o modo camponês prescinde de tais serviços e enfoca sua produção em direção a subsistência (Toledo; Alarcón-Cháires; Barón, 2002, p. 72-73).

No entanto, para o caso do Brasil este é um parâmetro que deve ser relativizado uma vez que desde os anos 90 vem sendo operado o Pronaf na forma de crédito. Acrescido a isto, em Pernambuco têm se consolidado a prática de diferentes linhas de crédito acessível aos produtores rurais através de organizações não governamentais que atuam com o tema da economia solidária.

Mesmo assim identificou-se que aproximadamente 90% dos entrevistados acessaram crédito para a agricultura através do Pronaf e/ou Crediamigo (do Banco do Nordeste) e/ou Frami (linha de crédito de uma Ong dos Estados Unidos da América). Contudo nenhum deles tiveram acesso a crédito e seguro associado.

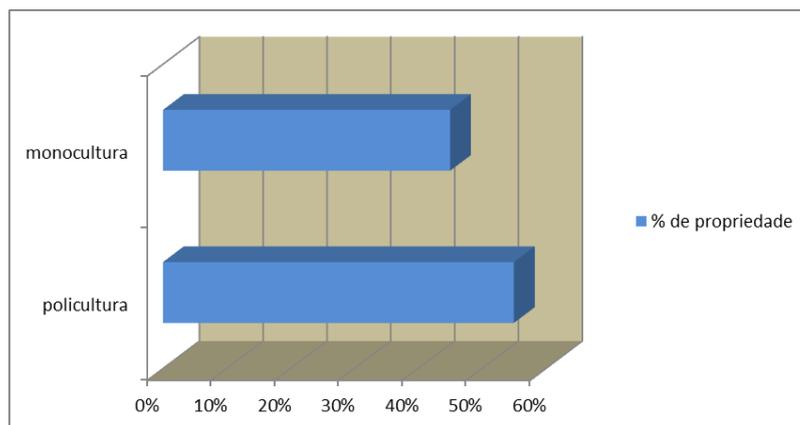
4.4.3 Diversidade produtiva

Em relação à diversidade produtiva, havia como indicador o fato do agricultor camponês ter na propriedade um sistema de policultura e no sistema agroindustrial ou moderno um sistema produtivo onde predomina a monocultura.

Os achados da pesquisa realizada apontam para o fato de que 45% dos agricultores plantam um tipo de cultura comercial que é o chuchu e, 55% são policultores. No entanto, vale um destaque, pois foi encontrado entre os policultores uma especialização no sistema de produção de hortícolas orgânicas/agroecológicas, com grande diversidade dentro deste sistema.

Um dado importante é que entre aqueles que afirmam plantar hortícolas e que tem uma especialização no sistema produtivo com a presença de pelos menos 30 (trinta) variedades. Contudo, a partir da observação do ambiente, chama a atenção a pouca presença de árvores e a pouca diversificação de outras culturas, tais como milho, feijão, mandioca, entre outras, como também a presença de animais tão comum no meio rural. Parece que a decisão das famílias, que tem pequenas áreas, concentrou-se na ampliação das culturas comerciais.

Gráfico 7: Percentual de propriedade por tipo de cultivo



Fonte: dados da pesquisa, 2013

4.4.4 Força de Trabalho

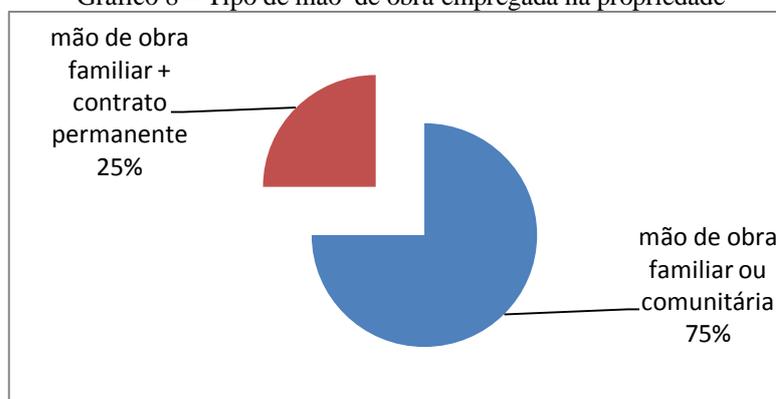
4.4.4.1 Emprego da mão-de-obra

Há uma unanimidade entre os estudiosos do campesinato em relação ao fato de que a agricultura camponesa baseia-se em uma força de trabalho familiar e comunitária prioritariamente. O produtor agroindustrial ou moderno busca o mercado para obter este recurso, ou seja, sua produção se baseia em uma mão de obra contratada.

Como resultado do levantamento de dados observou-se que em 75% das unidades produtivas a mão de obra utilizada é familiar ou comunitária e em 25% das unidades produtivas a mão de obra é familiar e com contratação de terceiro de forma permanente.

No entanto, quando ocorre o caso de contratação de terceiro foi possível constatar através de informação dos entrevistados que é, normalmente, alguém da comunidade.

Gráfico 8 – Tipo de mão de obra empregada na propriedade



Fonte: dados da pesquisa, 2012.

4.4.5 Reciprocidade

Este parâmetro inicialmente não estava previsto na pesquisa, contudo, os dados levantados apresentavam vários relatos de relações de reciprocidade que se decidiu incluir como elemento de análise.

Entende-se por reciprocidade o que Sabourin (2009, p. 51) conceitua como sendo “a dinâmica de reprodução de prestações, geradoras de vínculo social” e o sentimento de pertencimento a um grupo (comunidade camponesa). Ainda segundo o autor a reciprocidade se revela em forma de solidariedade “na produção ou redistribuição de alimentos, que constituem o plano do real”. Já no âmbito do simbólico ela se revela nos cantos, nas rezas coletivas, entre outros. Como afirma: “A linguagem está na base da reciprocidade. Este compartilhamento recíproco permitido pela linguagem dá sentido à ação do homem” (SABOURIN, 2009, p 52).

Na coleta de dados encontramos três situações que bem expressam a reciprocidade na comunidade estudada. A primeira diz respeito a o uso do transporte coletivo para o processo de comercialização dos produtos orgânicos/agroecológico, a segunda se relaciona com o processo de comercialização, ou seja, há uma prática na comunidade de se comercializar os produtos do vizinho que não pode ir à feira (isto ocorre entre os produtores orgânicos/agroecológicos) e a terceira é a existência de uma prática de troca ou doação de produto entre os moradores da comunidade.

Outras situações encontradas foram as práticas de rezas coletivas, cantos e festas que são realizadas para reverenciar a Santa da Comunidade, seja para arrecadar dinheiro para obras coletivas, seja para manutenção de um modo de vida.

4.4.6 Índice de campesinidade e agroindustrialização

O desafio era apreender uma realidade tal dinâmica em índice que pudesse dar uma leitura da realidade. Neste sentido, ressalta-se a fala de Woortmann (1999) que afirma que a campesinidade, e aqui se acrescenta a agroindustrialização, se apresentará sobre diferentes formas em diferentes lugares e tempo.

A conclusão, a partir das análises dos dados é que o grupo pesquisado se caracterizaria no geral como agricultores em transição, com um movimento nos dois sentidos, ou seja,

alguns mais direcionados para o modo camponês e outros com uma tendência maior à modernização.

Parece que esta é a realidade das comunidades rurais, na qual se encontram agricultores que guardam uma proximidade maior com as características de produção e consumo camponesa e outros que vêm se diferenciando e se aproximando mais ao modo agroindustrial. Assim reafirma-se a hipótese de que o rural mantém diferente configuração de situações que vão desde um agricultor “mais camponês” a um mais “modernizado”, constituindo um mosaico numa mesma comunidade. Como afirma Nazaré Wanderley, é preciso falar de “rurais”, uma vez que matizes diferentes podem conviver em uma mesma comunidade e se ter os laços de solidariedade e os elementos de cultura como integrador dos grupos.

De uma forma sintética apresentamos o quadro 7, que demonstra que os entrevistados, em sua maioria, encontram-se na tipologia que nomeamos como sendo em transição, ou seja, mantém raízes camponesas tais como uma produção eminentemente familiar, uma forte relação de reciprocidade, no entanto outros parâmetros tais como o maior uso de combustível fóssil que renováveis no sistema reprodutivo e produtivo, além do alto índice de acesso a crédito.

Quadro 6 - Síntese por Categorias analíticas, parâmetros e indicadores de grau de campesinidade e agroindustrialização

Categorias analítica/parâmetros/ Indicadores	Camponês	Produtor em transição	Agroindustrial
Índices	0% – 49%	50% – 79%	80 – 100%
ENERGIA			
<u>Unidade doméstica</u>			
Predomínio do uso de lenha, gás de cozinha	37%		
Predomínio do uso gás de cozinha			63%
<u>Unidade produtiva</u>			
Predomina o uso de energia da força humana, animal, e a utilização da biomassa, do vento e da água, mais que os combustíveis fósseis			
Predomínio do uso misto		100%	
Predomina o uso de			

combustível fóssil mais que a energia da força humana, animal, e a utilização da biomassa, do vento e da água			
<u>Tipo de combustível empregado na comercialização</u>			
Combustível fóssil			100%
<u>Autossuficiência</u>			
<u>Autossuficiência alimentar</u>			
Consome entre 80% - 50% que produz na propriedade (incluindo o quintal) ou através de sistema de troca entre vizinhos	100%		
Consome < de 40% do que produz			
<u>Produtiva</u>			
Predomínio o uso de biofertilizantes ou adubo orgânico	68%		
Predomínio de insumos externos (agroquímicos)			32%
<u>Sementes</u>			
Sementes produzida localmente			
Sementes adquirida externa			100%
<u>Financiamento</u>			
Não acessou crédito			
Acessou o crédito		100%	
Acessou a crédito + seguro			
<u>Diversidade produtiva</u>			
Predomina de policultivo			
Predomina a monocultura			100%
<u>Mão de obra</u>			
Predomínio do familiar e/ou comunitária/mutirão e/ou eventual	75%		
Predomínio do eventual e permanente			25%

Fonte: elaborado pela autora, 2013.

Assim sendo, há o seguinte quadro 8 síntese de grau de campesinidade e agroindustrialização para a realidade da comunidade estudada. As marcações mais escuras caracterizam onde, de forma geral, o grupo se encontra com mais intensidade, e a cores mais claras com menos intensidade, considerando a categoria em análise.

Quadro 7 - Grau de campesinidade e agroindustrialização da comunidade do Sítio Palmeiras, Chã Grande, Pernambuco

Categorias	Camponês	Produtor intermediário	Agroindustrial ou moderno
ENERGIA			
AUTOSUFICIÊNCIA			
DIVERSIDADE PRODUTIVA			
FORÇA DE TRABALHO			

Fonte: elaborado pela autora, 2013

5 CONCLUSÃO

Este capítulo objetiva, por um lado, fazer uma síntese dos achados no processo de levantamento e sistematização dos dados e, por outro lado, sinalizar alguns temas de possíveis pesquisas.

A partir do pressuposto formulado para este estudo, de que o processo de modernização no campo não aconteceu de forma homogênea para todos os agricultores, tendo havido aqueles produtores que resistiram e aqueles que aceitaram parcialmente as tecnologias da Revolução Verde e outros que se modernizaram, adotando o chamado “pacote tecnológico” (sementes melhoradas, agrotóxicos, fertilizantes químicos e motomecanização, entre outros), criando no meio rural diferentes configurações. Optou-se por buscar compreender, estes diferentes cenários no meio rural, através da metodologia de “graus de campesinidade e agroindustrialização” (TOLEDO, 2005).

No entanto, destaca-se que o ambiente rural é dinâmico e que estas transformações no campo dependem de cada contexto e da cultura local. É fundamentalmente na forma com que cada agricultor se diferencia na sua relação de apropriação/produção que lhe coloca mais ou menos ao lado do modo arquétipo camponês ou arquétipo agroindustrial em sua relação com a natureza e com a sociedade em geral.

Uma primeira constatação apontada pela metodologia de grau de campesinidade e agroindustrialização é o fato que no ambiente analisado predomina agricultores em transição, sendo que algumas famílias estão mais próximas do modo camponês e outras mais próximas do modo agroindustrial ou moderno de fazer agricultura. Contudo, é possível identificar três realidades distintas, que são apresentadas a seguir:

Tipo 1: uma familiar de agricultor camponês pauperizada, que não tem a posse da terra, estando em área mínima (0,5 ha) normalmente cedida por um parente de um dos conjuge. Onde o homem, via de regra, trabalha assalariado, em média 03 (três) dias por

semana em propriedade de outro agricultor. A relação de venda de produtos no mercado envolvente é praticamente nula e quando realizada os produtos são levados à feira por vizinhos ou parentes. A atividade produtiva e uso de tecnologia está limitada pela disponibilidade de recursos humanos e financeiros da família. Os produtos cultivados são consumidos em sua quase totalidade pela família e o excedente é vendido ou trocado na comunidade para complementar as necessidades da mesma, junto com o pagamento do trabalho fora da propriedade. A possibilidade de ascender a uma categoria superior parece ser ínfima. Em relação aos programas governamentais a família tem acesso ao Programa Bolsa-Família.

Tipo 2: este grupo se caracteriza por ter a posse da terra, normalmente herdada de um ancestral que foi fundador da comunidade, mas que já foi desmembrada por este entre os filhos. Tem em média 1,0 a 4,0 ha. É policultor com especialização em hortícolas orgânica/ecológica, sendo este o produto comercial. A totalidade da área é cultivada com esta cultura, havendo uma grande diversidade no sistema (em média mais de 30 (trinta) espécies de hortícola). Não possuem, em sua maioria, animais dentro do sistema produtivo. São produtores orgânicos/agroecológicos, participando de 01 (uma) a 03 (três) feiras agroecológicas em Recife ou municípios vizinhos. O transporte dos produtos é feito de forma coletiva. São produtores com mais acesso que o tipo 1 (um) à programa e políticas públicas, tais como crédito, Bolsa-Família, programa de cisternas.

Além disto, participam ativamente da associação de moradores e das instâncias de consultas no município, por exemplo, Conselho de Desenvolvimento Rural. Tem acesso à assistência técnica governamental, da sociedade civil e do município. Sua força de trabalho é basicamente familiar e não vendem a mão de obra para terceiro.

Os investimentos na unidade produtiva são decididos pelos membros ativos da família e, em sua maioria, nos últimos anos, foram em sistema de irrigação, transporte de passeio (carro ou moto), reforma da casa, entre outros. Seguindo uma estratégia que se ajusta aos objetivos familiares. Estão claramente na lógica camponesa definida por Chayanov, ou seja, na tentativa de manutenção do equilíbrio do grupo familiar, entre a satisfação das necessidades dos mesmos e a necessidade de emprego de força de trabalho familiar.

Tipo 3: esta tipologia, como a anterior tem a posse da terra, normalmente herdada dos primeiros moradores da comunidade, mas que já foi desmembrada, tendo em média 1,0 a 9,0 ha. São monocultores, sendo o chuchu a cultura comercial. Usam agrotóxicos e

comercializam a produção ao atravessador ou diretamente na Ceasa (no caso do agricultor atuar como atravessador). O transporte da produção é feito através do atravessador. Buscam informações normalmente no fornecedor de insumos externos, tendo pouco contato com a extensão rural, a não ser nos casos em que demandam via associação de produtores da comunidade. Participam da Associação de produtores da comunidade e acessam o programa bolsa família e o crédito do Pronaf. Sua força de trabalho é basicamente familiar e, às vezes, compram força de trabalho de terceiros. No entanto, sua lógica de reinvestimento continua a ser familiar.

Esta diferenciação de tipos parece demonstrar que o tipo 1 é um camponês proletarizado, no entanto o tipo 2 e 3 não se diferenciam pelo fato de mais ou menos capacidade de acumulação de capital, mas por adotarem, em uma certa medida, de forma parcial o modelo da Revolução Verde. O tipo 3 utiliza com mais intensidade os insumos externos e tem uma relação mais frágil com a natureza. Diferente do tipo 2, que mantém uma troca no seu sistema produtivo e no modo de vida mais próximo com a natureza.

Um segundo ponto que se destaca é o fato que quase a totalidade da comunidade tem acesso ao Programa Bolsa Família⁴⁹, sendo as mulheres as beneficiárias do Programa. Ou seja, são elas que recebem diretamente o benefício. Os valores do programa passaram a integrar a renda família e, para as famílias mais pobres (tipo 1) tem sido um complemento importante. Contudo, parece plausível pensar em estratégias de sustentabilidade para esta tipologia de família, que, a curto prazo, não tem muitas alternativas de subir ao tipo 2, sendo um elemento fundamental para esta ascensão a posse ou acesso a terra.

Outro aspecto de destaque refere-se à estrutura fundiária, como foi apresentado no capítulo anterior. As áreas são constituídas entre 0,5 (mínimo) a 9,0 (máximo) ha, o que se caracteriza como minifúndios. Estas áreas ainda poderão ser divididas entre os membros da família, à medida que constituam suas próprias famílias e decidam por permanecer na comunidade. Nesta situação, o tamanho da terra é um dos elementos importantes para a continuidade do modo de vida camponês, o que neste caso se coloca em risco, uma vez que

⁴⁹ O Bolsa Família (BF) é um Programa de transferência de renda, do Governo Federal, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) que provê um benefício monetário mínimo às famílias pobres. As condicionalidades do programa são: educação (frequência escolar mínima de 85% para crianças e adolescentes entre seis e quinze anos, e mínima de 75% para adolescentes de dezesseis e de dezessete anos); saúde (acompanhamento do calendário vacinal para crianças até seis anos); pré-natal das gestantes e acompanhamento das nutrizas na faixa etária de 14 a 44 anos.

com áreas tão pequenas não é possível que se subdivida tantas vezes para atender as necessidades de subsistência.

Além disto, deve-se considerar que é através da terra que a família camponesa concretiza a seu “modo de vida”, seu sistema de coprodução e a perpetuação de uma cultura. Ainda que haja no Brasil políticas de acesso à terra, a exemplo do Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF⁵⁰, o mesmo não parece chegar a este grupo. Como menciona Nazaré Wanderley (p. 13, 2011) sobre a questão fundiária: o “projeto de modernização que foi levado a cabo na agricultura brasileira, em que a escala se tornou um requisito do acesso aos bens públicos necessários à formação da competitividade, como se o tamanho fosse condição de eficiência” ou ainda como menciona Horário Martins de Carvalho (2009):

A permanência dos produtores rurais familiares na terra, num processo familiar de produção, integrados direta ou indiretamente ao capital, ou vivenciando tentativas de autonomia perante o capital, dá-se porque o objetivo estratégico desses produtores rurais familiares é garantir a reprodução social da família de maneira a que possam, num processo continuado e crescente, melhorar os padrões de qualidade de vida e de trabalho (CARVALHO, 2009)

Um aspecto de diferenciação que se evidenciou, na análise de dados, é a percepção do grupo de agricultores orgânico/agroecológico sobre a natureza. Eles compreendem que o seu sistema produtivo deve reproduzir o ambiente natural e que a manutenção e recuperação de cursos de rios, o uso de produtos biológicos, entre outros, são ações importantes para o equilíbrio natural do seu agroecossistema e do ambiente natural. Já os produtos “convencionais” não demonstraram esta preocupação e consciência, o seu sistema de produção está basicamente suprido por insumos externos.

Em suma, a pesquisa aponta para o fato de que o processo de modernização da agricultura não foi algo homogêneo, mas se caracteriza como uma estratégia de diferenciação e submissão do agricultor à industrial, que mesmo quando atinge alguns agricultores “mais pobres”, como o que se nomeia e são nomeados pelos seus pares como “convencionais”, o fez de forma parcial. Ou seja, neste caso a adoção foi pelos agrotóxicos e pela mudança de uma atividade de policultura por uma monocultura comercial direcionada as áreas urbanas. Como afirma Wanderley sobre o processo de modernização da agricultura brasileira:

este processo se mostrou fortemente seletivo, atingindo diretamente apenas certo tipo de unidades produtivas que realizam determinadas culturas ou criação, em algumas áreas específicas do país, e transformando desigualmente as diversas fases do processo produtivo. (Wanderley, 2011, p 331).

⁵⁰ O Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio da Secretaria de Reordenamento Agrário, desenvolve o **Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)** que oferece condições para que os trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra possam comprar um imóvel rural por meio de um financiamento.

O grupo de agricultores pesquisados guardam algumas características do protótipo camponês, mesmo que algumas famílias às vezes se inclinam mais para o modo agroindustrial (mesmo que de forma parcial). Mas prevalece elementos comuns ao modo camponês que são: (1) a não separação da unidade de produção e consumo; (2) o predomínio da mão de obra basicamente familiar e comunitária; (3) a integração parcial com o mercado; (4) a economia baseada na unidade doméstica e de produção; (5) as relações de reciprocidade entre os membros da comunidade.

No entanto, para o grupo que se encontram mais próximo do modo de vida camponês destaca-se a consciência da importância da conservação e manejo adequado do meio ambiente para a manutenção de seu agroecossistema e das trocas estabelecidas entre o agroecossistema e a natureza.

Estes agricultores “mais camponeses” apresentam um maior compromisso com o consumidor final, no que se refere à venda de alimentos limpos.

Observa-se que como alguns estudiosos acreditavam, o camponês não desapareceu com o desenvolvimento do capitalismo, mas encontrou formas de resistências e permanência, transformando-se e recriando sua relação com a sociedade envolvente e economia global, mantendo elementos de um campesinato. Um bom exemplo disto é o mecanismo adotado pelos agricultores orgânicos/agroecológicos da comunidade que comercializam seus produtos diretamente aos consumidores finais, nos bairros do Recife. São estratégias de continuidade de um modo de vida camponês atualizadas no mundo contemporâneo, que lhe permite um projeto de autonomia frente à tentativa de subordinação do capital. Sem esquecer que aí se coloca as contradições das relações mercantis ou da lógica da economia do excedente.

Destaca-se ainda alguns temas de estudos que seria importante realizar: (a) os fatores de permanências dos jovens na comunidade, uma vez que foi identificado que a composição das famílias é, em média, de 03 (três) jovens com idades entre 14 e 28 anos (excluindo as crianças), todos com atividades dentro da unidade de produção e consumo; (b) impacto e mudanças provocada pelo Programa Bolsa família na sustentabilidade do modo de vida camponês; (c) destino das famílias em função da estrutura fundiária (minifúndio); (e) transmissão do saber e conhecimento camponês para as crianças e jovens no seu processo de formação de ser agricultor.

Outro estudo pertinente seria avaliar se a atuação da assistência técnica, seja ela governamental ou da sociedade de civil, tem sido capaz de modificar o sistema de produção diversificado para a especialização de culturas, uma vez que aparentemente esta mudança

ocorreu mais fortemente a partir da entradas destes agricultores nas feiras orgânicas/agroecológicas.

Sugire-se ainda que as políticas públicas para a agricultura familiar possam ser revistas e contemplem as múltiplas possibilidades de atores que estão no campo, compreendendo que o uso geral da categoria de agricultor familiar não dá conta das diferenças existentes, ou como diz Wanderley “dos rurais”. Assim sendo, alguns grupos necessitam de políticas distintas, por exemplo: o crédito rural deveria contemplar as lógicas existentes na unidade de produção e consumo camponesa e não só olhar, de forma parcial, para a unidade de produção.

Outro aspecto é a revalorização do camponês e do agricultor familiar, que não seja normatizada pela generalização da categoria de agricultor familiar, o que poderia promover o resgate da identidade do camponês e do agricultor familiar (*farmer*⁵¹) como sujeitos políticos e sociais.

⁵¹ Segundo o conceito usado por Abramovay e apresentado em capítulo anterior.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Editora Hucitec, ANPOCS, Editora da Unicamp, São Paulo, Rio de Janeiro-Campinas, 1992.
- ALVES, Eliseu. ROCHA, Daniela de Paula. Ganha tempo é possível **In Agricultura Brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. José Garcia Gasques; José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho e Zander Navarro (Orgs). Ipea, Brasília, 2010.
- BRASIL, **Lei Nº 11.326 de 24 de julho de 2006**, Lei da Agricultura Familiar, Brasília, 2006..
- CARDOSO, Ciro Flamarion, A brecha camponesa no sistema escravista (1979) **In Camponeses Brasileiros: leituras e interpretações clássicas**, Welch, Clifford; Malagodi, Edgard; Cavalcanti, Josefa S.B; Wanderley, Maria de Nazareth B. (orgs.). Vol I, São Paulo, Editora UNESP; Brasília, 2009.
- CARVALHO, Horário Martins de;. **Campesinato contemporâneo como modo de produção e como classe social**, Curitiba, 2012.
- CARVALHO, Horário Martins de;. De Produtor Rural Familiar a camponês. A catarse necessária **In Boletim DATALUTA** – Artigo do mês: março de 2009.
- CHAYANOV, Alexander V.. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In **A questão Agrária**. Organizadores José Graziano da Silva e Verena Stolcke. Editora Brasiliense, São Paulo, 1981
- CONSELHO EDITORIAL, **Apresentação**. **In Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. Welch, Clifford; Malagodi, Edgard; Cavalcanti, Josefa S.B; Wanderley, Maria de Nazareth B. (orgs.). vol. I, São Paulo, Editora UNESP; Brasília, NEAD, 2009.
- DE MASI, Domenico. **Criatividade e grupos criativos**. Editora Sextante, Rio de Janeiro 2003.
- DUQUE-ARRAZOLA, Laura Suzana. A condição camponesa: aparência e realidade no Capitalismo. **In Dissertação de mestrado**, Universidade Federal da Paraíba/Centro de Ciências de Humanidades/Curso de mestrado em sociologia, Campina Grande, 1985.
- ENGELS, Friedrich. O problema camponês na França e na Alemanha. In **A Questão Agrária**. Organizadores: José Graziano da Silva e Verena Stolcke. Brasiliense,. São Paulo, 1981
- FAO. El desarrollo de los sistemas de agricultura campesina em América Latina: um análisis de la influencia del contexto socioeconomico, por Juan Carlos Grandi **In Serie FAO: Gestion de sistemas de explotación agrícola, No 12.** FAO, Roma, 1996
- FRANÇA, Caio Galvão de; DEL GROSSI, Mauro Eduardo; MARQUES, Vicente P.M. de Azevedo. O censo Agropecuário 2006 e a Agricultura Familiar no Brasil. **In Nead Debate 18**. Brasília: MDA, 2009

FORMAN, Shepard. **Camponeses: sua participação no Brasil**. Editora Paz e Terra S.A. Rio de Janeiro, 1979.

GARCIA JR, Afrânio Raúl e HEREDIA, Beatriz Alasia de. Campesinato, família e diversidade de exploração no Brasil. **In Diversidade do campesinato: expressões e categorias. Vol II; estratégias de reprodução social**. Emília Pietrafesa de Godoi, Marilda Aparecida de Menezes e Rosa Acevedo Marin (Org). São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (Nead), 2009.

GONZÁLEZ DE MOLINA, Manuel; Toledo, Victor M;. **Metabolismos, natureza e história: hacia una teoria de las transformaciones socioecológicas**. Icaria Editorial, Barcelona/Espanha, 2011.

GUILHERME VELHO, Otávio. **Capitalismo autoritário e campesinato**. DIFEL - Difusão editora S.A. 2. ed., 1979, São Paulo – Rio de Janeiro.

GUIMARAES, Alberto Passos. Formação da pequena propriedade: intrusos e posseiros (1963). **In Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard; CAVANCANTI, Josefa S.B; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (Org), Vol 1, São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2009.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro **In REVISTA NERA – ANO 9, N. 8 – JANEIRO/JUNHO DE 2006**. Presidente Prudente, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), **Censo agropecuário 2006**. IBGE, 2006.

LAMARCHE, Hughes (Coord.). **A Agricultura familiar: comparação internacional: I realidade multiforme**. Editora da UNICAMP, 1993, Campinas/SP.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. O capitalismo na agricultura (o livro de Kautsky e o artigo do senhor Bulgákov). **In A questão Agrária**. Organizadores: José Graziano da Silva, Verena Stolcke. Edt Brasiliense, 1981, São Paulo.

LÊNIN, Vladimir Ilitch, **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. Nova Cultura, 1985, São Paulo.

LINHARES, Maria Yeda & TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. A questão da agricultura de subsistência (1981) **In Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard; CAVANCANTI, Josefa S.B; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (Org), Vol 1, Editora UNESP; Brasília, DF, NEAD, 2009.

LOPES, Gustavo Acioli. O saco de batatas colonial? Considerações sobre o uso do conceito de campesinato na histografia do Brasil colônia **In CLIO – Revista de pesquisa histórica**,

publicação de 2011. **Pesquisa realizada em 10/02/2013 no endereço <http://www.brnuede.com/bhds/bhd59/bhd59.htm>.**

KAUTSKY, Karl. **A questão Agrária**. Gráfica editora Laemmert S.A. Rio de Janeiro, 1968.

MARQUES, Marta Inêz Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês, in **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 11, No 12, jan-jun, 2008.

MARX, Karl. **O Capital**, Edição resumida, 7ª edição, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1980.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. Boi Tempo editorial, 2011, Rio de Janeiro.

MARX, Karl. K. Marx: borrador de una respuesta. **In El Marx tardio y la via rusa: Marx e la periferia del capitalismo**. Editorial Revolucion, S.A.L. Madrid, 1990.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de marketing: execução e análise**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998. V. 2, 224 p.

MENDRAS, Henri. **Sociedades camponesas**. Zahar editores, Rio de Janeiro, 1978.

NERI, Marcelo Corte; Melo, Luisa Carvalhaes Coutinho de; Monte, Samanta dos Reis Sacramento. **Superação da pobreza e a nova classe média no campo**. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2012.

NAVARRO, Zander. A agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica **In Agricultura Brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. José Garcia Gasques; José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho e Zander Navarro (Orgs). Ipea, Brasília, 2010.

OBERG, Kalervo. O Campônio marginal no Brasil rural **In Camponeses brasileiros: leituras e intepretações clássicas**. WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard; CAVANCANTI, Josefa S.B; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (Org), Vol 1, Editora UNESP; Brasília, DF, NEAD, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **In O Mundo Rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades. **In O Mundo Rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Apresentação **In O Mundo Rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. História do campesinato brasileiro. In **XX Encontro Anual das ANPOCS**. GT 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, Minas Gerais, 1996.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov, In **O Mundo Rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A sociologia rural na América Latina: produção de conhecimento e compromisso com a sociedade In <http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/06/Nazareth-Wanderlei.pdf>, pesquisado no dia 27/02/2013

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil**, Editora Unicamp, São Paulo, 2011.

WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard; CAVANCANTI, Josefa S.B; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (Org) **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. Vol I, Editora UNESP; Brasília, DF, NEAD, 2009

WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard; CAVANCANTI, Josefa S.B; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Introdução: Estudos clássicos brasileiros sobre o campesinato. In **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. Vol I, Editora UNESP; Brasília, DF, NEAD, 2009

WOLF, Eric R. **Sociedades camponesas**. Zahar editores, Rio de Janeiro, 1970.

PALACIOS, Guillermo. **Campesinato e escravidão no Brasil: agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700 – 1817)**. Editora Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

PLOEG, Jan Douwe Van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade**. UFRGS editor, Porto Alegre, 2008.

PLOEG, Jan Douwe Van der. O modo de produção camponês revisado. In **A diversidade da agricultura familiar**. Sergio Schneider (Org). UFRGS editora, Porto Alegre, 2009.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Editora Garamond Ltda, 2009, Rio de Janeiro.

SÁNCHEZ DE PUERTA, Fernando. El desarrollo en Chayanov. In **Extensión Rural y Agroecología**, Madrid, 1995.

SCHNEIDER, Sérgio (Org). Introdução. In **A diversidade da agricultura familiar**. 2ª edição, Editora da UFRGS, Porto Alegre, 2009.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo; GONZÁLEZ de MOLINA, Manuel.; **Ecología, campesinado e historia**. Las ediciones de La Piqueta, Madrid, 1993

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo; GONZÁLEZ de MOLINA, Manuel.; **Sobre a evolução do conceito de camponesato**. Via Camponesa do Brasil, Brasília, 2005

SHANIN, Teodor. Definiendo al campesinato: concertualizaciones y desconceptualizaciones – pasado y presente en um debate marxista. In **Agricultura y sociedade**, Nº 11, abril- junio, Madrid, 1979.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceitualizações e desconceitualizações – o velho e novo em uma discussão marxista. In **Revista Nera**, ano 8, N.7, Presidente Prudente, 2005.

SPEROTTO, Florenzo., Aproximación a la vida y la obra de Chayanov, In **Agricultura y Sociedad**, ° 48 (Julio-septiembre), Madrid, 1988.

PROMATA, Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco - PROMATA elaborado por Clóvis Cavalcanti, Adriano Dias, Cátia Lubambo, Henrique de Barros, Levy Cruz, Maria Lia C. de Araújo, Morvan Moreira, Osmil Galindo, 2002. FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO, In **Trabalho para discussão**, Número 135/2002, fevereiro/2002, Pesquisado no site <http://www.fundaj.gov.br/tpd/135.html>, em 19/12/2011

TOLEDO, Victor Manuel, **Campesinidad, agroindustrialidad, sostenibilidad: los fundamentos ecologicos e históricos del desarrollo rural**. Centro de Ecología, UNAM, México, 1995.

TOLEDO, Victor Manuel; ALARCÓN-CHAIRES, Pablo; BARÓN, Lourdes. Estudiar lo rural desde una perspectiva interdisciplinaria: una aproximación al caso de México. In **Estudios Agrarios**, vol 12, México, 1999.

TOLEDO, Victor Manuel; ALARCÓN-CHÁIRES, Pablo.; BARÓN, Lourdes. **La modernización rural de México: un análisis socioecológico**. Secretaría de Medio Ambiente y Recursos Naturales, Instituto Nacional de Ecología y Universidad Nacional Autónoma de México, México, 2002.

TOLEDO, Victor Manuel; JULIA, Carabias; MAPES, Cristina.; TOLEDO, Carlos. **Ecología y autossuficiência alimentaria**. 5ª edição, Siglo Veintiurno Editores, México, 2000.

TOLEDO, Victor M.; BARRERA-BASSOLS, Narciso.; La memoria biocultural: la importancia ecológica de las sabiduras tradicionales. In **Perspectivas Agroecológicas**, Icaria editorial, Barcelona, Espanha, 2008.

VELHO, Otávio Guilherme A.C. O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro (1969) In **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard; CAVANCANTI, Josefa S.B; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (Org), Vol 1, Editora UNESP; Brasília, DF, NEAD, 2009.

VELHO, Otávio Guilherme A.C. **Capitalismo autoritário e campesinato**. Difusão editorial S.A, São Paulo – Rio de Janeiro, 1979.

ZASULICH, Vera. Carta a Marx. In **El Marx tardio y la via rusa: Marx y la periferia del capitalismo**. Editorial Revolución, S.A.L. Madrid, 1990.

SITES

<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/09/15/camponeses-sao-os-mais-afetados-por-pobreza-extrema-no-brasil-aponta-ipea.htm> pesquisa em 25/02/2013

<http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-lancamento-do-plano-safra-da-agricultura-familiar-2012-2013-brasilia-df>

<http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/06/nazareth-wanderlei.pdf>